

João Carlos da Silva

**PLANEJAMENTO DO INGRESSO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO  
PRESENCIAL: AS CONTRIBUIÇÕES DO VESTIBULAR DE UMA  
INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO SUPERIOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração Universitária.  
Orientador: Prof. Dr. Alexandre Marino Costa

Florianópolis  
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silva, João Carlos da  
PLANEJAMENTO DO INGRESSO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO  
PRESENCIAL : As Contribuições Do Vestibular De Uma  
Instituição Pública De Ensino Superior / João Carlos da  
Silva ; orientador, Alexandre Marino Costa -  
Florianópolis, SC, 2015.  
190 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade  
Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa  
de Pós-Graduação em Administração Universitária.

Inclui referências

1. Administração Universitária. 2. Administração  
Universitária. 3. Gestão Universitária. 4. Instituições  
Públicas de Ensino Superior. 5. Universidade Pública e  
Vestibular. I. , Alexandre Marino Costa. II. Universidade  
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em  
Administração Universitária. III. Título.

**JOÃO CARLOS DA SILVA**

**PLANEJAMENTO DO INGRESSO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO  
PRESENCIAL: AS CONTRIBUIÇÕES DO VESTIBULAR DE UMA  
INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO SUPERIOR**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 10 de agosto de 2015.

---

Prof. Dr. Pedro Antônio de Melo  
Coordenador do Curso

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Alexandre Marino Costa  
Orientador  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alessandra de Linhares Jacobsen  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Andressa Sasaki Vasquez Pacheco  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Fernando José Spanhol  
Universidade Federal de Santa Catarina



## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela proteção e amparo nos momentos de dificuldade e por permitir a conclusão de mais uma etapa importante de minha vida.

À Universidade Federal de Santa Catarina por me permitir esta oportunidade nessa longa caminhada.

À Jimena, que além de ter contribuído enormemente, foi o exemplo para as minhas escolhas, sempre apoiando e me incentivando em todas elas.

Aos meus filhos Bruno e Beatriz, e ao meu enteado Diogo, todos maravilhosos, pela compreensão e companheirismo nesse período dedicado ao curso.

Ao meu orientador Prof. Alexandre Marino Costa, pela valiosa orientação no desenvolvimento deste trabalho, e aos professores Andressa Sasaki Vasquez Pacheco, Carla Cristina Dutra Búrigo e Fernando José Spanhol, pelas muitas contribuições para o seu aperfeiçoamento.

Ao corpo docente do programa de Mestrado em Administração Universitária pela dedicação e pelos ensinamentos durante toda a etapa de realização do curso.

Aos secretários do Programa de Mestrado em Administração Universitária, Marcia Mafra da Silva e Maurício Rissi, pela dedicação e competência com que sempre me atenderam e incentivaram no período de realização do Mestrado.

Um agradecimento muito especial às professoras Alessandra Jacobsen Linhares, pela paciência ao mostrar os caminhos da metodologia, e Eleonora Milano Falcão Vieira, pelo apoio dado na construção deste estudo.

Agradeço, de coração, a toda equipe da COPERVE/UFSC, Ailton, André, Diane, Edite, Emiliana, Felipe, Francisco, Isadora, Jacqueline, José Antônio, Luany, Margarete, Maria Luiza, Olinto, Ricardo, Roberto, Robson e Silvana pelo apoio e amizade no desenvolvimento das atividades desta dissertação.



“Um bom ensino público é dever do Estado, e é público não apenas por ser estatal, mas também por estar baseado em certos valores republicanos, que necessariamente englobam a laicidade (incluindo a diferença de opiniões e o exercício do raciocínio crítico), a igualdade de todos, a liberdade de oportunidades.”

Renato Janine Ribeiro



## RESUMO

Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 6.500 alunos, aproximadamente, ingressam por ano em seus cursos de graduação, na modalidade presencial. Esta pesquisa objetiva analisar o planejamento do ingresso nos cursos de graduação presencial da UFSC, considerando as informações contidas nos Relatórios Oficiais dos Vestibulares 2013, 2014 e 2015. Para tanto, efetuou-se uma pesquisa de abordagem predominantemente qualitativa e aplicada, com fins descritivos, exploratórios e aplicados. O universo constituiu-se dos Vestibulares 2013, 2014 e 2015, sendo essa amostra do tipo não probabilística, por tipicidade e acessibilidade. Utilizou-se um roteiro com Questões Semiestruturadas por meio de entrevistas com os sujeitos da pesquisa e os gestores da PROGRAD, PRAE e PROPLAN. Identificou-se na pesquisa que a Comissão Permanente do Vestibular (COPERVE) dispõe de estrutura física compatível e de uma equipe profissional qualificada e em quantidade satisfatória para a operacionalização do Vestibular. Sua importância consiste não apenas na seleção de candidatos aos cursos de graduação da UFSC, mas também na sua atuação como catalisadora de informações concernentes aos estudantes e às suas necessidades. Analisaram-se as respostas do Questionário Socioeconômico Cultural (QSC) dos candidatos classificados, presente nos Relatórios Oficiais, cujas informações foram agrupadas por parâmetros categorizados (perfil do candidato e da família, formação, atividade cultural, inclusão digital, origem e comunicação). A Classificação das informações estatísticas dos Relatórios por meio de categorias de análise (ensino, permanência e administração) permitiu constatar que os dados disponibilizados (Estado de origem, sexo, faixa etária, tipo de deficiência, tipo de escola de Ensino Médio, por raça, por opção no Programa de Ações Afirmativas da UFSC, bem como a análise das provas) são relevantes para planejar e desenvolver ações referentes aos ingressantes dos cursos de graduação presencial da UFSC. Verificou-se que as informações, em geral, podem ser melhor aproveitadas se divulgadas em Relatórios Técnicos Temáticos – Ensino, Permanência, Administração – (contendo 34 questões do QSC e mais 19 itens com informações estatísticas importantes), como um instrumento de gestão que propiciará aos gestores dessas Pró-Reitorias mais agilidade na obtenção das informações estratégicas. Em síntese, os resultados obtidos neste trabalho possibilitam uma visão objetiva do modo como acontecem as ações do Planejamento do ingresso nos cursos de graduação presencial. Diante das constatações apontadas para pesquisas futuras, sugere-se

investigar com profundidade o perfil dos candidatos classificados no Vestibular e as maneiras possíveis de promover maior inclusão.

**Palavras-chave:** Gestão Universitária. Instituições Públicas de Ensino Superior. Planejamento do Ingresso. Universidade Pública e Vestibular.

## ABSTRACT

Every year, around 6,500 students initiate undergraduate courses in the classroom mode at the Federal University of Santa Catarina (UFSC). The research analyzed admission planning of undergraduate courses at UFSC, considering pieces of information contained in the Official Reports of Entrance Examinations in 2013, 2014 and 2015. Thus, it was possible to perform a research of predominantly qualitative and applied approach with descriptive, exploratory and applied purposes. It consisted of Entrance Examinations from 2013, 2014 and 2015, and through a non-probability, typicality and accessibility sample. There was a script with semistructured questions to interview the study subjects: PROGRAD, PRAE and PROPLAN managers. It was identified, in the research, that the Entrance Examinations Permanent Commission (COPERVE) offered a compatible physical structure, qualified and satisfactory amount of professional staff for Entrance Examinations' operationalization. Its importance is not only about candidates' selection for undergraduate courses at UFSC, but also its role as an information catalyst concerning students and their needs. There was an analysis of the Socioeconomic and Cultural Questionnaire responses (QSC) of candidates classified and present in the Official Reports, whose information was grouped by categorized parameters (candidate and family's profile, education, cultural activity, digital inclusion, origin and communication). There was a classification of statistical information from reports and by analysis categories (education, permanence and administration). It helped to confirm that available data (State of origin, sex, age, disability, High School type, race, option in the Affirmative Action Program of UFSC and tests' analysis) are relevant to plan and develop activities related to the newcomers for undergraduate courses at UFSC, in the classroom mode. It was worth verifying that pieces of information, in general, can be better utilized if disclosed in Thematic Technical Reports - Education, Permanence and Administration - (containing 34 questions of the QSC plus 19 items with relevant statistical information) as a management tool that will provide more flexibility in obtaining strategic information to the Pro-Rectorial managers. In summary, the study's results enable an objective view on how admission planning actions happen on undergraduate courses, in the classroom mode. About the findings pointed out for future research, it is suggested to investigate in depth the candidates' profile who classified in the Entrance Examinations and possible ways to promote greater inclusion.

**Keywords:** University Management. Public Institutions of Higher Education. Admission Planning. Public University and Entrance Examination.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma da Administração Central da UFSC .....	69
Figura 2 – Fluxograma da organização da pesquisa.....	75
Figura 3 – Organograma da estrutura organizacional da UFSC.....	79
Figura 4 – Organograma da Pró-Reitoria de Graduação .....	83
Figura 5 – Organograma da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis .....	85
Figura 6 – Organograma da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento .....	86
Figura 7 – Organograma da Comissão Permanente do Vestibular – COPERVE.....	89
Figura 8 – Capas dos Relatórios Oficiais dos Vestibulares de 2013, 2014 e 2015.....	93
Figura 9 – Estado Civil.....	95
Figura 10 – Origem do Candidato.....	97
Figura 11 – Tipo de estabelecimento onde o candidato cursou o ensino médio.....	101
Figura 12 – Fonte de informação pela qual tomou conhecimento do vestibular da UFSC .....	102
Figura 13 – Renda familiar.....	107
Figura 14 – Ocupação do candidato .....	111
Figura 15 – Uso de computador .....	113
Figura 16 – Preferências do Candidato .....	117
Figura 17 – Classificados por Estado de origem – Naturalidade.....	121
Figura 18 – Classificados por sexo.....	122
Figura 19 – Classificados que realizaram a prova em LIBRAS .....	123
Figura 20 – Isentos Inscritos e Classificados .....	125
Figura 21 – Classificados por tipo de deficiência .....	126
Figura 22 – Classificados por faixa etária .....	127
Figura 23 – Classificados por tipo de escola de Ensino Médio.....	128
Figura 24 – Classificados por raça negra (pretos e pardos) por tipo de escola de Ensino Médio.....	129
Figura 25 – Classificados por raça e tipo de escola de Ensino Médio	130
Figura 26 – Classificados por opção no PAA .....	131
Figura 27 – Classificados negros por opção no PAA.....	132

Figura 28 – Classificados oriundos de Escola Pública e opção no PAA .....	133
Figura 29 – Classificados por opção no PAA para o campus de Araranguá.....	134
Figura 30 – Classificados por opção no PAA para o campus de Blumenau .....	134
Figura 31 – Classificados por opção no PAA para o campus de Curitiba.....	135
Figura 32 – Classificados por opção no PAA para o campus de Florianópolis .....	135
Figura 33 – Classificados por opção no PAA para o campus de Joinville .....	136

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Valores da nova administração pública, tecnologias gerenciais.....	45
Quadro 2 – Procedimentos Metodológicos .....	68
Quadro 3 – Entrevistados e cronograma das entrevistas. ....	71
Quadro 4 – Relação entre os objetivos específicos com a coleta de dados .....	72
Quadro 5 – Categorias de análise .....	73
Quadro 6 – Corpo funcional da UFSC. ....	78
Quadro 7 – Equipe COPERVE .....	89
Quadro 8 – Dados gerais dos Vestibulares de 2013, 2014 e 2015 .....	119
Quadro 9 – Elaboração da prova em Libras. ....	123
Quadro 10– Tipos de provas aplicadas nos vestibulares de 2013, 2014 e 2015.....	136
Quadro 11 – Síntese dos principais resultados.....	142
Quadro 12 – Questões do QSC pela Pró-Reitoria e que integram o Relatório Técnico Temático (proposto) referente aos Vestibulares de 2013, 2014 e 2015. ....	144
Quadro 13 – Dados estatísticos do Relatório Técnico Temático (Proposto).....	147



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Expansão das universidades, dos campi/unidade .....	57
Tabela 2 – Estado Civil do Candidato (PA: Perfil) .....	95
Tabela 3 – Unidade da Federação em que o candidato reside (PA: Origem) .....	96
Tabela 4 – Unidade da Federação em que o candidato concluiu .....	97
Tabela 5 – Tipo de estabelecimento onde o candidato cursou .....	98
Tabela 6 – Unidade da Federação em que o candidato concluiu .....	99
Tabela 7 – Tipo de curso de Ensino Médio que o candidato concluiu ou concluirá .....	100
Tabela 8 – Tipo de estabelecimento onde o candidato cursou o ensino médio (PA: Formação) .....	100
Tabela 9 – Turno em que o candidato cursou o Ensino Médio .....	101
Tabela 10 – Principal fonte de informação pela qual o candidato tomou conhecimento do vestibular da UFSC (PA: Comunicação). .....	102
Tabela 11 – O candidato frequentou ou frequenta curso pré-vestibular .....	103
Tabela 12 – Principal motivo que levou o candidato a não cursar pré-vestibular .....	103
Tabela 13 – Número de vezes que o candidato prestou vestibular para a UFSC .....	104
Tabela 14 – Principal motivo do candidato para escolha de sua 1ª opção .....	104
Tabela 15 – O que o candidato espera obter num curso superior .....	105
Tabela 16 – Conhece as atividades a ser desenvolvidas na profissão .	105
Tabela 17 – Quantidade de pessoas que moram e compõem .....	106
Tabela 18 – Renda bruta do grupo familiar do candidato .....	106
Tabela 19 – Nível de instrução do pai do candidato .....	107
Tabela 20 – Nível de instrução da mãe do candidato .....	108
Tabela 21 – Responsável pelo sustento da família do candidato .....	109
Tabela 22 – Ocupação do responsável pelo sustento da família do candidato .....	109
Tabela 23 – Idade com que o candidato começou a exercer .....	110
Tabela 24 – Ocupação do candidato (PA: Perfil) .....	110

Tabela 25 – Meio de comunicação usado pelo candidato para se manter informado sobre os acontecimentos atuais.....	111
Tabela 26 – O candidato possui computador .....	112
Tabela 27 – O candidato usa computador (PA: Inclusão Digital).....	112
Tabela 28 – Meio de transporte utilizado pelo candidato .....	113
Tabela 29 – O candidato iniciou curso superior.....	114
Tabela 30 – Instituição na qual o candidato iniciou algum curso superior .....	114
Tabela 31 – Curso superior já iniciado pelo candidato .....	115
Tabela 32 – Acredita que a orientação vocacional auxiliaria.....	116
Tabela 33 – Preferência do candidato (PA: Atividade Cultural).....	116
Tabela 34 – Esporte predileto do candidato.....	117
Tabela 35 – Motivo que levou a optar pelo vestibular da UFSC .....	118

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior  
ART. – Artigo  
BB – Banco do Brasil  
BIO – Biologia  
COPERVE – Comissão Permanente do Vestibular  
EaD – Ensino a Distância  
EJA – Educação de Jovens e Adultos  
EM – Ensino Médio  
ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes  
ENCCEJA – Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos  
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio  
FIES – Fundo de Financiamento Estudantil  
FSC – Física  
FPF – Fundo Público Federal  
GEO – Geografia  
HST – História  
IES – Instituições de Ensino Superior  
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior  
IPES – Instituições Públicas de Ensino Superior  
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
INPEAU – Instituto de Pesquisa e Estudos em Administração Universitária  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação  
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais  
MTM – Matemática  
MEC – Ministério da Educação  
PA – Parâmetros de Análise  
PAA – Programa de Ações Afirmativas  
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional (UFSC)  
PIB – Produto Interno Bruto  
PNE – Plano Nacional da Educação  
PPGAU – Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária (UFSC)  
PPI – Pretos, Pardos e Indígenas  
PRAE – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (UFSC)  
PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação (UFSC)

PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (UFSC)  
PROUNI – Programa Universidade para Todos  
QSC – Questionário Socioeconômico Cultural  
QMC – Química  
REUNI – Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais  
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior  
SISU – Sistema de Seleção Unificada  
SM – Salário Mínimo  
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido  
UAB – Universidade Aberta do Brasil  
UDESC – Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina  
UF – Unidade da Federação  
UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul  
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina  
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>25</b>
1.1 Tema Problema.....	27
1.2 Objetivos.....	31
1.2.1 Objetivo geral.....	31
1.2.2 Objetivos específicos.....	31
1.3 Justificativa.....	31
1.4 Estrutura da dissertação.....	32
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>35</b>
2.1 Planejamento na gestão universitária.....	35
2.1.1 Fundamentos do Planejamento na Organização.....	35
2.1.2 Gestão universitária.....	42
2.2 Políticas de Acesso ao Ensino Superior Público.....	48
2.2.1 Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).....	52
2.2.2 O Plano Nacional da Educação (PNE).....	53
2.2.3 Universidade Aberta do Brasil (UAB).....	54
2.2.4 Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).....	56
2.2.5 Sistema Nacional de Avaliação Institucional (SINAES).....	58
2.2.6 Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).....	59
2.2.7 Sistema de Seleção Unificada (SISU).....	60
2.3 Financiamento Público do Ensino Superior.....	61
2.3.1 A Constituição de 1988 e os recursos financeiros para a Educação.....	63
2.3.2 Fundo Público Federal (FPF).....	65
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>67</b>
3.1 Caracterização da pesquisa.....	67
3.2 Delimitação do estudo.....	69
3.3 Técnicas de coleta de dados.....	70
3.3.1 Categorias de Análise.....	73
3.4 Análise e tratamento dos dados.....	74
3.5 Limitações de Estudo.....	75
3.6 Aspectos Éticos.....	76
<b>4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>77</b>
4.1 Estrutura disponibilizada para o vestibular.....	77
4.1.1 Estruturas da PROGRAD, PRAE e PROPLAN.....	80
4.1.2 Estrutura da COPERVE.....	87

4.2 Características dos candidatos classificados com base nas respostas do Questionário Socioeconômico-Cultural (QSC) .....	94
4.2.1 Discussão das questões e respostas do QSC dos candidatos classificados nos Vestibulares de 2013, 2014 e 2015 .....	94
4.3 Análise dos Relatórios Oficiais dos Vestibulares e entrevistas segundo as Categorias.....	119
4.3.1 Categorias de Análise – Ensino, Permanência e Administração.....	120
4.3.2 Análises das entrevistas .....	137
4.4 Proposições para o planejamento do ingresso nos cursos de graduação presencial.....	141
4.4.1 Síntese dos resultados da pesquisa.....	141
4.4.2 Proposição de Ação.....	143
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>149</b>
5.1 Conclusões.....	149
5.2 Recomendações para trabalhos futuros.....	151
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>153</b>
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista .....	163
(PROGRAD, PRAE e PROPLAN) .....	163
APÊNDICE B – Carta de Apresentação (COPERVE).....	165
APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (PROGRAD, PRAE E PROPLAN).....	166
APÊNDICE D – Quadro Geral de Cursos E Vagas dos Vestibulares De 2013, 2014 e 2015.....	168
APÊNDICE E – Distribuição dos Candidatos Inscritos e Classificados por Curso e que realizaram a prova em Libras nos Vestibulares de 2013, 2014 e 2015.....	171
APÊNDICE F – Distribuição dos Candidatos Inscritos e Classificados por Estado de Origem (Naturalidade) nos Vestibulares de 2013, 2014 e 2015.....	172
APÊNDICE G – Distribuição dos Candidatos Inscritos e Classificados por Sexo nos Vestibulares de 2013, 2014 e 2015. ....	173
APÊNDICE H – Distribuição dos Candidatos Inscritos e Classificados por Faixa Etária nos Vestibulares de 2013, 2014 e 2015. ....	174
APÊNDICE I – Distribuição dos Candidatos Inscritos e Classificados por Tipo de deficiência nos Vestibulares de 2014 e 2015.....	175
APÊNDICE J – Histórico dos Candidatos Inscritos e Classificados por Tipo de Escola de Ensino Médio nos Vestibulares de 2013, 2014 e 2015.....	176

APÊNDICE K – Histórico dos Candidatos da Raça Negra (Pretos e Pardos) inscritos e Classificados por Tipo de Escola de Ensino Médio nos Vestibulares de 2013, 2014 e 2015.....	177
APÊNDICE L – Distribuição dos Candidatos Inscritos e Classificados por Raça/Cor e Tipo de Escola de Ensino Médio nos Vestibulares de 2013, 2014 e 2015. ....	178
APÊNDICE N – Distribuição dos Candidatos Inscritos e Classificados por Opção no Programa de Ações Afirmativas (PAA) nos Vestibulares de 2013, 2014 E 2015.....	180
APÊNDICE O – Distribuição Dos Candidatos Negros Inscritos E Classificados por Opção no Programa de Ações Afirmativas (PAA) nos Vestibulares de 2013, 2014 e 2015. ....	181
APÊNDICE P – Distribuição dos Candidatos Inscritos e Classificados Oriundos de Escola Pública por Opção no Programa de Ações Afirmativas (PAA) nos Vestibulares de 2013, 2014 e 2015. ....	182
APÊNDICE Q – Distribuição dos Candidatos Inscritos e Classificados por Estado de Origem e por opção no Programa de Ações Afirmativas (PAA) nos Vestibulares de 2013, 2014 e 2015. ....	183
APÊNDICE R – Distribuição dos Candidatos Inscritos e Classificados por Campus e por Opção no Programa De Ações Afirmativas (PAA) nos Vestibulares de 2014 e 2015. ....	186
ANEXO A – Questionário Sócioeconômico-Cultural .....	187



## 1 INTRODUÇÃO

A educação propicia meios para a humanidade não apenas reproduzir os seus conhecimentos, mas construir novos saberes conscientes, que a tornam capaz de efetuar mudanças sociais e pessoais. Por isso, a educação é também uma busca permanente e contínua, e o ser humano, incompleto e inacabado, está sempre em formação — e aí está o próprio sentido da educação (FREIRE, 1986). A humanidade vive em constante aprendizagem: jamais alguém sabe tudo ou é um ignorante absoluto, por isso, não cabe se colocar na posição de superioridade, mas de simplicidade para transmitir um saber relativo.

O acesso ao Ensino Superior é uma das principais formas de emancipação, ascensão e inserção social da população brasileira. Conquistando o nível superior, o sujeito não apenas desenvolve competências e habilidades específicas ao campo profissional em que atuará, mas também poderá construir conhecimentos capazes de agir e intervir sobre a realidade. Severino (2010, p. 37) lembra também que

O que está, pois, em pauta, na formação que se espera que a Universidade forneça aos estudantes de todas as áreas, independentemente de sua destinação profissional, é o desenvolvimento, o suscitar e o amadurecer dessa capacidade de reflexão integradora dos sentidos, de modo que toda pessoa se torne um “pensador”, não no sentido de uma especialização separada, mas de alguém que tenha desenvolvido sua sensibilidade intelectual à condição de sua existência histórica, como pessoa inserida num tempo histórico e num espaço social, tornando-se o mais capaz possível de inserir o [...] existir social, passando a viver nas coordenadas de um projeto.

O Ensino Superior é uma das instâncias em que uma formação voltada à reflexão do sujeito pode contribuir e intervir na realidade. Chauí (2003, p. 12) corrobora afirmando que

Podemos dizer que há formação quando há obra de pensamento e que há obra de pensamento

quando o presente é apreendido como aquilo que exige de nós o trabalho da interrogação, da reflexão e da crítica, de tal maneira que nos tornamos capazes de elevar ao plano do conceito o que foi experimentado como questão, pergunta, problema, dificuldade.

Para Costa (2010), ainda que o Ensino Superior possa ser considerado um dos principais meios para a ascensão social no Brasil, o número de matrículas nesse nível de ensino ainda é, proporcionalmente, inferior em relação a vários países, como Argentina, França, Canadá, etc.

Esse cenário induziu o Governo Federal a lançar programas para a expansão das universidades e da oferta de vagas, a exemplo do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

O Censo da Educação Superior de 2013 revelou a expansão da educação superior no Brasil, apontando um crescimento de, aproximadamente, 16% em relação ao ano de 2011, totalizando 7.526.681 alunos distribuídos em 2.391 instituições de ensino. Destas, 301 são públicas, sendo 106 federais, 119 estaduais, 76 municipais e 2.090 privadas (INEP, 2013).

Verificou-se que as políticas adotadas para o aumento das matrículas nas Instituições Públicas de Ensino Superior atenderam não só às federais, mas também às estaduais e às municipais. Entretanto, tais ações, embora bastante significativas em termos absolutos, ainda não atingiram uma grande proporção de jovens brasileiros. Segundo Ristoff (2013, p. 7),

[...] apesar dos expressivos números apresentados aqui, relativos apenas à expansão federal (é preciso com urgência estudos sobre a expansão das universidades públicas estaduais, injustamente excluídas do Reuni), a proporção de jovens brasileiros entre 18 e 24 anos que estudam nas universidades públicas ainda é ínfima: na faixa dos 5%, quando a população entre 18 e 24 anos que estuda no ensino superior é de 21%. Se comparado a outros países da América Latina (como Cuba, Argentina, Uruguai, Equador, entre outros), o Brasil, considerado a potência da América do Sul, ainda está muito longe de se irmanar com os países do continente em matéria

de acesso à educação superior pública, mesmos os considerados menos desenvolvidos.

Assim sendo, as instituições públicas de Ensino Superior, providas de estrutura e pessoal capacitado, têm a oportunidade de oferecer uma formação de qualidade aos cidadãos oriundos de todas as classes, os quais serão agentes do desenvolvimento, fundamental ao crescimento econômico e social do país. Ribeiro (2003, p. 151) ratifica, ao dizer que:

Um bom ensino público é dever do Estado, e é público não apenas por ser estatal, mas também por estar baseado em certos valores republicanos, que necessariamente englobam a laicidade (incluindo a diferença de opiniões e o exercício do raciocínio crítico), a igualdade de todos, a liberdade de oportunidades.

Segundo Felipe (2007), pode-se destacar que todo o potencial de recursos humanos, interessado no desenvolvimento tecnológico, poderá participar efetivamente na construção de uma nova realidade econômica, contribuindo na geração de produtos e processos patenteáveis com alto valor agregado, atuando na interação com a indústria [...]. Isso resultará no aumento da produção, das exportações, além de permitir, sobretudo, a ampliação das fronteiras do país para a realidade mundial.

A universidade pode ser o centro das mudanças produzidas pela sociedade do conhecimento e, com o intuito de procurar responder a essas transformações, será necessário que ela se destaque como uma instituição de mudança e que pense estrategicamente. Não basta apenas o sucesso de boas experiências — é fundamental que a instituição universitária reflita acerca de suas múltiplas missões em uma sociedade que busca, no Ensino Superior, o motor para os desafios do mundo contemporâneo (NEVES; BALBACHEVSKY, 2008).

## **1.1 Tema Problema**

Ao final do século XX, de acordo com Pinto (2003), o governo brasileiro adotou para a educação superior um modelo de expansão, especialmente a partir da Reforma Universitária de 1968, em plena ditadura militar. A expansão se intensificou após a aprovação da LDB

(Lei n. 9.394/96), no governo Fernando Henrique Cardoso, cuja diretriz central focava na abertura do setor aos agentes do mercado.

De acordo com Jacobsen (1996), a sociedade brasileira passava por momentos de dificuldade, convivendo simultaneamente com as crises econômica, social e política, sendo o setor educacional um dos mais atingidos. Ainda segundo Jacobsen (1996, p. 9), “insere-se, também, nesse contexto, a instituição universitária, que passa por uma séria crise financeira e de conteúdo acadêmico, além de uma flagrante crise de identidade.”

As medidas adotadas pelo governo àquela época não resolveram o problema para atender às demandas necessárias ao país, além de ter facilitado o processo de privatização desses serviços, com graves consequências sobre a qualidade do ensino oferecido e sobre a equidade. Nesse contexto, Pinto (2003, p.730) pondera que:

[...] o Brasil tem uma necessidade premente de ampliar o acesso à educação superior e de democratizar o perfil dos seus alunos, em especial nos cursos mais concorridos. Constata-se também que a saída deve dar-se pela expansão do setor público, uma vez que o grau de privatização apresentado por esse nível de ensino já é um dos maiores do mundo.

Após décadas de baixos investimentos na educação superior, a valorização e o crescimento desse nível de ensino ocorreram no governo Lula, quando surgiram as principais medidas para a criação de programas de incentivo ao acesso e à permanência do estudante nas universidades, como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), além da ampliação de abrangência dos programas já existentes, como o Fundo de Financiamento Estudantil — Fies (CARMO *et al.*, 2014).

No século XXI, segundo Carmo *et al.*, o Ensino Superior brasileiro se destaca pela expansão das vagas e pela procura de formação profissional qualificada e nível superior. Essas demandas se encontravam reprimidas e acumuladas por muito tempo. Devido à falta de investimentos por parte do governo nas IFES, havia limitações na abertura de novas vagas, o que tornava mais difícil o acesso ao ensino público e gratuito oferecido nas instituições públicas. Consequentemente, essas demandas remanescentes foram direcionadas

para as instituições privadas, permitindo que se tornassem responsáveis por 74% do total de alunos matriculados (INEP, 2013).

Os incentivos para a expansão das vagas democratizaram o acesso ao Ensino Superior, principalmente nas instituições públicas, cujas novas vagas aumentaram e proporcionaram o crescimento da formação superior brasileira. Essa constatação é verificada por Costa, Costa e Barbosa (2013, p. 109):

O que se tem observado por meio destas medidas é o surgimento de um novo fenômeno na educação superior brasileira; a inversão da expansão da iniciativa privada para a iniciativa pública. A iniciativa privada, que nos último 10 anos era a grande responsável pela expansão da educação superior no Brasil, se estagnou ante as perspectivas de expansão do ensino superior público, proveniente dos programas do governo federal.

Nesse contexto, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 6.500 alunos ingressam por ano, aproximadamente, nos cursos de graduação, oferecidos pela instituição, na modalidade presencial. Para tanto, a UFSC dispõe, na Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), da Comissão Permanente do Vestibular – COPERVE (UFSC, 2014).

Dentre as atividades desenvolvidas para o Vestibular, a COPERVE também operacionaliza o Vestibular UFSC Educação do Campo nas cidades de Santa Catarina onde o curso será ofertado; e o Processo Seletivo da Educação a Distância, para os cursos oferecidos por meio do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) em várias cidades de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e em outras regiões do Brasil. Nesses eventos, envolvem-se diretamente mais de 50.000 pessoas, dentre candidatos de diferentes etnias, classes sociais e condições especiais, além de milhares de colaboradores que atuam em diversas funções.

A COPERVE é o órgão responsável pela coordenação e supervisão de todas as atividades concernentes ao Concurso Vestibular no que diz respeito a selecionar candidatos, efetuar as análises críticas das provas e dos resultados obtidos em vestibulares anteriores, bem como desenvolver estudos com as informações cadastrais dos candidatos, visando a um constante aperfeiçoamento do planejamento, da operacionalização e da aplicação dos processos seletivos para o ingresso na universidade (UFSC, 2009).

O Vestibular, cuja finalidade é o ingresso nos cursos de graduação presencial, é considerado o maior processo seletivo da UFSC. A COPERVE aplica as provas durante três dias nos *campi* da UFSC de Florianópolis, Araranguá, Blumenau, Curitiba e Joinville, além de mais 18 cidades de Santa Catarina com a intenção de possibilitar aos candidatos oriundos de outras cidades o acesso ao Ensino Superior público e gratuito. Desta forma, espera-se oferecer igualdade de condições e oportunidades a todos, a fim de lhes permitir a aquisição do conhecimento intelectual (GOMES; LIMA, 2010).

A operacionalização do Vestibular da UFSC requer a atuação articulada de sua estrutura administrativa — física e pessoal — para ser executada. Os resultados desse evento estão condicionados ao seu planejamento, por meio do qual se possibilita a agilidade nos procedimentos e o cumprimento de prazos legais, preservando a qualidade e a segurança dos materiais referentes às provas. Ainda segundo Beppler e Pereira (2013), o planejamento se confunde com a tomada de decisão, pois consiste em realizar a ação mais adequada ao momento por meio de estratégias sistemáticas.

A operacionalização dos processos seletivos consiste em um processo que demanda a articulação de atividades variadas em tempo determinado. Segundo Leser (1985, p. 6):

A complexidade da tarefa exige a participação de pessoal qualificado em várias áreas; assim, como exemplos, para a elaboração das provas são necessários especialistas em cada matéria e em tecnologia de testes, bem como elementos conhecedores dos problemas e das condições do ensino secundário, e, para a análise dos dados, especialistas em estatística educacional.

Além disso, reconhecendo a importância do planejamento nesse evento, ressalta-se, como objetivo, “fornecer ferramentas como técnicas e atitudes administrativas, desenvolvendo processos que proporcionem uma situação que permita analisar as implicações futuras de decisões presentes, em função dos objetivos organizacionais” (ALMEIDA; SILVA, 2011, p. 46).

Diante do exposto, esta pesquisa pretende analisar o planejamento do ingresso nos cursos de graduação presencial da UFSC, considerando as informações dos Relatórios Oficiais dos Vestibulares de 2013, 2014 e 2015, mediante o seguinte problema de pesquisa: **De que forma as informações do Relatório Oficial do Vestibular podem**

## **contribuir para planejar ações voltadas aos ingressantes dos cursos de graduação presencial da UFSC?**

### **1.2 Objetivos**

No intuito de responder ao problema desta pesquisa, seus objetivos foram classificados em geral e específicos.

#### **1.2.1 Objetivo geral**

Analisar o planejamento do ingresso nos cursos de graduação presencial da UFSC, com base nas informações dos Relatórios Oficiais dos Vestibulares de 2013, 2014 e 2015.

#### **1.2.2 Objetivos específicos**

- a) Identificar a estrutura disponibilizada para operacionalizar o Vestibular;
- b) Relacionar características dos candidatos classificados com base nos Relatórios Oficiais dos Vestibulares de 2013, 2014 e 2015, enfatizando o seu Questionário Socioeconômico-Cultural;
- c) Classificar informações estatísticas constantes nos Relatórios Oficiais desses eventos;
- d) Propor uma ação que contribua para o planejamento do ingresso nos cursos de graduação presencial da UFSC.

### **1.3 Justificativa**

A UFSC está ambientada em um contexto de transformações e mudanças muitas vezes conflitantes entre si. Nesse panorama, a adoção de ferramentas que facilite executar ações e atingir objetivos propostos é desejável. O Planejamento vai ao encontro dessa necessidade contínua no contexto da gestão administrativa e acadêmica.

Espera-se, inicialmente, que a realização desta pesquisa traga contribuições para a Comissão Permanente do Vestibular (COPERVE), no que diz respeito ao aprimoramento da coleta e análise das informações cadastrais dos candidatos que se inscrevem nesse processo e que serão os futuros ingressantes. Neste sentido, este trabalho é oportuno devido à possibilidade de se tornar também um instrumento

capaz de contribuir e auxiliar no cumprimento e na execução das atividades relacionadas ao planejamento do Vestibular da UFSC.

Destaca-se também que, por meio dos conhecimentos adquiridos na formação junto ao Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária (PPGAU), o pesquisador pôde obter mais subsídios para planejar suas atividades, desenvolver estratégias e tomar decisões que contribuíssem à prática diária. Além disso, devido ao acesso do pesquisador às fontes de informação relacionadas ao tema e aos seus agentes, constatam-se a viabilidade e exequibilidade desta pesquisa.

Por meio dessa análise, objetiva-se obter resultados que possibilitem propor um plano de ação capaz de contribuir com melhores práticas para os gestores responsáveis pela elaboração do planejamento do ingresso nos cursos de graduação presencial da UFSC. E, uma vez elucidados os seus questionamentos, também poderá ser útil para o desenvolvimento de novas pesquisas sobre essa área de conhecimento.

Com a sua realização, espera-se descrever e contribuir com esse planejamento. Espera-se também identificar a estrutura que a universidade disponibiliza para operacionalizá-lo, relacionando-a às demandas programadas de ingresso. Por fim, cabe justificar a relevância desta pesquisa em relação à importância e à credibilidade do Vestibular, fornecendo subsídios para desenvolver e aplicar políticas públicas e institucionais destinadas aos ingressantes dos cursos de graduação presencial da UFSC.

#### **1.4 Estrutura da dissertação**

Na Seção 1, a dissertação apresenta a contextualização do tema por meio da Introdução. Em seguida, detalha-se o Tema Problema e define-se o Problema de Pesquisa. Depois, apresentam-se os Objetivos que norteiam a pesquisa. Esses objetivos foram divididos em Geral e Específicos, por meio dos quais será atingido o Objetivo Geral. Finalizando a Seção 1, consta a Justificativa da realização desta pesquisa, que se pauta em importância, originalidade e viabilidade.

Na Seção 2, apresenta-se a Fundamentação Teórica, na qual se aborda, em primeiro lugar, o Planejamento de forma ampla, sobre uma ótica conceitual e mediante uma contextualização voltada para o cenário brasileiro e para a gestão universitária, bem como uma visão direcionada para a gestão das instituições públicas de Ensino Superior. Logo, são descritas as políticas de acesso ao Ensino Superior e seus objetivos e instrumentos de gestão, por meio das Leis de Diretrizes e Bases da

Educação (LDB), do Plano Nacional da Educação (PNE), da Universidade Aberta do Brasil (UAB), do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Sistema de Seleção Unificada (SISU). A seguir, apresentam-se o Financiamento Público do Ensino Superior, garantido pela Constituição de 1988, e o Fundo Público Federal (FPF), mediante a descrição de sua criação, composição e objetivos.

Na Seção 3 apresentam-se os aspectos metodológicos da dissertação: as Características da Pesquisa e sua Delimitação, seguidas da Técnica de Coleta de Dados, da Análise e do Tratamento dos Dados, além de suas categorias de análises, Limites do Estudo e, por fim, dos Aspectos Éticos para a realização do presente estudo.

Na Seção 4 seguem as Análises dos Resultados em consonância com os objetivos geral e específicos delineados. Na sequência, apresenta-se a estrutura disponibilizada para o Vestibular, inicialmente da UFSC, através da Pró-Reitoria de Graduação, da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento e, por último, da COPERVE. Apresentam-se também as Características dos Candidatos Classificados com Base nas Respostas do Questionário Socioeconômico-Cultural (QSC) e as Discussões das Questões do QSC dos Candidatos Classificados nesses eventos. Ainda na Seção 4 consta a Análise dos Relatórios Oficiais dos Vestibulares, com as Entrevistas, segundo as Categorias de Análise Ensino, Permanência e Administração. Depois, dispõem-se as Proposições para o Planejamento do Ingresso nos Cursos de Graduação Presencial da UFSC, com a Síntese dos Resultados da Pesquisa e a Proposta de uma Ação.

Finalmente, na Seção 5, seguem as Considerações Finais da pesquisa, as conclusões com destaque para os principais reflexos observados, finalizando com a apresentação de sugestões e as recomendações para estudos posteriores, além das Referências Bibliográficas, dos apêndices e anexos.



## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Nesta seção, apresenta-se o marco teórico sobre o qual se fundamenta este trabalho. Para tanto, abordam-se os seguintes tópicos: Planejamento na Gestão Universitária, Políticas de Acesso à Educação Superior e Instrumentos de Gestão no âmbito da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e do Plano Nacional da Educação (PNE) do Governo Federal.

Nesse contexto, discutem-se o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Sistema de Seleção Unificada (SISU). Por fim, aborda-se o Financiamento Público do Ensino Superior, assegurado pela Constituição de 1988, com atenção especial sobre os recursos do Fundo Público Federal (FPF).

### **2.1 Planejamento na gestão universitária**

Na persistência para agregar novos procedimentos que busquem facilitar a tomada de decisões, o conhecimento cada vez maior de habilidades e técnicas para mudar a realidade é o que tem levado as organizações em direção ao aprimoramento e melhor planejamento de suas atividades, visto como uma das alternativas possíveis de administrar os recursos e diminuir os riscos das ações. Neste sentido, para enfatizar a importância do Planejamento na rotina da gestão universitária das instituições públicas de Ensino Superior, descrevem-se, nesta seção, o surgimento e alguns conceitos fundamentais para a sua compreensão.

#### **2.1.1 Fundamentos do Planejamento na Organização**

Para Souza (2009), foi em um contexto historicamente situado entre a última década do século XIX e as duas primeiras do seguinte que se deram as intervenções científicas de Jules Henri Fayol e Frederick W. Taylor, cujos teóricos contribuíram para o desenvolvimento evolutivo da Ciência da Administração, por meio da inserção de conceitos que, desde então, norteariam a gestão das organizações, resultando, por

consequência, no surgimento das denominadas Escolas Científica e Clássica em Administração.

Souza (2009) reforça também que algumas reflexões são importantes para facilitar a compreensão da amplitude dos conceitos desenvolvidos por Fayol:

- a) Primeiro: ele não tinha uma visão unicamente centrada nos fatores de produção, capital e trabalho, mas também possuía um olhar voltado para o mercado;
- b) Segundo: na visão de Fayol, o futuro deveria ser “calculado” e “preparado”, ou seja, era preciso se pautar em uma postura mais próxima da gestão por previsão de mudanças, baseada nas variáveis decorrentes de ameaças e oportunidades previsíveis, e que teria surgido a partir da década de 1950, do que da gestão eminentemente baseada no controle, natural de se esperar de um administrador do início do século XX; e
- c) Terceiro: Fayol demonstra percepção da flexibilidade como elemento necessário no desenho de planos, na construção do futuro, antecipando a necessidade de se interagir com o ambiente, de se identificar as ameaças, de se lidar com as incertezas.

Segundo Oliveira (2006), a ideia de planejar de forma sistematizada, no século XIX, tinha a finalidade de controlar, de alguma forma, o futuro por meio de registros, os quais eram chamados de planos. Inicialmente, havia surgido, ao final do século XIX e início do XX, na Inglaterra, como planejamento de cidades. Naquela época, a cidade era planejada para ser mais amena, ao distribuir espacialmente suas funções, pois o crescimento caótico das cidades europeias era um problema enorme.

Esse conceito impactou a área de urbanismo ao redor do mundo quanto ao planejamento daqueles núcleos urbanos que buscavam independência de outras cidades, ao possuírem um planejamento com finalidades sociais amplas, além de contar com a união entre a cidade e o campo em um só todo, procurando a harmonia que não existe na cidade industrial, através da ideia de cidade-jardim. O planejamento era uma função estritamente técnica do urbanista ou arquiteto (OLIVEIRA, 2006).

Nas décadas de 1930 a 1950, nos EUA e na Europa, esse modelo espacial urbanístico de planejamento, ao adquirir um formato mais abrangente, evoluiu, englobando as esferas social e econômica. Naquele

momento, ainda era forte a ideia de planejar para controlar o futuro, por causa do papel governamental nas decisões.

A partir dos anos 1950, discussões sobre a compreensão e a racionalidade controlada do planejamento vieram à tona. Surgiram também limitações pelo fato de possuir informações para prever. Além disso, questionava-se como lidar com ele frente a situações inesperadas e imprevisíveis. Assim, deixava-se de lado a definição de que poderia prever e controlar tudo, embora fosse ainda reconhecido como um instrumento técnico (OLIVEIRA, 2006).

Desde então, o Planejamento pode ser entendido como um processo formal que, por meio de decisões integradas, gera resultados. Sendo assim, no contexto de cada organização, é preciso verificar suas especificidades e demandas, pautando-se sempre nos elementos mais humanos, que deverão auxiliar a compreender o desafio da organização. De acordo com Paranhos Filho (2007, p. 253),

Planejar [...] é prever o futuro com as melhores informações disponíveis e agir aproveitando as oportunidades vislumbradas e antecipando-se aos problemas, controlando, dessa maneira, a dinâmica de todo fluxo produtivo, que se inicia com a previsão de vendas e termina com a entrega do produto.

Por outro lado, o planejamento exige também concentrar atividades para facilitar a formulação de um ou vários planos detalhados. Para Beppler e Pereira (2013), o Planejamento é um importante instrumento para a realização de diversas tarefas de forma organizada e articulada, desenvolvendo e aplicando soluções para as demandas e os problemas das instituições. Deste modo, espera-se aumentar as possibilidades de conseguir o que se busca e o que se deseja, a fim de equilibrar as necessidades e as demandas com os recursos humanos ou materiais disponíveis à instituição.

O Planejamento acontece de forma sequencial. Logo, é um processo que deve auxiliar na identificação das metas, dos planos e dos objetivos. Por meio dele, podem-se estabelecer estratégias para se atingir a meta desejada, tais como organizar os meios para alcançar os objetivos propostos, além de manter a direção e o controle em todos os momentos. De acordo com Caravantes, Caravantes e Kloeckner (2005, p. 404),

O Planejamento implica avaliar o futuro e preparar-se para ele, ou mesmo criá-lo [...] Pense bem: tudo aquilo que a organização deseja alcançar ou que o administrador julga importante realizar dependerá do estabelecimento de determinados objetivos e da formulação de planos que permitam alcançá-los. [...] O planejamento é o ponto de partida para qualquer ação de parte da gerência voltada para resultados.

Deve-se pensá-lo de forma técnica, considerando o seu caráter social. O Planejamento consiste na transformação e no direcionamento das ações com vistas à obtenção de um produto, vinculado a uma dada finalidade institucional. Segundo Vilasbôas e Paim (2008, p. 1240), pode-se constatar que

O planejamento tem sido designado como um processo social, um método, uma técnica, uma ferramenta ou tecnologia de gestão, um cálculo que precede e preside a ação, um trabalho de gestão, uma mediação entre as diretrizes políticas de uma organização e a subjetividade dos trabalhadores [...]. Contudo, o que há de comum nessas definições é a idéia do planejamento como uma forma de orientação da ação humana, dirigida para o alcance de uma dada finalidade. Nesse sentido, o planejamento é uma ação social, pois tem uma estrutura teleológica que lhe é inerente.

Como se percebe, essa forma de ação não pode ser executada como uma improvisação, pois sua formalidade deve ter alguma flexibilidade, não podendo ser tão rígida a ponto de criar obstáculos às novas demandas da organização. Pereira (2010, p. 44) ratifica que

A palavra “planejamento” lembra pensar, criar, moldar ou mesmo tentar controlar o futuro da organização dentro de um horizonte estratégico. [...] Nesse sentido, planejamento difere de improvisar. Enquanto o primeiro está preocupado em elaborar um plano para fazer algo ou mesmo criar um esquema para agir, o segundo prepara algo às pressas no momento em que as coisas acontecem e às vezes age ao acaso.

Na organização estruturada de forma tradicional-piramidal, o Planejamento, necessariamente, acontece em dimensões diferentes e em três níveis importantes: de cúpula, intermediário e base. A gerência — nível superior — preocupa-se com o planejamento estratégico devido ao seu impacto no todo da organização, visto que, geralmente, implica a alocação de uma maior quantidade de recursos e uma visão com prazos dilatados. Os níveis intermediário e operacional estão direcionados para a implementação dos planos estratégicos. Esses planos objetivam alcançar o nível mais eficiente e eficaz no uso dos recursos organizacionais (CARAVANTES; CARAVANTES; KLOECKNER, 2005).

Na elaboração do planejamento, torna-se necessário realizar as atividades de maneira previamente pensada. Desta forma, por meio dele, é possível identificar soluções para os pontos negativos, criando pontos fortes que deverão aumentar as possibilidades de os objetivos serem alcançados. Durante a elaboração e o desenvolvimento do planejamento, toda a atividade do indivíduo deve seguir critérios de razoabilidade e viabilidade, analisando as ações que não deram certo no passado e buscando aperfeiçoar as metas e os planos futuros. Meyer Jr. (1991, p. 136) define que:

O que caracteriza o homem como ser racional é a condição de ser pensante, ou seja: pensamos antes de agir. Também fazemos reflexões sobre nossas ações passadas, procurando entender e justificar nosso comportamento. A primeira chamamos de racionalidade e a segunda, de racionalização. Em teoria a arte de planejar inclui estes dois constructos de forma combinada. Na prática, é mesmo difícil, senão impossível, separar as ações ditas **racionais** ou resultante de certa racionalidade daquelas outras ações ditas **racionalizadas**. Na verdade, ambas resultam do raciocínio humano, priori e a posteriori.

Meyer Jr. afirma ainda que o Planejamento é, por excelência, uma reflexão humana, por meio da qual os objetivos, as decisões e as ações se permeiam, de forma a dar importância ao trabalho do homem. Deste modo, resulta praticamente impossível, para qualquer pessoa, não defender a necessidade de sua realização.

Para Miranda Neto (1981), durante a entrada de capital internacional nos países subdesenvolvidos, o Planejamento teve uma

importante contribuição, pois os governos desses países, por meio do planejamento, reorganizaram suas economias, buscando agilizar o seu desenvolvimento interno.

Até 1956, o Governo Federal mantinha o Conselho de Desenvolvimento, responsável por coordenar e planejar a política econômica nacional, o qual, a partir de 1962, passou a ser subordinado ao Ministério do Planejamento, que teve o economista Celso Furtado como a primeira pessoa a ocupar o cargo (MIRANDA NETO, 1981).

De acordo com Rezende (2009), no Brasil, durante o período da ditadura militar, o sistema de planejamento adotado foi beneficiado por experiências de governos anteriores. Naquela época, o Estado brasileiro adotou ações importantes para desenvolver a industrialização da economia nacional em resposta às crises que retratavam a enorme dependência do exterior.

Ainda segundo Jacobsen, Cruz Jr. e Moretto Neto (2006, p. 33), constata-se também que:

o planejamento enquanto processo aplicado à gestão experimentou seu ápice durante os anos sessenta e início da década de setenta, do século passado, período em que as empresas buscaram de forma incessante a antecipação do futuro através da elaboração de planos e da definição de mecanismos de conquistas e alcance dos meios.

O planejamento, no caso brasileiro, sempre esteve ligado à elaboração de planos e com o objetivo de controle. Oliveira (2006) afirma que houve uma grande quantidade de planos que já foram e continuam sendo elaborados: trienais, decenais, econômicos, plurianuais, de desenvolvimento, regionais, diretores, etc. Preserva-se uma cultura de planos, com a ideia de prever e organizar o futuro, controlando-o. Ainda segundo Oliveira (2006), as atribuições e as funções das Secretarias ou do Ministério de Planejamento têm um objetivo visivelmente controlador: suas metas principais estão direcionadas para controlar o orçamento e a alocação de recursos para diferentes órgãos estatais e projetos.

De acordo com Kobus (2012), considera-se o Planejamento uma ferramenta importante na gestão das instituições. Essa ferramenta tem a finalidade de dar suporte aos seus principais gestores na tomada de decisão e preparar a instituição para enfrentar a mudança ambiental com base no conhecimento das tendências das variáveis sociais, políticas,

econômicas e culturais, bem como se proteger daqueles pontos fortes e saber identificar fraquezas internas.

Na universidade pública, assim como em outras instituições de Ensino Superior, praticar esses conhecimentos corresponde, para a gestão da instituição, à busca por recursos humanos e estruturais para se atingir os objetivos. Bergue (2010b) corrobora ao afirmar que é preciso ainda atentar para o impacto da designação e da atuação de um gestor, que deve ser analisado sob uma perspectiva técnica, no mínimo, a partir dos seguintes critérios:

- a) da natureza da relação (formal ou informal);
- b) do cargo ocupado (*status* do cargo, ou seja, se um cargo de assessoria ou secretaria de governo, etc.);
- c) da definição das atribuições e da esfera de competência funcional;
- d) do nível e da distribuição de poder e a relação com as demais áreas da Administração Pública;
- e) do perfil profissional do agente de coordenação; e
- f) do nível de habilidades técnicas e humanas.

Para Rizzatti e Rizzatti Jr (2005) o planejamento é contínuo, com várias etapas, e seu funcionamento resulta da mutabilidade organizacional por causa das pressões ambientais que enfrenta e que resultam de forças externas, em variados níveis de intensidade e influência, bem como de resistências internas, resultantes dos muitos fatores que compõem a empresa. Ainda segundo os autores, a elaboração e a implantação do planejamento na universidade são recentes, podendo ser destacadas a partir dos seguintes fatos:

- a) O crescimento das universidades impulsionado pela Reforma Universitária na década de 1960;
- b) agilidade no incremento das necessidades humanas de aprender e se especializar;
- c) poucos recursos destinados à educação, principalmente financeiros;
- d) mercado de trabalho já comprometido; e
- e) a crescente necessidade de interação da universidade com a sociedade, que tem transformado o planejamento em uma importante metodologia, capaz de auxiliar o administrador na tarefa de identificar e solucionar os problemas críticos que afetam as organizações.

Ressalta-se também que, na elaboração do planejamento da universidade, devem ser levadas em conta algumas particularidades, se comparadas com as demais organizações. Logo, será de fundamental importância destacar a sua missão e finalidade para a sociedade. Maiocchi (1997, p. 244) reitera também que

A universidade não difere muito das empresas em qualquer área, exceto na missão específica. Não difere no que diz respeito ao trabalho e encargos do dirigente, ao planejamento e à estrutura da organização. Contudo, a universidade é essencialmente diferente das empresas nos seus “negócios.” É diferente na finalidade, possui valores diferentes, faz contribuição diferente à sociedade. O desempenho é a área na qual a universidade difere significativamente da empresa.

Assim, o planejamento acontece para ajudar a organização a materializar o seu desejo de estar no futuro, pois essa ação organiza e mostra como a instituição está estruturada para cumprir os planos propostos. Sem um planejamento ou a realização de um planejamento inadequado, podem ocorrer consequências desastrosas para qualquer organização em um curto espaço de tempo (CARAVANTES; CARAVANTES; KLOECKNER, 2005).

### **2.1.2 Gestão universitária**

A noção de Gestão também estava presente nas ideias de Taylor e Fayol. A visão de Taylor, mecanicista e racionalista em relação aos empregados, já sinalizava que era possível medir o tempo necessário para a execução de tarefas. Com isso, determinava-se um padrão para todos os trabalhadores, pois os homens eram vistos como adjuntos da máquina no desempenho de tarefas produtivas, devendo almejar unicamente a riqueza da empresa, como um bem de todos. Para Caravantes, Caravantes e Kloeckner (2005), muitos estudiosos da administração consideram Taylor o “pai da administração científica”.

Os princípios de administração para Fayol eram mais flexíveis, visto que ele valorizava o fator humano, que devia estar presente nas organizações. Ao considerar a teoria de Taylor um tanto rígida na questão do desempenho do trabalhador, Fayol defendeu que sua obra

completava a teoria de Taylor. Ele priorizava a harmonia entre os trabalhadores, os incentivos materiais e salariais. Para Finger (1996, p. 107),

No primeiro século da revolução industrial, a incorporação de mão-de-obra massiva mudou todo o panorama econômico e social da Europa e da América. No final do século passado, porém, os avanços foram mais significativos no refinamento das organizações e na capacitação das pessoas para as funções. O surgimento das teorias administrativas, a partir de Taylor e Fayol, deu origem a uma revolução na maneira de se verem as organizações, na reformulação das funções e no instrumental dos operários. Na década de 20, com as definições mais claras das chamadas ciências sociais, criou-se um instrumental teórico mais adequado para análise do que se passava, tanto nas organizações como no trabalho e, mais importante ainda, no mundo do trabalhador.

Pode-se afirmar que a Administração ou Gestão já vinha sendo colocada em prática desde a primeira metade do século XIX. Embora a indústria não contasse com a figura do administrador, havia no grupo alguns encarregados que faziam esse papel, com técnicas que lhes proporcionavam melhores resultados em suas atividades. Essa constatação se materializa quando Drucker (2006, p. 182) afirma que

[...] A maior empresa existente era de origem inglesa, uma fábrica de algodão localizada em Manchester que empregava pouco menos de trezentas pessoas. Seu proprietário, Friedrich Engels, era amigo e colaborador de Marx. A fábrica de Engels era uma das empresas mais lucrativas; não havia “gestores” – apenas alguns supervisores de primeira linha ou encarregados, que eram ao mesmo tempo trabalhadores e impunham a disciplina a um punhado de colegas do “proletariado”.

A administração ou gestão, conforme designa Drucker (2006), contribuiu para proporcionar mais rapidez ao desenvolvimento da humanidade. Foi por meio dela que a economia se tornou globalizada, e

os trabalhadores que não tinham mão de obra qualificada, passaram a receber capacitação, tornando-se trabalhadores com conhecimento. Segundo Drucker (2006, p. 182),

[...] não há dúvida de que o desafio fundamental da administração permanece o mesmo: tornar as pessoas capazes de apresentar um desempenho conjunto ao lhes apontar objetivos comuns e valores comuns, proporcionando-lhes a estrutura correta, o treinamento e o desenvolvimento contínuo de que necessitam para desempenhar suas funções e reagir a mudanças.

Assim, a Gestão deve buscar também otimizar o funcionamento das organizações por meio de decisões racionais com base em dados e informações relevantes que possam contribuir para o desenvolvimento e a satisfação do interesse de seus colaboradores, ou de um grupo em particular, bem como de toda a sociedade.

Para Mintzberg (2001), a gestão é um processo bem menos racional do que geralmente transmite a literatura. Pode-se dizer que tem como objeto a organização, e como objetivo, a criação de valor. A gestão passou a ser reconhecida de modo restrito à sua perspectiva instrumental e como sinônimo de planejamento estratégico, de gestão pela qualidade ou de qualquer outra tecnologia gerencial. A ação gerencial pode ser compreendida como um processo de aprendizagem; portanto, cíclico e virtuoso de análise, diagnóstico e de tomada de decisão que nada mais é que a própria ação.

Na gestão das organizações, torna-se necessária uma consciência comprometida com a situação da sociedade e com a necessidade de mudanças, muitas vezes fundamentais na flexibilização das ações para se adequar à realidade, não esquecendo que as demandas devem ser levadas em conta.

Devido às muitas mudanças organizacionais que ocorrem nas instituições públicas brasileiras, é possível destacar os valores gerenciais que, em determinados momentos, são evidentes, enquanto que, em outros, ainda se encontram em um processo de acomodação em relação aos padrões da cultura tradicional. Bergue (2010a, p. 38) corrobora ao afirmar que,

A motivação das transformações em organizações públicas permitem destacar um “duplo desafio”:

- tensões externas, que os autores denominam “de cima”, atribuídas ao fenômeno da globalização; e
- tensões internas “de dentro”, representadas pelo “problema crescente de legitimidade” em larga medida decorrente da redução da oferta de serviços públicos à sociedade.

Desta maneira, há reformas aplicadas à gestão que resultam das demandas exigidas pela sociedade. Tais reformas influenciam e geram novas práticas de administração na organização (MATIAS-PEREIRA, 2009).

Na administração pública, identificam-se diferentes práticas de gestão utilizadas para a realização dos objetivos organizacionais. Explicitam-se no Quadro 1 os valores e os conceitos que orientam tais práticas, segundo Bergue (2010a):

Quadro 1 – Valores da nova administração pública, tecnologias gerenciais e correspondentes práticas de gestão

Valores da Nova Administração Pública	Conceitos e/ou Tecnologias Gerenciais	Prática adotada na Administração Pública
Confiança limitada	Descentralização; delegação de autoridade; controle social.	Gestão por programas; avaliação de desempenho permanente de servidores; gestão pela qualidade.
Controle por resultados	Gestão por processos; eficácia gerencial; avaliação de desempenho; <i>accountability</i> ; transparência.	Gestão por programas; delegação de bens e serviços públicos; avaliação de desempenho permanente dos servidores; contratos de gestão; gestão pela qualidade, planejamento estratégico.
Administração voltada para o cidadão	Foco no cliente; qualidade; planejamento; gestão por processos.	Gestão por programas; ouvidorias; prestação de contas; audiências públicas; gestão pela qualidade; planejamento estratégico.

Fonte: Bergue (2010a).

Embora a gestão esteja relacionada com a administração, observam-se algumas distinções entre essas palavras. A gestão tem

ideias mais dinâmicas e foco na globalização, é mais democrática, além de objetivar a inclusão de novos valores e um conjunto de tarefas para garantir que todos os recursos disponibilizados pela organização possam contribuir para o alcance de seus objetivos.

Segundo Luck (1996, p. 159),

Percebe-se que o termo *gestão* tem sido utilizado em substituição ao que anteriormente se denominava *administração*. As proposições antecedentes expressam uma mudança significativa na postura e orientação de dirigentes. Consequentemente, não se deve entender que o que esteja ocorrendo seja uma simples substituição terminológica das antigas a respeito de como conduzir uma organização de ensino.

A gestão é uma das expressões características de uma organização, resultado de várias interações nos diferentes aspectos envolvidos no dia a dia das organizações. Nas instituições públicas, os gestores necessitam estar atentos para observar tais aspectos de transformação, ao reconhecer que, por meio deles, serão capazes de desenvolver processos de inovação, respeitando princípios éticos e morais. É certo que, em alguns casos, precisarão romper antigos preconceitos, na permanente missão de alcançar os objetivos da organização. De acordo com Matias-Pereira (2009, p. 1),

Nesse esforço os governos, além da preocupação permanente em elevar o nível de desempenho da gestão pública (disponibilizando cada vez mais bens e serviços, com menos recursos), devem dedicar uma especial atenção às questões que envolvem a ética, a moral e a transparência na administração pública (accountability).

Às vezes, pode haver pessoas contrárias à mudança no processo de gestão, o que pode ser compreensível, tendo em vista que, em alguns casos, possa ocorrer alguma perda para o colaborador. Além disso, sua situação atual pode ser confortável. A resistência à mudança poderá ser minimizada, ou até mesmo eliminada, se o indivíduo ou grupo receptor da mudança for capaz de obter a constatação de resultados positivos no equilíbrio das perdas e ganhos provenientes dessa inovação (BERGUE, 2010a).

De um modo geral, as organizações são modelos formais de gestão que, com a interação das pessoas, produzem uma dimensão informal que, com ela, coexiste. Comumente, na literatura gerencial, as chamadas “disfunções” da organização formal são, invariavelmente, o resultado da interação de pessoas com as estruturas normativas que dão estatura à organização formal (BERGUE, 2010b). Portanto, pode-se dizer que são o resultado evidente do esforço de alguns com vistas a limitar a ação de outros no espaço organizacional.

No século XXI, o centro da sociedade, da economia e da comunidade moderna são as instituições gerenciadas como órgãos da sociedade, que são como organismos. Existem alguns princípios de organização, tais como: transparência, pois as pessoas precisam conhecer e compreender a estrutura organizacional onde trabalham, e proporcionalidade entre a autoridade e a responsabilidade, uma vez que alguém deve tomar a decisão final. Cada vez mais os trabalhadores precisam ser gerenciados como parceiros. É necessário persuadi-los, visto que o gerenciamento de pessoas será um trabalho de marketing e que o ponto de partida é gerenciar para o desempenho em vez de gerenciar para as pessoas (DRUCKER, 2006).

De uma maneira geral, a administração desenvolve demandas administrativas, cuja finalidade está direcionada à execução das decisões políticas e legislativas. Neste sentido, a administração tem como objetivo a gestão de bens e interesses que visam ao atendimento da população nos âmbitos federal, estadual e municipal (MATIAS-PEREIRA, 2009).

Por outro lado, e em função da volatilidade e do nível de exigência que a sociedade cobra das organizações, os gestores das instituições públicas do setor educacional são induzidos à busca permanente de novas tecnologias e mão de obra capacitada para diversificar seus serviços com qualidade. Tachizawa e Andrade (2002, p. 37) sustentam que,

Como qualquer organização, as instituições de ensino têm por objetivo principal satisfazer as necessidades de seus clientes. Devem prestar serviços de ensino, de pesquisa e de extensão de qualidade e, concomitantemente, assegurar um bom ambiente de trabalho para os seus funcionários. Essa necessidade de prestar serviço de qualidade para clientes cada vez mais exigentes, num ambiente competitivo, tem levado

muitas organizações fora do contexto educacional, a adotar modelos inovadores de gestão.

Como em muitos campos de conhecimento, a gestão das instituições passa por transformações diversificadas, abandonando modelos e práticas tradicionais, renovando-se e deixando de lado aparatos consagrados. Algumas dessas ideias ganham espaço e a teoria, de forma organizada, incorpora as mudanças mais amplas que estão acontecendo na economia e na sociedade como um todo (FINGER, 1996).

Deste modo, os dirigentes das universidades, em conjunto com a comunidade universitária, defendem a autonomia universitária — como já prescreve a Constituição de 1988, para cumprir o que consta no artigo 207 (BRASIL, 1988). Esse artigo estabelece que as universidades devem gozar de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, obedecendo ao princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão (BRASIL, 1988).

Para Melo e Silveira (2000, p. 58), “a autonomia precisa vir acompanhada de recursos previamente definidos em lei, ou, o dispositivo constitucional continuará sendo uma fachada”, pois, “conceder autonomia e deixar as universidades jogadas à própria sorte para obter recursos num país como o Brasil, onde a situação econômica ainda é muito instável”, não é uma realidade plausível. Assim, concluem os autores, “evidencia-se que as universidades com autonomia, mas sem recursos orçamentários, irão se transformar em grandes empresas prestadoras de serviços e consultorias, desviando-se das suas reais finalidades”.

Meyer Jr. (2003) afirma que são muito os desafios impostos às universidades. Devido ao contexto externo, à expansão do Ensino Superior brasileiro, ao crescimento e à competição existente em muitos setores, não é mais aceitável uma administração amadora, que improvisa e decide segundo um bom senso e aplica experiências e modelo ultrapassados.

## **2.2 Políticas de Acesso ao Ensino Superior Público**

Por volta do século XII, em algumas cidades da Europa, por interesse político e social do Estado e também do Clero, surgiram as primeiras universidades diretamente controladas pela Igreja Católica.

Além de religiosos, eram frequentadas também por pessoas ligadas à nobreza e com boas condições econômicas, sendo seu acesso restrito. Janotti (1992, p. 27) explica que,

As condições que favoreceram o nascimento das universidades foram duas: social e cultural. E os interesses também foram dois: o da Igreja e o do Estado. As universidades de uma maneira geral surgiram como consequência da atuação concomitante dessas condições e desses interesses.

No Brasil, as universidades foram criadas após muita resistência de Portugal e também de brasileiros que as julgavam desnecessárias na Colônia. Entretanto, ainda no século XIX, diante das dificuldades encontradas pelas classes dominantes em conseguir acesso para cursar nas universidades da Europa, criaram-se medidas para instituir o Ensino Superior no Brasil. De acordo com Souza (2001, p. 10),

Como se vê, o ensino superior no Brasil nasce no modelo de instituto isolado e de natureza profissionalizante. E nasce elitista, apenas para atender os filhos da aristocracia colonial, que não mais tinham acesso em 1808 às academias europeias, sendo forçados a cursar estudos superiores por aqui mesmo, no Brasil. A natureza pouco universitária desses estudos utilitários (engenharia militar e medicina aplicada) e profissionalizantes, feitos em faculdades divorciadas organizacionalmente entre si, iria marcar fundo o sistema de ensino superior no Brasil, através dos tempos, e explicar muitas das distorções que, ainda hoje, o enfermizam dos pontos de vista estrutural e de funcionamento.

Por volta de 1915, a Reforma Carlos Maximiliano, através do Decreto nº 11.530, dispõe sobre a instituição de uma universidade para, em 1920, executá-la por meio do Decreto nº 14.343 e, assim, instituir a Universidade do Rio de Janeiro (URJ). Desde então, articularam-se medidas para diversas propostas universitárias, reformuladas ao longo do tempo (FÁVERO, 2006).

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foi criada em dezembro de 1960 com o nome de Universidade de Santa Catarina. Seu

primeiro Reitor, Professor João David Ferreira Lima, foi escolhido de lista tríplice, tendo tomado posse em 25/10/1961. Naquela época, o corpo discente da UFSC contava com 847 alunos e o docente com 49 professores, oriundos de sete faculdades isoladas, que inicialmente a compuseram, tais como a Farmácia e a Odontologia, o Direito e as Ciências Econômicas. No mesmo período, ao final do governo de Juscelino Kubitschek, houve uma crescente onda de criação de universidades públicas no Brasil. Para a sua criação, a UFSC teve como fundamento legal a Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960 (UFSC, 2010).

Segundo Dalcastagne (2010), a UFSC vivenciou distintos momentos da história brasileira, desde o final do período populista, passando por uma forte mudança com o regime civil/militar, e chegando até o período de abertura política e democrática, que ainda apresentava muitas marcas deixadas pelo período anterior, pois fora uma abertura eminentemente conservadora, na qual se mantiveram no poder muitas das forças políticas anteriores e que ainda estão presentes no cenário político nacional.

O projeto desenvolvido inicialmente em Santa Catarina designava uma universidade estadual. Isso foi realizado cinco anos após a criação da UFSC, por meio da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, hoje denominada Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). A história das duas universidades pioneiras do Estado esteve, portanto, interligada desde o início. Até então, a UFSC era a única universidade federal no Estado. Já em 2009, a UFSC assumiu a condição de tutora da recém-criada Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), uma instituição regional que engloba o oeste dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (UFSC, 2010).

A UFSC possui, além do campus de Florianópolis, mais quatro *campi*, localizados nas cidades de Araranguá, Blumenau, Curitiba e Joinville, para atender às demandas da sociedade e oferecer cursos de qualidade. Souza (2001, p. 18) lembra também que:

Para esta nova clientela, os cursos superiores na sociedade competitiva em que se vive atualmente, passaram a significar condição básica para o sucesso na vida profissional. Daí que os próprios alunos deram de exigir qualidade nos cursos, fazendo com que as escolas procurassem modificar seus padrões para satisfazê-los. Construíram-se melhores prédios, equiparam-se bibliotecas e laboratórios, capacitaram-se

professores nos mestrados e doutorados, ou quando não nos cursos de especialização.

A partir do momento em que a universidade intensifica cada vez mais sua presença na sociedade, a preocupação com o acesso passa a ser muito importante para a instituição. Neste sentido, Mont'Alvão Neto (2014) argumenta que, nas três últimas décadas, a expansão do sistema de Ensino Superior se deu por mudanças demográficas na população e também por causa da implementação de políticas públicas comprometidas com o objetivo de diminuir as desigualdades de acesso. Segundo Carmo *et al.* (2014, p. 306),

Diante de tamanha necessidade, o governo federal, principalmente, além dos governos estaduais e de alguns governos municipais que oferecem educação superior, passaram a implementar e a ampliar programas de democratização do acesso ao ensino universitário.

Com o objetivo de se planejar melhor e atender à exigência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a UFSC elabora o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), definido no artigo 16 do Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006 (BRASIL, 2006a):

o documento que identifica a Instituição de Ensino Superior (IES), no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver.

O PDI é uma das dimensões obrigatórias identificadas no processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Esse documento é condição necessária para o recredenciamento da Instituição, para a autorização de novos cursos e para os pedidos de financiamento para apoio institucional. Sua função, portanto, é sistematizar o planejamento na Instituição com um horizonte temporal de, pelo menos, um quinquênio (UFSC, 2010). Assim,

Art. 3º A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes: I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional; [...] (BRASIL, 2004).

Como visto, as universidades públicas são oriundas de contextos sociopolíticos maiores, a partir dos quais suas ações e gestão são orientadas. Daí a importância das políticas públicas que devem norteá-las.

### **2.2.1 Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)**

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), abrange as mais diversas categorias de educação, desde a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, o Ensino Médio até o Ensino Superior, além de outras formas de ensino, como a Educação Especial e a Distância (BRASIL, 1996).

Nessa lei, constam os princípios gerais da educação, assim como seus objetivos, os recursos financeiros destinados à formação e as diretrizes para a carreira dos profissionais que trabalham na educação. Desde a sua promulgação, ocorreram diversas atualizações no intuito de buscar melhorias, sempre tendo como foco o direito universal à educação.

A LDB confere ao Conselho Federal de Educação, por meio de medidas fiscalizadoras dependentes do Ministério da Educação, o poder para definir sobre o funcionamento de instituições isoladas de Ensino Superior, federais ou privadas. No reconhecimento de uma universidade, é preciso observar os critérios de duração e o currículo mínimo exigido pelos cursos, os quais devem garantir os diplomas e assegurar o exercício de profissões liberais, entre outros fatores compatíveis com esse nível de ensino. Uma das iniciativas, a LDB de 1996, determinou que a União envie ao Congresso Nacional o Plano Nacional da Educação (PNE), com diretrizes e metas para o decênio seguinte em

consonância com a Declaração Mundial sobre Educação para todos (COSTA, 2010).

Segundo Amaral (2008), em relação às necessidades da universidade, a LDB estabeleceu, no artigo 55, que “caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas”. No entanto, não definiu a forma de se estabelecer o montante de recursos que deve assegurar a manutenção e o desenvolvimento das instituições.

Compete também à população brasileira exigir o seu cumprimento para desenvolver uma educação que permita que mais pessoas possam ter acesso ao processo de formação. Esse compromisso com o sistema educacional deve envolver, principalmente, a família, as relações humanas, sociais e culturais. Isso porque a educação é uma busca permanente e contínua, de modo que o ser humano, que é um ser incompleto e inacabado por natureza, deve estar sempre em formação. Afinal, não haveria sentido na educação se o ser humano fosse um ser acabado (FREIRE, 1986).

### **2.2.2 O Plano Nacional da Educação (PNE)**

Para atingir seus objetivos, o Plano Nacional da Educação (PNE) contém 14 artigos, 20 metas e 177 estratégias para melhorar a área em um prazo de dez anos. A Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, prevê até 7%, no quinto ano do PNE, e até 10%, ao final do decênio, de recursos destinados à educação oriundos do Produto Interno Bruto (PIB), de forma a atender não só os alunos, mas garantir também a qualificação dos professores; além da ampliação do acesso à educação básica e ao ensino especial, preferencialmente, nas escolas regulares (BRASIL, 2014). O PNE garante também os 12 anos de ensino às crianças e adolescentes, bem como sistema educacional inclusivo nas escolas regulares e acesso ao ensino especial para crianças com deficiência.

Dentre as 20 metas para o próximo decênio que compõem o conjunto de ações e estratégias para a consecução do novo PNE, três tratam, especificamente, de ações e estratégias para ampliar e desenvolver a educação superior nos níveis de graduação e pós-graduação, dentre as quais se destacam:

**Meta 12** – Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta.

**Meta 13** – Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores.

**Meta 14** – Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores (BRASIL, 2014).

De acordo com Magalhães, Magalhães e Tavares (2014), diante da complexidade do cenário contemporâneo para a construção e a implementação das políticas educacionais, o PNE (2014-2024), por meio de suas metas e estratégias, configura-se como um grande desafio, visto que propõe construir coletivamente, no seio da sociedade, um projeto de educação “melhor”, objetivando superar os limites impostos por esse modelo de produção.

### 2.2.3 Universidade Aberta do Brasil (UAB)

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior prioritariamente para a formação de professores e gestores públicos, conforme dispõe o Decreto 5.800, de 08 de junho de 2006, da própria instituição:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País.

Parágrafo único. São objetivos do Sistema UAB:

I – oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;

II – oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação

básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;  
III – oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;  
IV – ampliar o acesso à educação superior pública;  
V – reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;  
VI – estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e  
VII – fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação (BRASIL, 2006b).

Os cursos oferecidos por meio do Sistema UAB são a distância, tendo como objetivo a expansão e a interiorização da oferta de cursos e programas de educação superior no país. A UAB fomenta a modalidade de educação a distância nas instituições públicas de Ensino Superior, bem como apoia pesquisas em metodologias inovadoras de Ensino Superior respaldadas em tecnologias de informação e comunicação. Além disso, incentiva também a colaboração entre a União e os demais entes federativos estimulando a criação de centros de formação permanente por meio dos polos de apoio presencial em localidades estratégicas. Segundo Heredia e Faria (2014, p. 110), pode-se constatar também que

A partir da regulamentação e supervisão dessa modalidade, desenvolveram-se projetos significativos no âmbito das políticas públicas de educação. E, ainda que sejam muitos os desafios da EaD, é possível afirmar que avanços têm ocorrido nessa modalidade, especialmente a partir da instituição do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), em 2005.

Desta forma, o Sistema UAB visa à articulação, à interação e à efetivação de iniciativas que busquem a parceria dos três níveis governamentais — federal, estadual e municipal — com as universidades públicas e demais organizações interessadas, enquanto viabiliza mecanismos alternativos para o fomento, a implantação e a execução de cursos de graduação e pós-graduação de forma consorciada.

Para Novais e Fernandes (2011), no conjunto das ações propostas para implementar o EaD no Brasil, destaca-se o Projeto Piloto da UAB do Curso de Administração a distância, iniciado em junho de 2006 e que teve suas primeiras turmas concluídas em dezembro de 2010. Esse projeto conforma um consórcio integrado por 25 IPES, federais e estaduais, apoiado pelo MEC, UAB e Fórum das Estatais, por meio do Banco do Brasil (BB). Em relação ao número de atendidos inicialmente, o vice-presidente de Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental do Banco contabilizou 14.000 alunos (sendo em torno de 7.000 oriundos da entidade) e o envolvimento de 18 estados da Federação (UAB, n.d.). Ressalta-se que o conhecimento acumulado e a experiência da UFSC no Ensino a Distância têm contribuído, de maneira significativa, para os cursos presenciais, seja proporcionando espaços para pesquisa, seja na utilização dos materiais preparados para a modalidade a distância no presencial (SPANHOL *et al.*, 2010).

#### **2.2.4 Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)**

A expansão da educação superior conta com o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), cujo objetivo principal é ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Com o Reuni, o Governo Federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do Ensino Superior público, criando condições para que as universidades federais promovessem a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior.

Os resultados da iniciativa podem ser constatados pelos expressivos números da expansão, iniciada em 2003. As ações do programa contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país. O Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que prevê, no artigo 1º, os objetivos de sua instituição:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e

permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

§ 1º O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

§ 2º O Ministério da Educação estabelecerá os parâmetros de cálculo dos indicadores que compõem a meta referida no § 1º (BRASIL, 2014).

Para Soares (2013), após a criação do Reuni é possível verificar a expansão das IES públicas no período de 2003 a 2010, com um aumento de 45 para 59 universidades federais, significando uma ampliação de 31%; e de 148 *campi* para 274 *campi*/unidade, com um crescimento de 85%. A interiorização das universidades e dos *campi* também elevou o número de municípios contemplados de 114 para 272, com um crescimento de 138%.

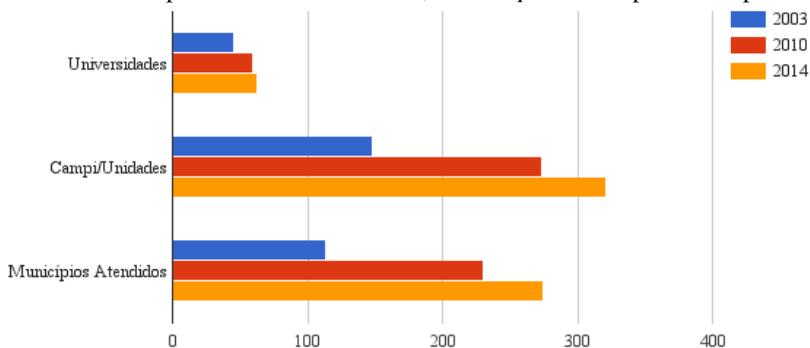
A tabela a seguir reproduz a expansão das universidades, dos *campi*/unidade e a cobertura de municípios, dando destaque ao aumento ocorrido em 2010 e à expansão prevista para 2014, com a inclusão de 4 universidades, 47 *campi* e mais 47 municípios contemplados.

Tabela 1 – Expansão das universidades, dos *campi*/unidade e a cobertura de municípios

Anos	Universidades	CAMP/Unidades	Municípios Atendidos
2003	45	148	114
2010	59 (14 Novas)	274 (126 Novos)	230
2014	63 (4 Novas)	321 (47 Novos)	275

Fonte: adaptado de Soares (2013).

Os dados mencionados também estão representados no gráfico a seguir.

Gráfico 1: Expansão das universidades, dos *campi*/unidade por municípios

Fonte: dados da pesquisa.

Segundo Weska (2012), após quatro anos da implantação do programa, verifica-se, de forma muito clara, o crescimento quantitativo das Instituições Federais. Destaca-se também que o Reuni possibilitou que cada instituição encontrasse, autonomamente, o seu caminho de desenvolvimento, justo em um momento crucial, isto é, em plena revolução científica, quando as fronteiras entre as áreas do conhecimento tornam-se tênues e novas possibilidades de formação vão se delineando.

A compreensão das finalidades do programa exige uma maior atenção quanto aos meios a serem utilizados, entre os quais, a ampliação dos cursos noturnos, o aumento da mobilidade estudantil, a revisão da estrutura acadêmica e a diversificação das modalidades de graduação. Não é mais possível aceitar itinerários rígidos e desperdício de créditos, com uma estrutura universitária adequada aos novos desafios da ciência (WESKA, 2012).

### 2.2.5 Sistema Nacional de Avaliação Institucional (SINAES)

A avaliação da Educação Superior no Brasil, surgida em meados da década de 1980, é de responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura – MEC. Porém, somente em 2004, com a Lei Federal nº 10.861, foi consolidada através da criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, que objetiva qualificar a educação superior, orientar a expansão de sua oferta e o aumento permanente de sua eficácia institucional, acadêmica e social e, especialmente, promover

o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção de valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2014).

O SINAES tornou-se um instrumento que propicia o controle da qualidade da educação superior. No conjunto, é composto de três modalidades instrumentais aplicadas em momentos diferentes, a saber: Avaliação das Instituições de Educação Superior, composta de duas etapas, autoavaliação e avaliação externa; Avaliação dos Cursos de Graduação e Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE. Segundo Alves (2014, p. 20), é possível constatar ainda que,

O SINAES não define qualidade, mas avalia qualidade e as instituições de ensino superior se mobilizam para obterem “o conceito máximo de qualidade” para servir como chamariz para mais alunos. Isso não significa um descaso com a educação, mas de certa forma faz com que as IES busquem conhecer os indicadores de avaliação de modo a responder a todos os quesitos ali solicitados e “passar” na avaliação.

O SINAES se fundamenta na necessidade para a promoção da melhoria da qualidade da educação superior, para a orientação da expansão de sua oferta, para o aumento permanente de sua eficácia institucional, de sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais (SINAES, 2009, p.4).

### **2.2.6 Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)**

O Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) foi criado pelo Ministério da Educação (MEC) ao final da década de 1990, por meio da Portaria MEC nº 438, de 28 de maio de 1998. No artigo 1º da portaria, observam-se os objetivos de sua instituição:

Artigo 1º – Instituir o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, como procedimento de avaliação do desempenho do aluno, tendo por objetivos:

- I – conferir ao cidadão parâmetro para autoavaliação, com vistas à continuidade de sua formação e à sua inserção no mercado de trabalho;
- II – criar referência nacional para os egressos de qualquer das modalidades do ensino médio;
- III – fornecer subsídios às diferentes modalidades de acesso à educação superior;
- IV – constituir-se em modalidade de acesso a cursos profissionalizantes pós-médio (BRASIL, 2014).

Nos últimos anos, a participação de candidatos nesse processo teve um aumento significativo, tendo em vista que os resultados individuais passaram a ser utilizados na seleção de candidatos para o ingresso no Ensino Superior em universidades públicas. Diversas universidades brasileiras se utilizam dos resultados do ENEM para o acesso ao Ensino Superior, podendo ocorrer como fase única de seleção ou conforme seus processos seletivos próprios combinados com os resultados do ENEM: algumas reservam vagas aos participantes que obtiveram média maior ou igual a determinada nota; outras acrescentam pontos às primeiras duas fases de seus vestibulares; e outras ainda substituem a nota de seu vestibular pela do ENEM.

Muitas pessoas fazem a prova do ENEM no intuito de ganhar pontos para o ProUni (Programa Universidade para Todos). Desde 2009, ele serve como certificação para a conclusão do Ensino Médio em cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), antigo supletivo, substituindo o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja). O Enem avalia as habilidades gerais dos alunos que estão concluindo o Ensino Médio. O exame é composto por questões de múltipla escolha, divididas em quatro áreas de conhecimento: Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Linguagens e Matemática, além da redação. O processo de inscrição acontece exclusivamente via internet, e dele podem participar alunos que concluirão o Ensino Médio no ano de aplicação da prova ou que o concluíram em anos anteriores, ou ainda, aqueles que desejam obter a certificação de conclusão do Ensino Médio.

### **2.2.7 Sistema de Seleção Unificada (SISU)**

O Sistema de Seleção Unificada (SISU) é uma plataforma virtual criada e administrada pelo Ministério da Educação por meio da Portaria

Normativa Nº 2, de 26 de janeiro de 2010, através do qual instituições de Ensino Superior de todo o país ofertam vagas aos estudantes participantes do ENEM (BRASIL, 2014).

A quantidade de vagas oferecidas pelas universidades federais para os alunos participantes do programa varia de acordo com a forma de seleção usada em cada instituição. O SISU se tornou uma ferramenta que possibilita a disputa de vagas em áreas de conhecimento de diferentes instituições, uma vez aderidas ao SISU. Diferentemente dos modelos tradicionais de vestibular, no SISU, o aluno, primeiramente, faz a prova, e depois, escolhe o que e onde deseja cursar. Constata-se no artigo 1º da Portaria Normativa Nº 2, quais os objetivos que determinam a sua instituição:

Art. 1º Fica instituído o Sistema de Seleção Unificada – SiSU, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação – MEC, por meio do qual são selecionados candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior participantes. § 1º A seleção dos candidatos às vagas disponibilizadas por meio do SiSU será efetuada com base nos resultados obtidos pelos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, a partir da edição referente ao ano de 2009.

§ 2º O Ministério da Educação dará publicidade ao cronograma dos processos seletivos do SiSU por meio de edital (BRASIL, 2014).

## **2.3 Financiamento Público do Ensino Superior**

Para Santos (2013), no Brasil, o financiamento da educação está previsto legalmente para todas as esferas do governo, correspondendo a um percentual mínimo obrigatório. Tendo em vista que o ensino disponibilizado pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) é gratuito, o Governo Federal é o principal financiador dos investimentos e da manutenção dessas instituições. Resta, contudo, uma parcela muito pequena por conta da arrecadação própria de cada instituição.

O Financiamento Público do Ensino Superior pode ser visto também como uma ação que possa contribuir para que o Brasil se desenvolva de forma mais justa em todas as regiões, proporcionando à

população acesso às informações e serviços com qualidade. Essa afirmação pode ser constatada por Amaral (2008, p. 651), quando argumenta que:

Deve-se lembrar que a abrangência nacional das IFES constitui-se em importante fator de redistribuição da riqueza nacional, por permitir a formação de profissionais altamente qualificados em todo o território nacional, além de desenvolver atividades de pós-graduação, pesquisa e de extensão locais, o que contribui para a redução da desigualdade tecnológica entre as regiões do País e a dependência dos Estados que se encontram num estágio de formação de pesquisadores, em relação àqueles que já conseguiram consolidar as atividades que possibilitam a geração e absorção de conhecimento.

Ainda segundo Amaral (2008), as instituições públicas de Ensino Superior brasileiras participam e são responsáveis por mais de 90% da produção científica do país, e isso já demonstra o quão importantes são no conjunto de ações realizadas que visam ao desenvolvimento social e econômico brasileiro.

Geralmente, cortes de gastos e adequações orçamentárias por parte do Governo Federal desafiam os dirigentes das universidades públicas, que passam a enfrentar muitas dificuldades para dar continuidade à gestão e manutenção dessas instituições. Souza (2001, p. 119) afirma também que

As universidades federais retiram seu custeio das verbas, que constituem a responsabilidade da União com os gastos no setor educacional, a saber, 18% da receita tributária. Essas universidades são bastante numerosas, suas despesas são imensas e o dinheiro disponível para satisfazê-las está sempre aquém das suas necessidades. Tem havido casos de algumas que chegam a não dispor de recursos para pagar luz, água, telefone e outros serviços básicos [...].

Apesar desses fatos, segundo Costa (2010), desde o início do século XXI, um dos grandes responsáveis pelo fenômeno da ampliação da educação superior no Brasil, e também pela criação de novas

instituições e da abertura e expansão das vagas para a educação pública superior, foi o Financiamento Público do Ensino Superior. Por esse motivo, esta seção apresenta a Constituição de 1988, que prevê os recursos para a educação, e o Fundo Público Federal, voltado para o financiamento das instituições públicas de Ensino Superior no Brasil.

### **2.3.1 A Constituição de 1988 e os recursos financeiros para a Educação**

Com o objetivo de garantir ao povo brasileiro uma nação forte, economicamente desenvolvida e que garanta à população uma vida com condições dignas e justiça social, a Constituição Brasileira de 1988 assegura os recursos para a educação, os quais deverão ser investidos pelos governos:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho do Ensino Superior.

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão [...].

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos,

compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º – A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir [...].

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I – comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação [...];

§ 2º – As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público.

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a [...]

VI – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto (BRASIL, 1988).

Percebe-se que o legislador teve a pretensão, com essa vinculação, de deixar claro, no ordenamento jurídico, a obrigação constitucional dos Poderes Executivo e Legislativo, ao definir as prioridades referentes aos gastos do Fundo Público brasileiro e dizer que é preciso assegurar, no mínimo, os recursos previstos no art. 212 dirigidos à execução de ações no campo educacional (AMARAL, 2003).

### 2.3.2 Fundo Público Federal (FPF)

Todo o processo de produção capitalista, assim como a massa de trabalhadores e a população em geral, pagam impostos, contribuições e taxas amparados pelas leis de seu país. Da soma integral desses pagamentos constitui-se o Fundo Público Federal (FPF), que além de financiar as atividades burocráticas do governo, financia também programas nas vertentes econômicas e sociais (AMARAL, 2003).

Ainda segundo Amaral (2003, p. 65),

é no embate entre esses gastos do Fundo Público que se estabelecem as prioridades para as ações dos poderes públicos, incluindo aí o financiamento da educação e, em particular, das Instituições Federais de Ensino Superior. A gestão do Fundo passa a ser, portanto, um dos importantes ingredientes na *luta democrática na sociedade*.

Para Santos (2013), o FPF é responsável pelos recursos destinados aos programas governamentais voltados à educação, saúde, saneamento, habitação, assistência social, salário-desemprego, bolsa-família, subsídios à agricultura e instalação de indústrias, juros subsidiados às empresas privadas, socorro a bancos, renúncia fiscal, pagamento de juros, encargos e amortização de dívidas públicas, tanto interna quanto externa.



### 3 METODOLOGIA

Nesta seção, apresentam-se os procedimentos metodológicos que orientam a execução deste trabalho. Para tanto, expõem-se a caracterização da pesquisa, a delimitação do estudo, a técnica utilizada para a coleta de dados, a análise e tratamento dos dados, as categorias de análise, a limitação do estudo e os aspectos éticos, com o objetivo de analisar os Relatórios Oficiais dos Vestibulares de 2013, 2014 e 2015, com ênfase no Questionário Socioeconômico Cultural (QSC) e nos dados estatísticos dos candidatos classificados, considerando o planejamento do ingresso nos cursos de graduação presencial da UFSC.

#### 3.1 Caracterização da pesquisa

Este trabalho parte de uma abordagem qualitativa. Segundo Creswell (2010, p. 26), esse modo de pesquisar

[...] envolve as questões e os procedimentos que emergem, os dados tipicamente coletados no ambiente do participante, a análise dos dados indutivamente construída a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca do significado dos dados.

Com relação aos seus objetivos, esta pesquisa é exploratória devido ao pouco conhecimento e à necessidade de buscar mais informações sobre o assunto no ambiente da UFSC. Um estudo exploratório se caracteriza pelo pouco conhecimento sobre a temática abordada (BEUREN, 2008). Quanto aos seus fins, esta é uma pesquisa descritiva por permitir ao investigador ampliar sua experiência em relação a um determinado problema — neste caso, a análise do planejamento do ingresso nos cursos de graduação presencial da UFSC. De acordo com Gil (2002, p. 43), a pesquisa descritiva “tem por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população”. Esta pesquisa é classificada também como aplicada, considerando que o seu objetivo é buscar informações para contribuir com o planejamento da Universidade Federal de Santa Catarina, especialmente no que diz respeito às ações voltadas aos ingressantes dos cursos de graduação

presencial. De acordo com Vergara (2007, p. 47), a pesquisa aplicada é motivada pela necessidade de se resolver problemas concretos, ao contrário da pesquisa pura.

Por relacionar as características dos candidatos classificados, efetuou-se uma pesquisa documental e exploratória a partir de fontes primárias e entrevistas semiestruturadas. Assim, pela utilização de materiais que, segundo Gil (2002, p. 45), “[...] não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados”, esta pesquisa também é considerada documental. Portanto, propõe-se que a pesquisa documental abranja documentos históricos da UFSC; relatórios oficiais contendo dados estatísticos referentes aos Vestibulares da UFSC; Questionário Socioeconômico Cultural dos candidatos classificados nesses eventos, resoluções e editais que regulamentam os procedimentos adotados.

Os procedimentos metodológicos que a orientam são sumarizados no quadro a seguir:

Quadro 2 – Procedimentos Metodológicos

Procedimentos metodológicos		
Abordagem	Predominantemente qualitativa e aplicada	
Classificações	Quanto aos fins	Descritiva, exploratória e aplicada
	Quanto aos meios	Bibliográfica, pesquisa de campo, documental e estudo de caso.
Universo da pesquisa	Vestibulares 2013, 2014 e 2015.	
	Tipo de amostra	Não probabilística, por tipicidade e acessibilidade.
Sujeitos da pesquisa	Gestores da Pró-Reitoria de Graduação, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento.	
Instrumento de pesquisa	Roteiro com Questões Semiestruturadas por meio de Entrevistas. Formulário de coleta dados, tabelas com informações e dados estatísticos e gráficos.	
Análise dos dados	<i>Pattern Matching</i> (emparelhamento de padrões) (Comparação da prática com a teoria – <i>Win</i> )	

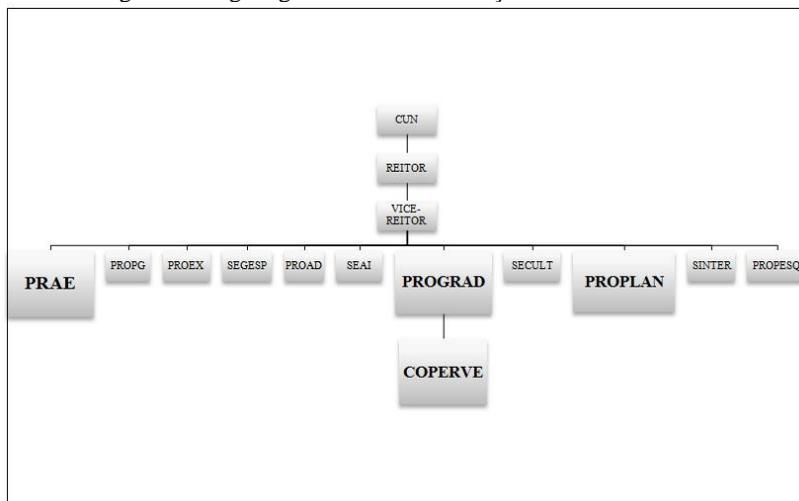
Fonte: elaborado pelo autor.

Na sequência, são explorados os demais aspectos metodológicos da presente pesquisa, conforme explicitados no Quadro 2.

### 3.2 Delimitação do estudo

A Figura 1 apresenta o organograma da administração central da UFSC, destacando-se os setores diretamente relacionados ao objeto desta pesquisa:

Figura 1– Organograma da Administração Central da UFSC



Fonte: Elaborado pelo autor

Os setores PROGRAD, PRAE, PROPLAN e COPERVE desenvolvem ações voltadas para o ingresso, a permanência e a administração de ingressantes nos cursos de graduação presencial da UFSC. A PROGRAD é responsável pelo gerenciamento das políticas e ações relacionadas aos cursos de graduação. A PRAE pelos programas e projetos voltados à política de assistência estudantil. A PROPLAN do planejamento e da administração e aplicação dos recursos para o atendimento das ações institucionais (UFSC, 2015). E, finalmente, a COPERVE, que é um setor localizado na estrutura da PROGRAD, é responsável pela execução, coordenação, operacionalização e supervisão de todas as atividades concernentes ao Concurso Vestibular da UFSC.

Aplicou-se o roteiro de questões semiestruturadas por meio de entrevistas (Apêndice A) com os 3 Pró-Reitores, da PROGRAD, PRAE e PROPLAN. Essas questões visam obter dados acerca do uso de informações pertinentes ao Questionário Socioeconômico Cultural nas ações de planejamento, segundo as categorias de análise desenvolvidas,

com o intuito de organizar as ações dos gestores com os objetivos da pesquisa.

Coletaram-se as informações desenvolvidas e executadas pela COPERVE por meio de documentos oficiais — o Relatório Oficial, com ênfase no Questionário Socioeconômico Cultural e também nas informações e nos dados estatísticos dos Vestibulares de 2013, 2014 e 2015.

A pesquisa contempla um período de três anos (2013, 2014 e 2015), com foco na análise do planejamento do ingresso nos cursos de graduação presencial da UFSC. Portanto, a sua população é composta pela COPERVE, pelos dados estatísticos dos candidatos classificados nesses Vestibulares e pelos Gestores da Pró-Reitoria de Graduação, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento.

Esse recorte permitiu a busca por informações mais próximas da realidade universitária. Neste sentido, visa contribuir para o planejamento da universidade, considerando a abertura de novos *campi*, bem como o aumento na oferta de mais vagas e a inclusão de novos cursos dentro desse período.

### **3.3 Técnicas de coleta de dados**

Utilizaram-se, como fontes de informação, os seguintes documentos: Resoluções, Editais, Decretos, Leis, Relatórios Oficiais, com ênfase no Questionário Socioeconômico Cultural, além dos dados estatísticos dos candidatos classificados nos Vestibulares de 2013, 2014 e 2015.

Para Marconi e Lakatos (2003 p. 166) “o rigoroso controle na aplicação dos instrumentos de pesquisa é fator fundamental para evitar erros e defeitos resultantes de entrevistadores inexperientes ou de informantes tendenciosos”. Sendo assim, fez-se, inicialmente, contato direto com os gestores da COPERVE responsáveis pelos processos, por intermédio da Carta de Apresentação (Apêndice B), na qual se solicitava autorização para a pesquisa documental na COPERVE, e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice C), um convite aos gestores da PROGRAD, PRAE e PROPLAN para participarem como sujeitos na pesquisa.

Como instrumento de pesquisa para a coleta foram usados tabelas estatísticas e gráficos, além do roteiro com questões semiestruturadas por meio de entrevistas com os sujeitos (gestores da Pró-Reitoria de

Graduação, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento). Para Gil (2002, p. 117):

nos levantamentos que se valem da entrevista como técnica de coleta de dados, esta assume forma mais ou menos estruturada. Mesmo que as respostas possíveis não sejam fixadas anteriormente, o entrevistador guia-se por algum tipo de roteiro, que pode ser memorizado ou registrado em folhas próprias.

O referido roteiro buscou identificar como ocorre o planejamento dessas Pró-Reitorias no tocante às ações voltadas aos ingressantes nos cursos de graduação presencial da UFSC. Assim, as entrevistas semiestruturadas aplicadas vão ao encontro do que afirma Triviños (1987, p. 146) :

É aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, junto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que recebem as respostas do informante. Desta maneira o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

Entrevistou-se o Pró-Reitor de Graduação, a Pró-Reitora de Assuntos Estudantis e o Pró-Reitor de Orçamento e Planejamento, no campus Reitor João David Ferreira Lima, na cidade de Florianópolis, nas datas e horários detalhados a seguir:

Quadro 3 – Entrevistados e cronograma das entrevistas.

SETOR PESQUISADO	FUNÇÃO DO ENTREVISTADO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
PROGRAD	Pró-Reitor de Graduação (entrevistado 1)	14/05/15	14 horas	Prédio Reitoria I
PRAE	Pró-Reitora de Assuntos Estudantis (entrevistado 2)	15/05/15	16 horas	Prédio Reitoria I

PROPLAN	Pró-Reitor de Planejamento e Orçamento (entrevistado 3)	14/05/15	15 horas	Prédio Reitoria II
---------	---	----------	----------	--------------------

Fonte: Elaborado pelo Autor

A aplicação do roteiro de entrevistas com questões semiestruturadas foi realizada de acordo com os seguintes procedimentos:

- a. agendamento das entrevistas nas 3 (três) Pró-Reitorias, pessoalmente ou mediante contato telefônico pelo pesquisador;
- b. realização das entrevistas e preenchimento do roteiro com questões semiestruturadas (questões fechadas e abertas), efetuadas pelo próprio pesquisador;
- c. aferição da qualidade das entrevistas e da consistência das respostas registradas nos roteiros.

Para proporcionar uma melhor ilustração da coleta de dados, no Quadro 4 consta a relação entre os objetivos específicos com a coleta de dados utilizada, e que se relaciona com os resultados da pesquisa.

Quadro 4 – Relação entre os objetivos específicos com a coleta de dados

Objetivos específicos	Coleta de dados correspondente aos objetivos da pesquisa
a) Identificar a estrutura disponibilizada para operacionalizar o vestibular;	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ pesquisa de campo;               <ul style="list-style-type: none"> <li>• identificar a estrutura (física, equipe profissional e atividades desenvolvidas).</li> </ul> </li> </ul>
b) Relacionar características dos candidatos classificados com base nos Relatórios Oficiais dos Vestibulares de 2013, 2014 e 2015, enfatizando o seu Questionário Socioeconômico Cultural;	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ pesquisa documental ou de fonte secundária;               <ul style="list-style-type: none"> <li>• caracterizar as respostas do QSC por meio de parâmetros de análise.</li> </ul> </li> </ul>
c) Classificar informações constantes nos Relatórios Oficiais dos Vestibulares de 2013, 2014 e 2015;	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ pesquisa documental ou de fonte secundária;               <ul style="list-style-type: none"> <li>• classificar os dados estatísticos dos candidatos inscritos e classificados (com base nas categorias de análise como: ensino, permanência e administração);</li> </ul> </li> <li>✓ pesquisa de campo;               <ul style="list-style-type: none"> <li>• entrevistas com 3 Pró-Reitores.</li> </ul> </li> </ul>
d) Propor uma ação para contribuir para o planejamento do ingresso nos cursos de graduação presencial da UFSC.	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ pesquisa aplicada;               <ul style="list-style-type: none"> <li>• proposições para elaboração de documento conforme as categorias de análise, com o objetivo de subsidiar a PROGRAD, PRAE e PROPLAN no planejamento dos ingressantes nos cursos de graduação presencial da UFSC.</li> </ul> </li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor

### 3.3.1 Categorias de Análise

No intuito de agilizar a organização da pesquisa, as informações coletadas foram agrupadas em categorias, conforme apresentadas no Quadro 5.

Quadro 5 – Categorias de análise

Setores	Documentos Analisados	Categorias
COPERVE	Respostas do QSC dos candidatos classificados para os cursos de graduação presencial da UFSC nos Vestibulares de 2013, 2014 e 2015.	Ensino Permanência Administração
	Informações e dados estatísticos dos candidatos classificados, constantes do Relatório Oficial desses eventos.	
PROGRAD	Respostas das entrevistas e dos roteiros com questões semiestruturadas.	Ensino
PRAE		Permanência
PROPLAN		Administração

Fonte: Elaborado pelo autor.

A criação dessas 3 categorias contribuiu para a identificação de parâmetros de análise, úteis ao planejamento desenvolvido pela UFSC: dentre os quais é possível verificar, nos dados trazidos no QSC dos candidatos classificados, tais como o perfil do candidato e familiar, a formação, a atividade cultural, a inclusão digital, a origem e a comunicação.

Quanto ao Roteiro com Questões Semiestruturadas por meio de Entrevista, é composto de 3 questões, listadas a seguir:

- ✓ a 1ª questão deseja saber se a Pró-Reitoria utiliza as informações do Relatório Oficial do Vestibular na realização do planejamento das ações voltadas aos alunos dos cursos de graduação presencial? Se sim, de que forma? Se não, por quê?
- ✓ a 2ª questão solicita que o entrevistado identifique no quadro que contém as 34 perguntas e suas alternativas de respostas, aquelas cujas respostas contribuiriam para planejar ações da Pró-Reitoria, no que se refere aos alunos dessa modalidade.

- ✓ a 3ª questão solicita que o entrevistado cite outras informações que poderiam contribuir para planejar as ações da Pró-Reitoria, no que se refere aos alunos dos cursos de graduação presencial.

As questões foram elaboradas com o objetivo de verificar se os gestores da PROGRAD, PRAE e PROPLAN fazem uso das informações disponibilizadas no Relatório Oficial do Vestibular, e também identificar, por meio das entrevistas com essas Pró-Reitorias, a relação com as categorias de análise: Ensino, Permanência e Administração.

### **3.4 Análise e tratamento dos dados**

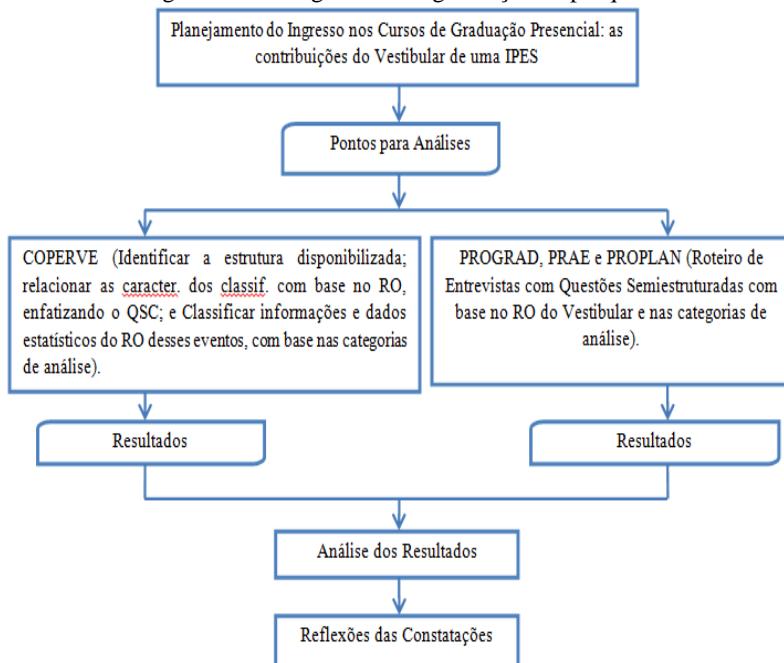
A proposta metodológica para a análise das informações permitiu que os dados qualitativos e subjetivos, no momento da avaliação, pudessem ser agregados de modo a obter uma leitura global das ações que planejam o ingresso nos cursos de graduação presencial da UFSC, com base nas informações dos candidatos classificados no Relatório Oficial, compreendendo o Questionário Socioeconômico Cultural e as informações e dados estatísticos referentes aos Vestibulares de 2013, 2014 e 2015.

Buscou-se relacionar as características desses candidatos e classificar informações constantes nesses relatórios com vistas à compreensão das informações conforme as demandas das Pró-Reitorias de Graduação, de Assuntos Estudantis e de Planejamento e Orçamento, de modo a auxiliar esses órgãos para o seu planejamento, de acordo com as categorias de análise.

A metodologia utilizada na análise e o tratamento dos dados permitiram incorporar, de forma conjunta, os dados quantitativos e qualitativos no momento da pesquisa.

Finalmente, considerando o exposto nesta seção, na Figura 2 consta o fluxograma que representa, de forma sumária, a organização da pesquisa:

Figura 2 – Fluxograma da organização da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com o fluxograma, uma vez identificados os principais pontos de análise, tendo como questão delimitadora a análise do planejamento do ingresso nos cursos de graduação presencial da UFSC, buscou-se colher informações a respeito da estrutura que a COPERVE dispõe para operacionalizar o vestibular, das questões e respostas do QSC dos candidatos classificados, do Relatório Oficial dos eventos e da resposta dos gestores da PROGRAD, PRAE e da PROPLAN. Após essa etapa, avaliaram-se todos os resultados obtidos, relatando os reflexos observados, com a finalidade de validar os objetivos iniciais da pesquisa.

### 3.5 Limitações de Estudo

O setor selecionado para esta pesquisa, o educacional, é um âmbito abrangente, mas que se torna limitado por fatores conjunturais e

estruturais de uma perspectiva nacional. Por esse motivo, a pesquisa consiste em uma abordagem focada no Ensino Superior, especificamente na questão do planejamento do ingresso nos cursos de graduação de uma IPES.

Durante a realização do estudo, foram obtidas as informações que qualificam a análise desse contexto. Porém, vale ressaltar que foram identificadas algumas limitações com relação à coleta de dados para a finalização dos trabalhos. Dentre elas, destacam-se:

- a. a confiabilidade nos dados dos Questionários Socioeconômico Cultural, condicionada à veracidade das informações prestadas pelos próprios candidatos no momento que se inscrevem para o vestibular;
- b. as limitações temporais da pesquisa, pois os respondentes que participaram dos roteiros de entrevistas com questões semiestruturadas pertencem ao quadro atual (exercício a partir de 2014) como gestores da PROGRAD, PRAE e PROPLAN, sendo que os dados coletados se referem aos Vestibulares dos anos de 2013, 2014 e 2015. Destaca-se que as provas são realizadas sempre no mês de dezembro do ano anterior ao ano do vestibular.

### **3.6 Aspectos Éticos**

O Projeto de Pesquisa foi autorizado pela presidência da Comissão Permanente do Vestibular da UFSC (Apêndice B). Os participantes das entrevistas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice C), como determina a Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

## **4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Nesta seção, apresentam-se as respostas aos objetivos específicos da presente pesquisa. Em primeiro lugar, identificam-se as estruturas da UFSC, das Pró-Reitorias de Graduação, de Assuntos Estudantis e de Orçamento e Planejamento; depois, efetua-se um breve histórico da Comissão Permanente do Vestibular, mediante a descrição da estrutura disponibilizada para operacionalizar o vestibular; em seguida, com base nos Relatórios Oficiais dos Vestibulares, e nas análises das respostas do QSC, seguem as características dos candidatos classificados. Discutem-se também as informações e os dados estatísticos do Relatório Oficial desses eventos e das entrevistas com os gestores da PROGRAD, PRAE e PROPLAN. Ao final, apresentam-se as proposições para o planejamento do ingresso nos cursos de graduação presencial da UFSC.

### **4.1 Estrutura disponibilizada para o vestibular**

Segundo o seu Estatuto (UFSC, 2011a), a UFSC é Pessoa Jurídica de Direito Público, de natureza autárquica, voltada ao Ensino, Pesquisa e Extensão. Está vinculada ao Ministério da Educação e tem autonomia administrativa, didático-científica, de gestão financeira e disciplinar. É regida também por uma legislação federal pertinente, conforme o seu Estatuto, pelo Regimento Geral, pelos Regimentos dos Órgãos da Administração Superior e das Unidades Universitárias e pelas Resoluções de seus órgãos (UFSC, 2011a). Tem como missão:

Art. 3.º A universidade tem por finalidade produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma Sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade da vida (UFSC, 2011a, p. 8).

No cumprimento dessa missão, a UFSC universaliza o saber por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Sendo uma Instituição Pública Federal, presta serviços à população em âmbito local,

oferecendo tais modalidades de educação em distintas localidades. Além disso, a UFSC mantém vínculos de cooperação e intercâmbio com os países vizinhos. Deste modo, ela interage no contexto socioeconômico-cultural, proporcionando ao Brasil condições para que o país cumpra sua missão como membro da comunidade internacional, por meio de projetos científicos (BORGES, 2013).

A UFSC tem como visão “ser uma Universidade de excelência” (UFSC, 2011b). Deve-se afirmar, cada vez mais, como um centro de excelência acadêmica, no cenário regional, nacional e internacional, contribuindo para a construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida.

Para o seu funcionamento, a UFSC contou com 2.540 docentes e 3.174 técnicos em educação no ano de 2014 (UFSC/SEPLAN, 2015). Na sequência, no Quadro 6, traz-se um detalhamento desses números:

Quadro 6 – Corpo funcional da UFSC.

<b>Cargo</b>	<b>Nível</b>	<b>Quantidade</b>
Técnico em Educação	Apoio	214
	Médio	1.884
	Superior	1.076
Docente	Educação Superior	2.170
	Educação Básica	120
	Substitutos	250

Fonte: adaptado de UFSC (2015).

Contudo, esses números oscilam, tendo em vista a entrada de novos servidores por meio de concursos e a saída por aposentadoria, morte ou exoneração. Esses servidores são regidos pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (BRASIL, 1990), que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civil da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, a qual define o servidor como uma pessoa que exerce legalmente um cargo público.

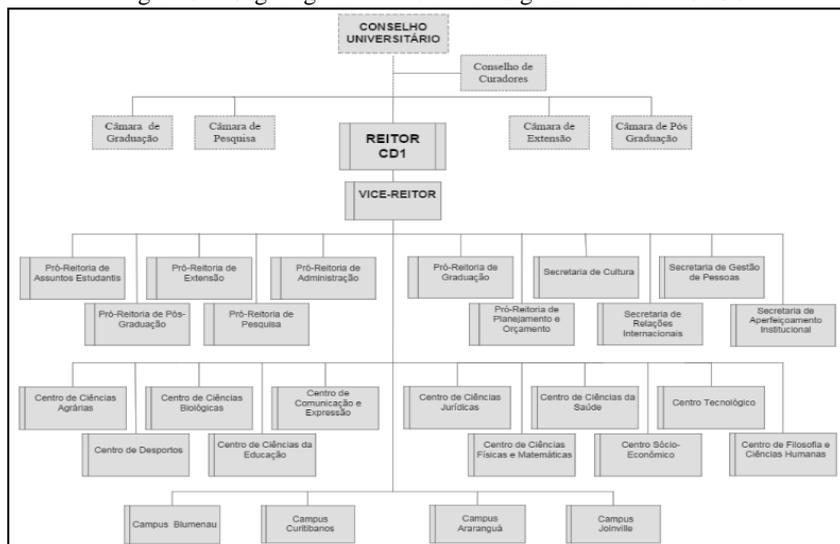
De acordo com UFSC (2015), a estrutura organizacional da UFSC está organizada da seguinte forma:

- a) Conselho Universitário;
- b) Conselho de Curadores;
- c) Câmaras de Graduação, de Pesquisa, de Extensão e de Pós-Graduação;
- d) Reitor;

- e) Vice-Reitor;
- f) Pró-Reitorias;
- g) Secretarias;
- h) Os *Campi*; e
- i) As Unidades de Ensino.

Na seqüência, essa organização da UFSC é apresentada na Figura 3, conforme segue:

Figura 3 – Organograma da estrutura organizacional da UFSC



Fonte: UFSC (2015)

A UFSC tem um total de 11 (onze) Unidades de Ensino nas distintas áreas do conhecimento, a saber:

- a. Centro de Ciências Agrárias (CCA)
- b. Centro de Ciências Biológicas (CCB)
- c. Centro de Ciências da Educação (CED)
- d. Centro de Ciências da Saúde (CCS)
- e. Centro de Ciências Físicas e Matemáticas (CFM)
- f. Centro de Ciências Jurídicas (CCJ)
- g. Centro de Comunicação e Expressão (CCE)
- h. Centro de Desportos (CDS)
- i. Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH)
- j. Centro Socioeconômico (CSE)

k. Centro Tecnológico (CTC) (UFSC, 2015).

Com o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a UFSC expandiu para o interior do Estado, com a abertura de novos *Campi* em:

- a. Campus de Araranguá
- b. Campus de Blumenau
- c. Campus de Curitiba
- d. Campus de Joinville

É importante destacar que todos os *campi* estão em pleno funcionamento, bem como todas as Unidades de Ensino, com estruturas física e pessoal capacitadas para oferecer Ensino, Pesquisa e Extensão aos alunos de 98 cursos de graduação presencial.

#### 4.1.1 Estruturas da PROGRAD, PRAE e PROPLAN

Nesta seção apresentam-se as atribuições e as estruturas disponibilizadas pelas Pró-Reitorias de Graduação, Assuntos Estudantis e de Planejamento e Orçamento visando o desenvolvimento de suas ações.

a) Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD)

A Pró-Reitoria de Graduação é um órgão executivo central integrante da Administração Superior da UFSC. Foi criada com o objetivo de auxiliar a Reitoria nas tarefas executivas voltadas à educação básica e superior de graduação, tendo por objetivo administrar as políticas e ações relacionadas aos cursos de graduação e ao ensino da educação básica em consonância com os ideais expressos em sua missão institucional (UFSC, 2015b).

Nesta perspectiva, e de acordo com o Art. 5º do Regimento Interno da PROGRAD, destacam-se suas competências relacionadas ao tema da pesquisa:

- I – coordenar as ações inerentes à política de ensino de graduação, de ensino médio, fundamental e pré-escolar definida pelo Conselho Universitário, zelando pelo cumprimento das normas pertinentes;

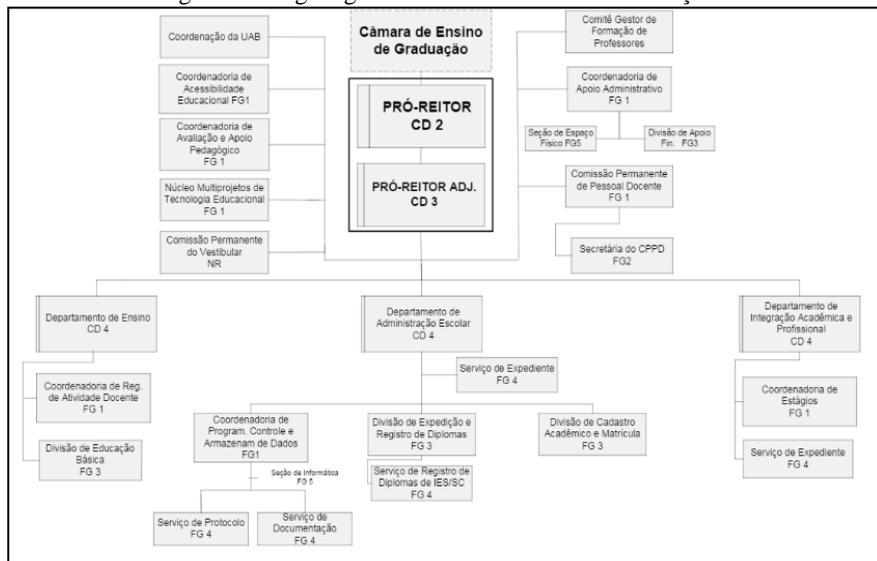
- II – promover intercâmbio com outras entidades nacionais, visando ao desenvolvimento do ensino de graduação e da educação básica [...];
  - V – emitir parecer sobre a criação, expansão, modificação ou extinção de cursos de graduação [...];
  - X – convocar e presidir as reuniões da Câmara de Ensino de Graduação;
  - XI – propor à Câmara de Ensino de Graduação diretrizes de avaliação dos cursos de graduação [...];
  - XIII – coordenar os programas propostos pelo Ministério da Educação (MEC) dirigidos à educação básica, tais como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, Pró-Docência, Gestar, Programa Incluir, Pró-Letramento e outros programas federais [...];
  - XV – acompanhar a elaboração e atualização dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, tanto na modalidade presencial quanto na modalidade a distância, em conjunto com a Câmara de Ensino de Graduação [...];
  - XVII – proceder à supervisão geral do processo seletivo para fins de matrícula inicial nos cursos de graduação;
  - XVIII – elaborar relatório sobre a realização do processo seletivo para fins de matrícula inicial nos cursos de graduação [...];
  - XXV – elaborar o calendário escolar dos cursos de graduação, submetendo-o à apreciação do Conselho Universitário;
  - XXVI – elaborar o catálogo informativo dos cursos de graduação, bem como outros materiais relacionados à sua área de competência;
  - XXVII – organizar um sistema informatizado de legislação e de normas da área de ensino;
  - XXVIII – revisar periodicamente as normas de área de ensino, com vistas à sua atualização e adequação à legislação federal;
  - XXIX – propor normas destinadas a regulamentar procedimentos acadêmicos no âmbito da Universidade;
- [...] (UFSC, 2015).

Tendo em vista a quantidade de demandas e de pessoal envolvida na operacionalização das atividades da PROGRAD, inclusive a presidência da Câmara de Graduação, no Art. 4º do Regimento Interno constam os setores que compõem a estrutura organizacional da instituição, destacando-se a:

- I – Pró-Reitoria;
- II – Pró-Reitoria Adjunta;
- III – Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD);
- IV – Coordenadoria de Apoio Administrativo (CAA);
- V – Coordenadoria de Acessibilidade Educacional (CAE);
- VI – Coordenadoria de Avaliação e Apoio Pedagógico (CAAP);
- VII – Núcleo de Multiprojetos de Tecnologia Educacional (NUTE);
- VIII – Departamento de Ensino (DEN);
- IX – Departamento de Administração Escolar (DAE);
- X – Departamento de Integração Acadêmica e Profissional (DIP);
- XI – Coordenação da Universidade Aberta do Brasil (UAB);
- XII – Comissão Permanente do Vestibular (COPERVE);
- XIII – Comitê Gestor de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica (COMFOR) (UFSC, 2015).

A organização da PROGRAD é apresentada na Figura 4.

Figura 4 – Organograma da Pró-Reitoria de Graduação



Fonte: UFSC (2015b).

#### b) Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE)

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis é um órgão executivo da administração central da UFSC, criada com o objetivo de auxiliar a Reitoria em suas tarefas administrativas, especialmente em relação aos programas e ações voltados às políticas de permanência estudantil (UFSC, 2015a).

A PRAE tem por objetivo o desenvolvimento de ações institucionais, pedagógicas e acadêmicas direcionadas ao acesso, à permanência e à conclusão por parte dos discentes matriculados nos cursos presenciais de graduação da UFSC, em articulação com as demais estruturas universitárias (UFSC, 2013).

Assim sendo, a PRAE tem as seguintes competências:

- a. Coordenar a execução das ações inerentes à política de assuntos estudantis, definida pelo Conselho Universitário, zelando pelo cumprimento das normas pertinentes;
- b. Propor e acompanhar a execução de ações da política de assuntos estudantis da universidade, principalmente no que se refere ao acesso, à

permanência e à conclusão do curso de graduação presencial, nas seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; assistência à saúde; inclusão digital; cultura, esporte e lazer; apoio pedagógico; movimentos estudantis; e políticas sociais;

c. Desenvolver estudos e projetos visando à melhoria administrativa, o desenvolvimento organizacional e o aprimoramento da gestão relacionada à política de assuntos estudantis;

d. Planejar, coordenar e avaliar a execução das atividades inerentes aos planos, programas e projetos vinculados à política de assuntos estudantis;

e. Estimular a implementação de planos, programas e projetos junto à comunidade estudantil;

f. Manter intercâmbio com outras entidades visando o desenvolvimento de atividades e serviços de interesse da comunidade estudantil;

g. Propor e desenvolver políticas de benefícios da universidade dirigidas à comunidade estudantil;

h. Propor à autoridade competente a formalização de convênios a serem celebrados com outros organismos, quando relacionados à sua área de atuação;

i. Apoiar e divulgar a realização de eventos de interesse da comunidade estudantil;

j. Emitir portarias e outros atos administrativos que se façam necessários à consecução das atividades da respectiva área;

k. Analisar as demais demandas da assistência que não se enquadram nos distintos programas da PRAE;

l. Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo Reitor;

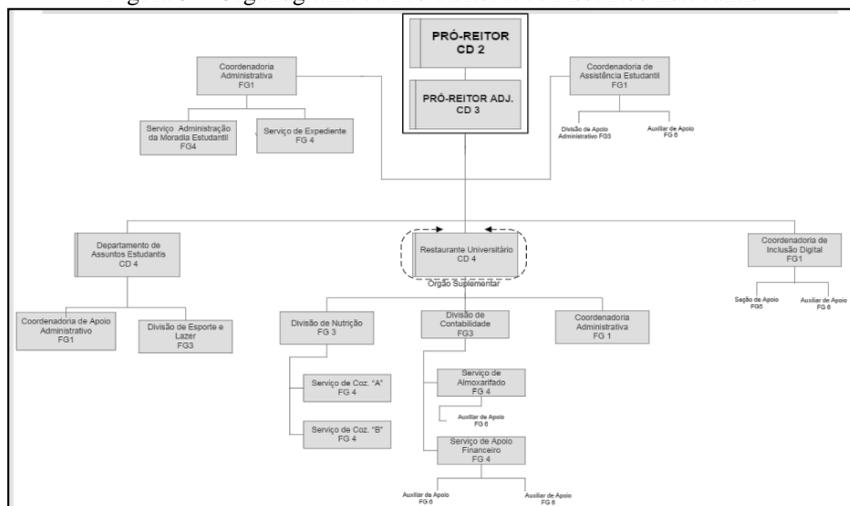
m. Analisar solicitações diversas encaminhadas por estudantes ou por órgãos de representação estudantil da UFSC;

n. Acompanhar e analisar a política de festas adotada pela universidade, garantindo o cumprimento das normas vigentes;

- o. Estabelecer um processo de trabalho relativo aos assuntos estudantis juntamente com diretores de unidades e direções dos *Campi*;
- p. Manter um diálogo constante com as representações estudantis sobre todos os assuntos pertinentes à política de permanência e de assistência estudantil (UFSC, 2013).

Na Figura 5 apresenta-se o organograma da PRAE, cuja estrutura visa auxiliar a UFSC no cumprimento das políticas voltadas ao auxílio e à assistência estudantil.

Figura 5 – Organograma da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis



Fonte: UFSC (2015a).

### c) Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN)

A Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento é uma unidade administrativa da UFSC encarregada do planejamento e da administração financeira com vistas à administração de seus recursos e capacidades. Foi recriada em maio de 2008 com o objetivo de auxiliar o Reitor em suas tarefas executivas nas áreas de Planejamento, Orçamento, Contábil-financeira, Acompanhamento da Gestão e Avaliação Institucional (UFSC, 2015c).

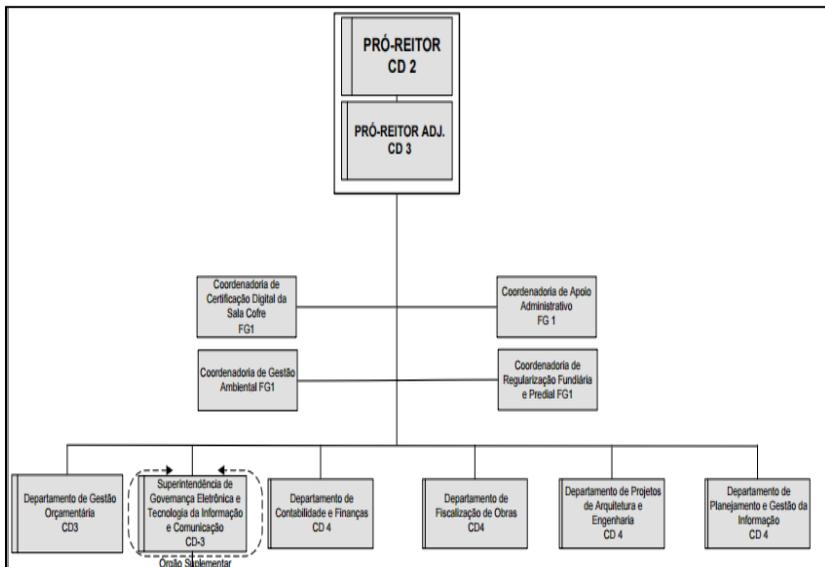
De acordo com a UFSC (2015c), a PROPLAN tem a missão de “promover e coordenar os processos de planejamento e avaliação, orçamentário e financeiro, bem como a captação e aplicação dos

recursos, sistematizando e disseminando as informações para a melhoria contínua da UFSC”, e a visão de “ser uma Unidade de excelência na promoção das ações da Instituição”. Sua importância relaciona-se à necessidade de interação entre todas as áreas da universidade, do planejamento às contas da instituição, abrangendo os objetivos de cada uma das unidades, até a prestação de contas.

Sua equipe está distribuída em três departamentos voltados ao planejamento, desenvolvimento e informações, dois para a área orçamentária e contábil-financeira, e uma superintendência de governança eletrônica, responsável pelos serviços de tecnologia da informação e comunicação. Todos eles têm o objetivo de sistematizar as ações dos departamentos, cursos, centros, Pró-reitorias e os *campi* (UFSC, 2015).

Na sequência, na Figura 6, no organograma da PROPLAN, mostra-se a estrutura disponibilizada para o desenvolvimento de suas ações.

Figura 6 – Organograma da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento



Fonte: adaptado de UFSC (2015c).

#### 4.1.2 Estrutura da COPERVE

A Comissão Permanente do Vestibular (COPERVE) foi criada em 29 de setembro de 1970, com o objetivo de planejar, coordenar e executar todas as atividades relativas ao Concurso Vestibular da UFSC.

As atividades desenvolvidas pela COPERVE estão previstas no Regimento Geral da instituição:

Art. 55 – O Concurso Vestibular, que será unificado para todos os Cursos de Graduação da Universidade, obedecerá as seguintes normas gerais:

I. a habilitação do candidato se fará por sistema de classificação;

II. do resultado do Concurso não caberá recurso de qualquer natureza;

III. os exames serão coordenados por uma comissão, a cargo da qual estará a supervisão de todas as atividades concernentes ao Concurso Vestibular;

IV. constitui-se obrigação do professor, convocado para os trabalhos exigidos pelo Concurso Vestibular, cumprir as tarefas a ele cometidas pela comissão de que trata o inciso anterior.

Art. 56 – A Câmara de Ensino de Graduação elaborará as normas para o Concurso Vestibular, com antecedência de 6 (seis) meses da data fixada para a sua realização.

Art. 57 – A Universidade poderá, com autorização da Câmara de Ensino de Graduação e aprovação do Conselho Universitário, celebrar convênio com outras Unidades de Ensino Superior para a realização conjunta do Concurso Vestibular.

Art. 58 – O Concurso Vestibular só terá validade para os períodos letivos expressamente referidos.

Art. 59 – Compete à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação a supervisão geral do Concurso Vestibular no âmbito da Universidade, bem como a prática dos atos necessários à sua realização.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caberá à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação elaborar relatório sobre o Concurso Vestibular, até 30 (trinta) dias após o

encerramento da matrícula dos candidatos nele classificados (UFSC, 2015).

Cabe também à COPERVE a organização e aplicação dos processos seletivos para ingresso nos cursos de graduação na modalidade a Distância da UFSC (dentre os quais, o processo seletivo para os cursos de Letras/Libras – Licenciatura e Bacharelado). A comissão colabora também, quando solicitada, no processo de seleção de candidatos para ingresso nos cursos de graduação na modalidade a distância, em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UFSC/UAB).

Além da responsabilidade de organizar os vestibulares regulares da UFSC e das seis edições do PROLIBRAS (2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e Sexto PROLIBRAS), a COPERVE/UFSC realizou nos últimos anos outros concursos para instituições públicas do Estado de Santa Catarina e do país. Dentre esses concursos, destacam-se:

- a) Vestibulares para Cursos de Graduação na modalidade a Distância (Santa Catarina e Maranhão);
- b) Vestibular para o curso de Letras/Libras (Licenciatura e Bacharelado) nas modalidades presencial e a distância;
- c) Vestibular Educação do Campo;
- d) Concursos para Servidores Técnico-Administrativos da UFSC;
- e) Concursos para Servidores do Hospital Universitário da UFSC;
- f) Exame de Validação de diplomas de medicina emitidos por instituições estrangeiras;
- g) Processo Seletivo de Residência Médica para o HU;
- h) Concurso da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina;
- i) Concursos da Secretaria de Educação de Santa Catarina.

Dezesseis profissionais especializados compõem a equipe COPERVE, conforme se detalha no Quadro 7:

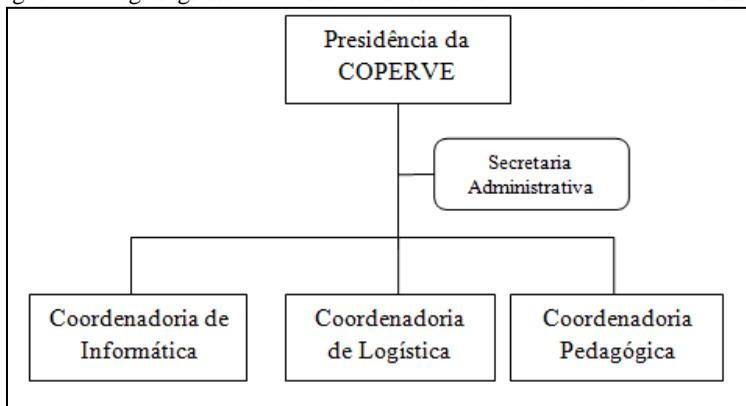
Quadro 7 – Equipe COPERVE

Formação	Cargo	Quantidade
Doutorado	Professor	3
Mestrado	Técnico em Educação	3
Mestrado em andamento	Professor	1
	Técnico em Educação	3
Especialização	Técnico em Educação	4
Especialização em andamento		1
Ensino Médio		1
Total		16

Fonte: do Autor

Na Figura 7 mostra-se o organograma da COPERVE, no qual consta a sua estrutura administrativa.

Figura 7 – Organograma da Comissão Permanente do Vestibular – COPERVE



Fonte: Elaborado pelo Autor

Sazonalmente, há também uma equipe de colaboradores externos: elaboradores de provas, coordenadores para aplicação, apoio, segurança, profissionais de saúde e um corpo de fiscais periodicamente capacitados para a aplicação das provas que se empenham no apoio à realização do vestibular, dentre outros eventos.

Os últimos vestibulares da UFSC contaram com a participação de até 35.000 candidatos, envolvendo, em sua operacionalização, um contingente aproximado de 4.000 colaboradores na aplicação das

provas, em 23 municípios de Santa Catarina: Florianópolis, Araranguá, Biguaçu, Blumenau, Brusque, Caçador, Balneário Camboriú, Canoinhas, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Curitiba, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Joinville, Lages, Palhoça, Rio do Sul, Santo Amaro da Imperatriz, São José, São Miguel do Oeste e Tubarão.

Para a COPERVE (2015), a execução das atividades referentes ao Concurso Vestibular da UFSC inicia-se após a Câmara de Graduação emitir a resolução específica para tal evento e mediante a aprovação do Conselho Universitário. Na resolução, devem estar definidos os principais aspectos pedagógicos, tais como: inclusão de novos cursos e a ampliação ou redução de vagas.

Ainda segundo a COPERVE (2015), para a realização e operacionalização do vestibular da UFSC são desenvolvidas, rotineiramente, diversas atividades, a saber:

a) elaboração de Editais para a abertura de concursos, em conformidade com a resolução da Câmara de Graduação, assim como outros editais, quando necessário;

b) divulgação do período de inscrições em jornais, sites, redes sociais, TVs e rádios. Auxilia e acompanha o desenvolvimento de projeto, impressão e distribuição de cartazes para a divulgação do evento;

c) atendimento aos candidatos por meio de página na internet ([www.coperve.ufsc.br](http://www.coperve.ufsc.br)), na qual se disponibilizam os editais e os comunicados referentes ao certame. Recebimento, análise e elaboração de respostas aos requerimentos e/ou questionamentos apresentados pelos candidatos referentes a todas as etapas do processo seletivo. Atendimento por meio de telefone ou email para esclarecimentos de dúvidas;

d) atendimento especializado aos candidatos com necessidades especiais por meio de equipe capacitada. Isso possibilita a utilização de provas em Braille, professor leitor, prova gravada em Libras ou intérprete de Libras. Uma maior atenção é dada aos candidatos com deficiência auditiva, por meio dos serviços de tradução e interpretação de Libras/Língua Portuguesa/Libras, durante todas as etapas do processo seletivo;

e) inscrições via internet, por meio de sistema próprio através de formulário eletrônico autoexplicativo. Geração de comprovantes de requerimento de inscrição e de boleto bancário (padrão FEBRABAN) para pagamento da taxa de inscrição, bem como gerenciamento dos pagamentos efetuados por meio dos gestores responsáveis pelo setor financeiro da UFSC;

f) confirmação de inscrição que, conforme o período previsto em edital, uma vez passada a data das inscrições, a COPERVE aloca os candidatos e disponibiliza o documento de Confirmação de inscrição definitiva (individualizado). Esse documento contém os dados cadastrados dos candidatos e o endereço do estabelecimento onde o candidato realizará as provas (especificando, inclusive, a sala em que deverá prestar a prova). A confirmação da inscrição deve ser impressa e apresentada pelo candidato nos dias de prova;

g) cadastro dos candidatos, que inclui as respostas do Questionário Socioeconômico Cultural (QSC) dos inscritos na seleção. Criação, produção e desenvolvimento de sistema computacional e armazenamento de dados cadastrais a partir das inscrições efetivadas (pagas). Conferência de informações e validação das inscrições, disponibilizando a relação de inscrições deferidas e indeferidas;

h) leitura dos cartões-resposta, efetuada por meio de sistema computacional próprio para a impressão de formulários e relatórios necessários para todas as fases do processo. Impressão de formulários em papel especial. Conferência, separação e acondicionamento de formulários. Projeto (dentro dos padrões exigidos pelos equipamentos de leitura), impressão, personalização (incluindo código de barra) e leitura dos cartões-resposta;

i) elaboração das provas objetivas, discursivas e de redação, preparadas por bancas examinadoras especializadas, por meio das quais serão avaliadas as competências e as habilidades dos candidatos. As provas procuram abranger as capacidades de compreensão, de aplicação, de análise, de síntese e de avaliação, valorizando o raciocínio e privilegiando a reflexão sobre a memorização e a qualidade sobre a quantidade. Revisão técnica e linguística do material elaborado.

j) Em relação à impressão das provas, quando em quantidades menores, esse serviço é feito em ambiente próprio, altamente sigiloso, em quantidade suficiente, incluindo reservas. Já para quantidades maiores, é realizado fora das instalações da COPERVE, mediante processo de licitação de gráfica especializada e acompanhado *in loco* pela equipe COPERVE. Acondicionamento dos cadernos das provas, imediatamente após a impressão e edição, em embalagens plásticas com fechos de segurança invioláveis e colocados em malotes de lonas resistentes e fechados com lacres de segurança, específicos para tal fim. Armazenamento das provas em cofre próprio, absolutamente seguro, com travas de segurança e monitoramento eletrônico até a sua aplicação;

k) logística para a aplicação da prova: para que as etapas de aplicação da prova transcorram dentro do planejamento da COPERVE é

necessário o comprometimento de toda a equipe. São muitos os colaboradores da UFSC e as pessoas de outras instituições envolvidas nessa etapa, que começa com a:

- a) designação e locação de espaço físico para a aplicação do instrumento de avaliação descrito anteriormente;
- b) organização e sinalização dos locais de aplicação do instrumento de avaliação;
- c) contratação de prestadores de serviços, capacitados e idôneos, indispensáveis à aplicação do instrumento de avaliação, como, por exemplo, coordenadores, fiscais de salas, fiscais especiais (Intérprete, Ledor e Braille), seguranças, médicos;
- d) pagamento de todas as despesas com transporte, diárias e alimentação necessárias à realização do processo seletivo público;
- e) contrato com a fundação de apoio, quando necessário, para viabilizar o pagamento das instituições parceiras e seus colaboradores (escolas da rede municipal – estadual – particular, e outras instituições de ensino), e também para a contratação de pessoal especializado para atuar em qualquer uma das rotinas na operacionalização do certame;

l) correção da prova objetiva, classificação dos candidatos e emissão de resultados de acordo com as normas previstas em edital por meio de sistema computacional próprio de processamento de dados. Quanto à correção da redação e das questões discursivas, a COPERVE antecipadamente prioriza o recrutamento, o treinamento, a seleção e a contratação de professores corretores. Na busca por garantir a homogeneidade nos critérios de correção, a COPERVE realiza oficinas de treinamento conforme as tabelas de correção previstas para as questões discursivas ou tema de redação. Cada questão/redação é corrigida por, no mínimo, dois corretores. Designa-se também um Coordenador para cada equipe de avaliadores, com o objetivo de garantir o cumprimento das normativas estabelecidas pela COPERVE;

m) recursos quanto ao gabarito oficial preliminar da prova são possíveis após a sua divulgação. Desta forma, para cada recurso recebido, existe uma análise e a elaboração de respostas por banca examinadora especializada na área em questão;

n) resultados e relatórios são produzidos a partir do processamento dos resultados e, após análise dos recursos pertinentes, publicados em listas impressas e no site oficial da COPERVE. Esse

processo inclui: a emissão dos resultados obtidos pelos candidatos; a divulgação do gabarito e do resultado da seleção; a emissão de Boletim de Desempenho Individual aos candidatos que realizaram a prova; e a apresentação de um Relatório Oficial contendo dados estatísticos acerca do desempenho e perfil dos aprovados. Esse relatório traz uma apresentação geral do evento, dos cursos existentes, bem como a inclusão de novos cursos, vagas oferecidas e preenchidas, estatísticas sobre os inscritos e classificados em geral, inscritos e classificados por escola de Ensino Médio, inscritos e classificados por opção no Programa de Ações Afirmativas (PAA)<sup>1</sup>, análise das provas e estatísticas do QSC, etc. Farto em termos de conteúdo, é bastante abrangente, contendo, em média, de 400 a 430 páginas. Após o término de cada edição do vestibular, o documento pode ser acessado no site da comissão, em formato PDF. Na Figura 8 se reproduzem as capas dos Relatórios Oficiais dos Vestibulares de 2013, 2014 e 2015, analisados nesta pesquisa:

Figura 8 – Capas dos Relatórios Oficiais dos Vestibulares de 2013, 2014 e 2015



Fonte: COPERVE/UFSC (2015)

o) guarda do material de prova em ambiente próprio e sigiloso — dos cartões-resposta de todos os candidatos, folhas de redação, folhas de resposta das questões discursivas, bem como dos exemplares dos cadernos das provas aplicadas no processo seletivo — pelo prazo mínimo de cento e oitenta dias, conforme previsto em edital.

Por fim, para garantir a qualidade e a lisura dos certames, a COPERVE conta com o apoio constante da Administração Central da

<sup>1</sup> O Programa de Ações Afirmativas da UFSC foi criado em 10 de julho de 2010, através da Resolução Normativa nº 008/CUn/2007.

UFSC, dando todo o suporte para agilizar os processos de licitação para a aquisição de materiais de consumo e/ou material permanente, impressão de cadernos de prova e cartões-resposta e o fornecimento de dispositivos eletrônicos de segurança tecnicamente atualizados. Destacam-se também a parceria com outros órgãos governamentais e o apoio institucional oferecido pela Secretaria Estadual de Educação e pela polícias civil e militar, como elementos fundamentais para os resultados positivos alcançados pela COPERVE na realização de seus eventos.

## **4.2 Características dos candidatos classificados com base nas respostas do Questionário Socioeconômico-Cultural (QSC)**

Nesta seção descrevem-se as informações contempladas nos Relatórios Oficiais dos Vestibulares de 2013, 2014 e 2015. Para tanto, analisam-se as informações obtidas por meio do Questionário Socioeconômico-Cultural e os dados estatísticos acerca desses eventos.

### **4.2.1 Discussão das questões e respostas do QSC dos candidatos classificados nos Vestibulares de 2013, 2014 e 2015**

A COPERVE dispõe de um cadastro dos candidatos que se inscrevem no vestibular, cujas informações são coletadas por meio do QSC. Trata-se de um instrumento composto por 34 questões e 317 opções de respostas. Seu objetivo é coletar informações de ordem econômica, social e cultural referentes ao perfil dos candidatos.

Essas informações podem ser úteis também para o desenvolvimento de estratégias que buscam auxiliar na incorporação de novas práticas e/ou corrigir falhas, especialmente pela PROGRAD (em ações voltadas para o ensino de graduação), PRAE (em ações voltadas para a permanência estudantil) e PROPLAN (em ações voltadas para a administração).

Sendo assim, nesta seção, apresenta-se a análise das respostas do QSC, cujo foco se direciona aos candidatos classificados no período compreendido pela pesquisa. Procurou-se relacionar as características dos candidatos classificados, dentro da quantidade de vagas oferecidas, segundo os Parâmetros de Análise (PA): perfil do candidato e da

família, formação, atividade cultural, inclusão digital, origem e comunicação. Em seguida, categorizaram-se as informações em ensino, permanência e administração.

Para uma melhor demonstração desses dados, apresentam-se as perguntas a que se referem, o ano do vestibular a que pertencem e a média aritmética dos números.

Na Tabela 2 seguem os quantitativos das respostas acerca do estado civil dos candidatos classificados nos Vestibulares de 2013, 2014 e 2015.

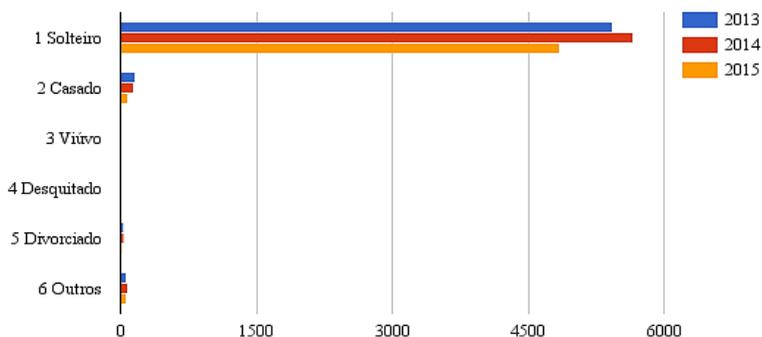
Tabela 2 – Estado Civil do Candidato (PA: Perfil)

Questão 01– ESTADO CIVIL								
Opções de respostas	2013		2014		2015		Média	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1 Solteiro	5428	95.40	5663	95.51	4850	96.46	5314	95.76
2 Casado	161	2.83	140	2.36	88	1.75	130	2.34
3 Viúvo	2	0.03	4	0.07	1	0.02	2	0.03
4 Desquitado	2	0.03	3	0.05	5	0.10	3	0.05
5 Divorciado	29	0.51	32	0.54	14	0.28	25	0.46
6 Outros	68	1.20	87	1.47	70	1.39	75	1.36
Total	5690	100%	5929	100%	5028	100%	5548	100%

Fonte: adaptado de COPERVE (2015).

Conforme a média aritmética dos três anos, verificou-se que 95.76% dos respondentes informaram serem solteiros, enquanto 2.34%, casados (Tabela 2). Observa-se ainda que 1,90% responderam conforme as demais opções (viúvo, desquitado, divorciado e outros). Essas informações são representadas no gráfico da Figura 9.

Figura 9 – Estado Civil



Fonte: do Autor

Na tabela 3, apresentam-se as informações referentes às Unidades da Federação (UF) em que os candidatos classificados residem.

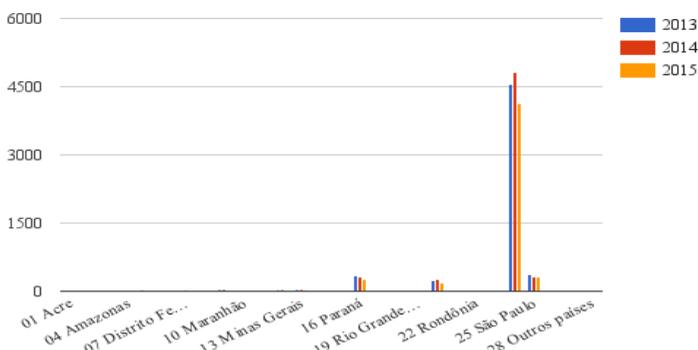
Tabela 3 – Unidade da Federação em que o candidato reside (PA: Origem)

Questão 02 – UNIDADE DA FEDERAÇÃO EM QUE VOCÊ RESIDE								
Opções de respostas	2013		2014		2015		Média	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
01 Acre	2	0.04	1	0.02	1	0.02	1	0.02
02 Alagoas	1	0.02	0	0.00	0	0.00	1	0.02
03 Amapá	0	0.00	0	0.00	1	0.02	1	0.02
04 Amazonas	0	0.00	2	0.03	3	0.06	2	0.03
05 Bahia	25	0.44	12	0.20	12	0.24	16	0.29
06 Ceará	3	0.05	0	0.00	4	0.08	2	0.03
07 Distrito Federal	4	0.07	22	0.37	8	0.16	11	0.19
08 Espírito Santo	6	0.11	12	0.20	3	0.06	7	0.12
09 Goiás	34	0.60	37	0.62	18	0.36	29	0.53
10 Maranhão	0	0.00	3	0.05	4	0.08	2	0.03
11 Mato Grosso	19	0.33	16	0.27	15	0.30	16	0.29
12 Mato Grosso do Sul	26	0.46	32	0.54	16	0.32	24	0.44
13 Minas Gerais	34	0.60	35	0.59	23	0.46	30	0.55
14 Pará	1	0.02	2	0.03	3	0.06	2	0.03
15 Paraíba	2	0.04	2	0.03	1	0.02	2	0.03
16 Paraná	342	6.01	315	5.31	256	5.09	305	5.48
17 Pernambuco	1	0.02	6	0.10	2	0.04	3	0.05
18 Piauí	1	0.02	1	0.02	0	0.00	1	0.02
19 Rio Grande do Norte	2	0.04	0	0.00	1	0.02	1	0.02
20 Rio Grande do Sul	229	4.02	259	4.37	197	3.92	228	4.11
21 Rio de Janeiro	13	0.23	17	0.29	11	0.22	13	0.24
22 Rondônia	5	0.09	4	0.07	2	0.04	4	0.07
23 Roraima	4	0.07	2	0.03	2	0.04	2	0.03
24 Santa Catarina	4549	79.95	4823	81.35	4129	82.12	4501	81.12
25 São Paulo	379	6.66	315	5.31	308	6.13	334	6.02
26 Sergipe	4	0.07	8	0.13	7	0.14	6	0.10
27 Tocantins	2	0.04	1	0.02	1	0.02	1	0.02
28 Outros países	2	0.04	2	0.03	0	0.00	1	0.02
Total	5690	100%	5929	100%	5028	100%	5549	100%

Fonte: adaptado de COPERVE (2015).

Observou-se na análise dos dados que 81.12% dos respondentes informaram residir em Santa Catarina, enquanto 6.02% em São Paulo, 5.48% no Paraná e 4.11% no Rio Grande do Sul (Tabela 3). Juntas, as demais UF somaram 3.27% do total de respondentes. Essas informações são representadas no gráfico da Figura 10.

Figura 10 – Origem do Candidato



Fonte: do Autor

Na Tabela 4 constam as Unidades da Federação (UF) onde os candidatos classificados concluíram o Ensino Fundamental.

Tabela 4 – Unidade da Federação em que o candidato concluiu o Ensino Fundamental

Questão 03 – UNIDADE DA FEDERAÇÃO EM QUE VOCÊ CONCLUIU O ENSINO FUNDAMENTAL								
Opções de respostas	2013		2014		2015		Média	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
01 Acre	6	0.11	3	0.05	0	0.00	3	0.05
02 Alagoas	0	0.00	2	0.03	1	0.02	1	0.02
03 Amapá	1	0.02	1	0.02	0	0.00	1	0.01
04 Amazonas	4	0.07	5	0.08	9	0.18	6	0.11
05 Bahia	39	0.69	19	0.32	25	0.50	27	0.50
06 Ceará	7	0.12	2	0.03	10	0.20	6	0.11
07 Distrito Federal	14	0.25	31	0.52	16	0.32	20	0.37
08 Espírito Santo	9	0.16	18	0.30	6	0.12	11	0.20
09 Goiás	36	0.63	43	0.73	32	0.64	37	0.67
10 Maranhão	6	0.11	14	0.24	9	0.18	9	0.17
11 Mato Grosso	35	0.62	33	0.56	32	0.64	33	0.60
12 Mato Grosso do Sul	49	0.86	46	0.78	23	0.46	39	0.71
13 Minas Gerais	58	1.02	55	0.93	43	0.86	52	0.94
14 Pará	13	0.23	11	0.19	15	0.30	13	0.23
15 Paraíba	3	0.05	3	0.05	2	0.04	2	0.05
16 Paraná	364	6.40	374	6.31	297	5.91	345	6.22
17 Pernambuco	4	0.07	8	0.13	8	0.16	6	0.12
18 Piauí	3	0.05	2	0.03	1	0.02	2	0.04
19 Rio Grande do Norte	5	0.09	4	0.07	4	0.08	4	0.08
20 Rio Grande do Sul	376	6.61	398	6.71	308	6.13	360	6.50
21 Rio de Janeiro	49	0.86	42	0.71	40	0.80	43	0.79
22 Rondônia	13	0.23	12	0.20	12	0.24	12	0.22
23 Roraima	1	0.02	11	0.19	3	0.06	5	0.09
24 Santa Catarina	4097	72.00	4325	72.95	3725	74.09	4049	72.97
25 São Paulo	464	8.15	419	7.07	381	7.58	421	7.59
26 Sergipe	5	0.09	12	0.20	8	0.16	8	0.15
27 Tocantins	7	0.12	3	0.05	3	0.06	4	0.08
28 Outros países	22	0.39	33	0.56	15	0.30	23	0.42
Total	5690	100%	5929	100%	5028	100%	5549	100%

Fonte: adaptado de COPERVE (2015).

Constatou-se que 72.97% dos respondentes informaram ter concluído o Ensino Fundamental em Santa Catarina, enquanto 7.59% em São Paulo, 6.50% no Rio Grande do Sul e 6.22% no Paraná (Tabela 4). As demais UF obtiveram juntas 6.72% do total dos classificados.

Na Tabela 5 apresentam-se os tipos de estabelecimentos onde que os candidatos classificados cursaram o Ensino Fundamental.

Tabela 5 – Tipo de estabelecimento onde o candidato cursou o Ensino Fundamental

Questão 04 – TIPO DE ESTABELECIMENTO ONDE VOCÊ CURSOU O ENSINO FUNDAMENTAL								
Opções de respostas	2013		2014		2015		Média	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1 Todo em Escola Pública	2334	41.02	2475	41.74	1947	38.72	2252	40.58
2 Todo em Escola Particular	2304	40.49	2463	41.54	2256	44.87	2341	42.19
3 Maior parte em Escola Pública	585	10.28	511	8.62	426	8.47	507	9.14
4 Maior parte em Escola Particular	450	7.91	462	7.79	391	7.78	434	7.83
5 Escolas Comunitárias	4	0.07	2	0.04	1	0.02	2	0.04
6 Outros	13	0.23	16	0.27	7	0.14	12	0.22
Total	5690	100%	5929	100%	5028	100%	5549	100%

Fonte: adaptado de COPERVE (2015).

Verificou-se que a opção “todo em Escola Particular” foi a mais informada pelos classificados, com 42.19% (Tabela 5). A opção “todo em Escola Pública” foi informada por 40.58% dos classificados. No conjunto, as demais opções somaram 17.23% do total de classificados.

Na Tabela 6 apresentam-se as Unidade Federativas onde os candidatos classificados concluíram ou concluirão o Ensino Médio.

Tabela 6 – Unidade da Federação em que o candidato concluiu ou concluirá o Ensino Médio

Questão 05 – UNIDADE DA FEDERAÇÃO EM QUE VOCÊ CONCLUIU OU CONCLUIRÁ O ENSINO MÉDIO								
Opções de respostas	2013		2014		2015		Média	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
01 Acre	3	0.05	1	0.02	0	0.00	1	0.02
02 Alagoas	0	0.00	3	0.05	0	0.00	1	0.02
03 Amapá	2	0.04	1	0.02	0	0.00	1	0.02
04 Amazonas	4	0.07	3	0.05	7	0.14	5	0.08
05 Bahia	33	0.58	19	0.32	19	0.38	24	0.43
06 Ceará	3	0.05	1	0.02	8	0.16	4	0.07
07 Distrito Federal	11	0.19	33	0.56	14	0.28	19	0.35
08 Espírito Santo	7	0.12	16	0.27	5	0.10	9	0.17
09 Goiás	40	0.70	42	0.71	26	0.52	36	0.65
10 Maranhão	5	0.09	9	0.15	5	0.10	6	0.11
11 Mato Grosso	27	0.47	23	0.39	24	0.48	25	0.44
12 Mato Grosso do Sul	43	0.76	47	0.79	20	0.40	37	0.66
13 Minas Gerais	56	0.98	45	0.76	36	0.72	46	0.82
14 Pará	8	0.14	9	0.15	11	0.22	9	0.17
15 Paraíba	2	0.04	3	0.05	1	0.02	2	0.04
16 Paraná	380	6.68	382	6.44	301	5.99	354	6.39
17 Pernambuco	4	0.07	8	0.13	4	0.08	5	0.10
18 Piauí	2	0.04	2	0.03	2	0.04	2	0.04
19 Rio Grande do Norte	6	0.11	5	0.08	4	0.08	5	0.09
20 Rio Grande do Sul	332	5.83	355	5.99	264	5.25	317	5.71
21 Rio de Janeiro	38	0.67	37	0.62	35	0.70	37	0.66
22 Rondônia	6	0.11	8	0.13	9	0.18	8	0.14
23 Roraima	3	0.05	4	0.07	2	0.04	3	0.05
24 Santa Catarina	4177	73.41	4424	74.62	3806	75.70	4136	74.53
25 São Paulo	457	8.03	394	6.65	381	7.58	411	7.40
26 Sergipe	6	0.11	11	0.19	7	0.14	8	0.14
27 Tocantins	4	0.07	3	0.05	2	0.04	3	0.05
28 Outros países	31	0.54	41	0.69	35	0.70	36	0.64
Total	5690	100%	5929	100%	5028	100%	5549	100%

Fonte: adaptado de COPERVE (2015).

Identificou-se que 74.53% dos classificados informaram ter concluído o Ensino Médio em Santa Catarina, enquanto 7.40% em São Paulo, 6.39% no Paraná e 5.71% no Rio Grande do Sul (Tabela 6). Juntas, as demais UF somaram 5.97% do total de classificados.

Na Tabela 7 são detalhados os tipos de curso de Ensino Médio que os candidatos classificados concluíram ou irão concluir.

Tabela 7 – Tipo de curso de Ensino Médio que o candidato concluiu ou concluirá

Questão 06 – TIPO DE CURSO DE ENSINO MÉDIO QUE VOCÊ CONCLUIU OU CONCLUIRÁ									
Opções de respostas	2013		2014		2015		Média		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
1 Regular sem ênfase em qualquer área	4970	87.35	5183	87.42	4315	85.82	4823	86.91	
2 Profissionalizante na área agrícola	64	1.12	54	0.91	53	1.05	57	1.03	
3 Prof. na área de com. ou serviços	103	1.81	118	1.99	136	2.70	119	2.14	
4 Prof. na área de saúde	19	0.33	14	0.24	10	0.21	14	0.26	
5 Prof. na área de magistério	23	0.40	25	0.42	6	0.12	18	0.32	
6 Profissionalizante na área industrial	176	3.09	185	3.12	247	4.91	203	3.65	
7 Supletivo ou Madureza	172	3.02	174	2.93	103	2.05	150	2.70	
8 Outros	163	2.86	176	2.97	158	3.14	166	2.99	
Total	5690	100%	5929	100%	5028	100%	549	100%	

Fonte: adaptado de COPERVE (2015).

Observou-se que a opção “regular sem ênfase em qualquer área” obteve 86.91% dos classificados (Tabela 7). Já as demais opções somaram 13.09% do total de classificados.

A Tabela 8 detalha os tipos de estabelecimentos em que os candidatos classificados cursaram no Ensino Médio.

Tabela 8 – Tipo de estabelecimento onde o candidato cursou o ensino médio (PA: Formação)

Questão 07 – TIPO DE ESTABELECIMENTO ONDE VOCÊ CURSOU O ENSINO MÉDIO									
Opções de respostas	2013		2014		2015		Média		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
1 Todo em Escola Pública	2393	42.06	2577	43.46	2122	42.20	2364	42.61	
2 Todo em Escola Particular	2824	49.63	2966	50.03	2598	51.67	2796	50.39	
3 Maior parte em Escola Pública	180	3.16	138	2.33	113	2.25	144	2.59	
4 Maior parte em Escola Particular	274	4.82	232	3.91	182	3.62	229	4.13	
5 Escolas Comunitárias	5	0.09	2	0.03	2	0.04	3	0.05	
6 Outros	14	0.25	14	0.24	11	0.22	13	0.23	
Total	5690	100%	5929	100%	5028	100%	5549	100%	

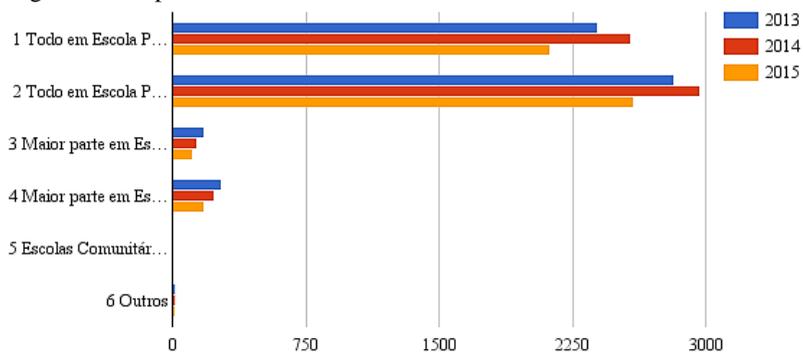
Fonte: adaptado de COPERVE (2015).

Constatou-se que a opção “todo em Escola Particular” obteve 50.39% dos classificados (Tabela 8). Já a opção “todo em Escola Pública”, 42.61%, enquanto que as demais opções, no conjunto, somaram 7% do total de classificados. Esses dados reforçam que a participação de estudantes oriundos da escola pública ocupa uma boa parcela dos classificados nesses eventos.

Essa constatação é feita também, em pesquisa nacional, por Ristoff (2013, p. 14), que argumenta “que a participação dos estudantes universitários oriundos do ensino médio público, embora crescente, continua muito aquém da proporção dos alunos de escola pública no

total de matriculados no ensino médio no país”. Os dados mencionados são representados no gráfico da Figura 11.

Figura 11 – Tipo de estabelecimento onde o candidato cursou o ensino médio



Fonte: do Autor

Na Tabela 9 detalha-se o turno em que os candidatos classificados cursaram o Ensino Médio.

Tabela 9 – Turno em que o candidato cursou o Ensino Médio

Questão 08 – TURNO EM QUE VOCÊ CURSOU O ENSINO MÉDIO								
Opções de respostas	2013		2014		2015		Média	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1 Todo diurno	4656	81.83	4827	81.41	4220	83.93	4568	82.32
2 Todo noturno	380	6.68	340	5.73	212	4.22	311	5.60
3 Maior parte no diurno	467	8.21	534	9.01	446	8.87	482	8.69
4 Maior parte no noturno	187	3.29	228	3.85	150	2.98	188	3.39
Total	5690	100%	5929	100%	5028	100%	5549	100%

Fonte: adaptado de COPERVE (2015).

Verificou-se que 82.32% dos classificados cursaram todo diurno; 8.69% parcialmente diurno; 5.60% todo noturno; 3.39% a maior parte noturno (Tabela 9). Por meio dessa análise, constata-se que a maioria dos candidatos classificados cursou o Ensino Médio no período todo diurno. Considerando que os estudantes do período noturno geralmente trabalham durante o dia, reconhece-se que são poucas as suas chances de completar a transição para a universidade, independentemente da origem socioeconômica, pois o efeito de se estar trabalhando também é, em geral, negativo para as chances de acesso ao Ensino Superior (MONT’ALVÃO NETO, 2014).

Na Tabela 10 constam as principais fontes de informação através das quais os candidatos classificados tomaram conhecimento do concurso vestibular da UFSC.

Tabela 10 – Principal fonte de informação pela qual o candidato tomou conhecimento do vestibular da UFSC (PA: Comunicação).

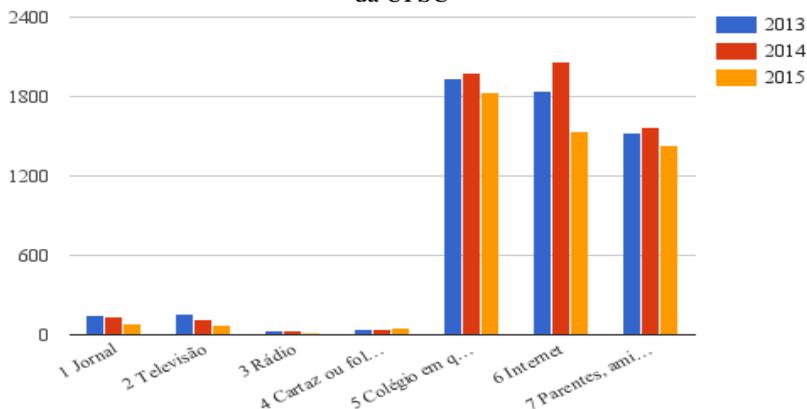
Questão 09 – MARQUE A PRINCIPAL FONTE DE INFORMAÇÃO PELA QUAL VOCÊ TOMOU CONHECIMENTO DO CONCURSO VESTIBULAR DA UFSC

Opções de respostas	2013		2014		2015		Média	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1 Jornal	144	2.53	138	2.33	88	1.75	123	2.22
2 Televisão	161	2.83	118	1.99	69	1.37	116	2.09
3 Rádio	31	0.54	28	0.47	13	0.26	24	0.43
4 Cartaz ou folder	42	0.74	42	0.71	57	1.13	47	0.85
5 Colégio em que estuda	1938	34.06	1978	33.36	1832	36.44	1916	34.53
6 Internet	1843	32.39	2060	34.74	1534	30.51	1812	32.66
7 Parentes, amigos	1531	26.91	1565	26.40	1435	28.54	1510	27.22
Total	5690	100%	5929	100%	5028	100%	5549	100%

Fonte: adaptado de COPERVE (2015).

Para 34.53% dos classificados, a fonte foi o colégio em que estudavam (Tabela 10). A opção pela internet obteve 32.66%, enquanto que 27.22% a obtiveram através de parentes e amigos. As demais opções somaram juntas 5.59% do total de classificados. Essas informações são representadas no gráfico da Figura 12:

Figura 12 – Fonte de informação pela qual tomou conhecimento do vestibular da UFSC



Fonte: do Autor

Na Tabela 11 informa-se o quantitativo de candidatos classificados que frequentaram ou não um curso pré-vestibular.

Tabela 11 – O candidato frequentou ou frequenta curso pré-vestibular

Questão 10 – FREQUENTOU OU FREQUENTA CURSO PRÉ-VESTIBULAR								
Opções de respostas	2013		2014		2015		Média	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1 Não	2695	47.36	3052	51.48	2509	49.90	2752	49.59
2 Sim, por menos de 1 semestre	837	14.71	819	13.81	556	11.06	737	13.29
3 Sim, por 1 semestre	949	16.68	902	15.21	852	16.95	901	16.24
4 Sim, por 1 ano	846	14.87	777	13.11	778	15.47	800	14.42
5 Sim, por mais de 1 ano	363	6.38	379	6.39	333	6.62	358	6.46
Total	5690	100%	5929	100%	5028	100%	5549	100%

Fonte: adaptado de COPERVE (2015).

Do total de classificados, 50,41% deles informaram ter frequentado cursos pré-vestibulares, enquanto 49,59% não (Tabela 11).

Na Tabela 12 detalham-se os principais motivos que levaram os candidatos classificados a não cursarem pré-vestibular.

Tabela 12 – Principal motivo que levou o candidato a não cursar pré-vestibular

Questão 11 – PRINCIPAL MOTIVO QUE O LEVOU A NÃO CURSAR PRÉ-VESTIBULAR								
Opções de respostas	2013		2014		2015		Média	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1 O colégio prepara para o vestibular	963	16.92	1041	17.56	932	18.54	979	17.64
2 O colégio oferece pré-vestibular "integrado" ao curso	228	4.01	252	4.25	184	3.66	221	3.99
3 Dificuldades econômicas	820	14.41	930	15.69	747	14.86	832	15.00
4 O horário do pré-vestibular coincidia com o horário de trabalho	259	4.55	284	4.79	167	3.32	237	4.27
5 Julgou que poderia estudar sozinho	473	8.31	567	9.56	530	10.54	523	9.43
6 Não havia nenhum pré-vestibular nas proximidades de sua casa	114	2.00	105	1.77	81	1.61	100	1.80
7 Não é o seu caso (fez pré-vestibular)	2833	49.79	2750	46.38	2387	47.47	2657	47.88
Total	5690	100%	5929	100%	5028	100%	5549	100%

Fonte: adaptado de COPERVE (2015).

Constatou-se que 17,64% dos classificados informaram que o colégio prepara para o vestibular, 15% apontaram dificuldades econômicas e 9,43% que poderiam estudar sozinhos (Tabela 12). As demais respostas juntas somaram 10,06% do total de classificados. Ressalta-se também que 47,88% deles informaram ter cursado o pré-vestibular.

Na Tabela 13, os dados trazem informações que identificam o número de vezes que os candidatos classificados prestaram o vestibular para a UFSC.

Tabela 13 – Número de vezes que o candidato prestou vestibular para a UFSC

Questão 12 – NÚMERO DE VEZES QUE VOCÊ PRESTOU VESTIBULAR PARA A UFSC								
Opções de respostas	2013		2014		2015		Média	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1 Nenhuma	3158	55.50	3230	54.48	2492	49.56	2960	53.34
2 Uma	1549	27.22	1646	27.76	1527	30.37	1574	28.37
3 Duas	609	10.70	631	10.64	639	12.71	626	11.29
4 Três	205	3.60	265	4.47	231	4.59	234	4.21
5 Quatro ou mais	169	2.97	157	2.65	139	2.76	155	2.79
Total	5690	100%	5929	100%	5028	100%	5549	100%

Fonte: Adaptado de COPERVE (2015).

Na análise dos dados, verificou-se que 53.34% dos classificados informaram nunca terem feito o vestibular da UFSC, enquanto que 28.37% fizeram uma única vez, e 11.29%, duas vezes (Tabela 13). Já três vezes, 4.21%, e quatro ou mais vezes, 2.79%, do total.

Na Tabela 14 apresentam-se os motivos que levaram os candidatos classificados pela escolha da 1ª opção.

Tabela 14 – Principal motivo do candidato para escolha de sua 1ª opção

Questão 13 – PRINCIPAL MOTIVO PARA ESCOLHA DE SUA 1ª OPÇÃO								
Opções de respostas	2013		2014		2015		Média	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1 Menor relação candidato/vaga	120	2.11	106	1.79	77	1.53	101	1.82
2 Prestígio econômico	192	3.37	158	2.66	132	2.63	161	2.90
3 Prestígio social	97	1.70	84	1.42	56	1.11	79	1.42
4 Mais adequada às suas aptidões	4208	73.95	4522	76.27	3850	76.57	4193	75.57
5 Influência da família e/ou amigos	170	2.99	151	2.55	125	2.49	149	2.68
6 Influência de professores	43	0.76	47	0.79	43	0.86	44	0.80
7 Outros motivos	860	15.11	861	14.52	745	14.82	822	14.81
Total	5690	100%	5929	100%	5028	100%	5549	100%

Fonte: adaptado de COPERVE (2015).

Verificou-se que 75.57% dos classificados escolheram a opção mais adequada às suas aptidões; 14.81% outros motivos; e 9,62, as demais respostas juntas (Tabela 14).

Na Tabela 15 os dados trazem informações sobre o que os candidatos classificados esperam obter em um curso superior.

Tabela 15 – O que o candidato espera obter num curso superior

Questão 14 – ASSINALE O QUE VOCÊ ESPERA OBTER EM UM CURSO SUPERIOR								
Opções de respostas	2013		2014		2015		Média	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1 Aumento de conhecimento e cultura geral	1033	18.15	1106	18.65	982	19.53	1040	18.75
2 Melhoria da situação profissional atual	391	6.87	393	6.63	315	6.26	366	6.60
3 Formação profissional voltada para o futuro emprego	3637	63.92	3665	61.81	3053	60.72	3452	62.20
4 Formação teórica voltada para a pesquisa	411	7.22	494	8.33	451	8.97	452	8.15
5 Outras	218	3.84	271	4.57	227	4.52	239	4.30
Total	5690	100%	5929	100%	5028	100%	5549	100%

Fonte: adaptado de COPERVE (2015).

Observou-se que a opção “formação profissional voltada para o futuro emprego” obteve 62.20% dos classificados, enquanto 18.75% optaram pelo “aumento de conhecimento e cultura geral” (Tabela 15). Em seguida, as opções “formação teórica voltada para a pesquisa”, com 8.15%, “melhoria da situação profissional atual”, com 6.60%, e “outros”, representando 4.30% do total de classificados.

Na Tabela 16 consta o conhecimento dos candidatos classificados acerca das atividades que deverão desenvolver na profissão escolhida na 1ª opção.

Tabela 16 – Conhece as atividades a ser desenvolvidas na profissão escolhida em 1ª opção

Questão 15 – CONHECE AS ATIVIDADES QUE DEVERÁ DESENVOLVER NA PROFISSÃO ESCOLHIDA EM 1ª OPÇÃO								
Opções de respostas	2013		2014		2015		Média	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1 Sim	5433	95.48	5652	95.33	4818	95.82	5301	95.53
2 Não	257	4.52	277	4.67	210	4.18	248	4.47
Total	5690	100%	5929	100%	5028	100%	5549	100%

Fonte: adaptado de COPERVE (2015).

Constatou-se, nos dados analisados, que 95.53% dos classificados informaram conhecer as atividades da futura profissão, e que apenas 4.47% as desconheciam (Tabela 16).

Na Tabela 17 os dados trazem informações sobre a quantidade de pessoas, incluindo os candidatos classificados, que moram e compõem as suas famílias.

Tabela 17 – Quantidade de pessoas que moram e compõem a família do candidato

Questão 16 – INCLUINDO SOMENTE OS QUE MORAM NA SUA CASA, INCLUSIVE VOCÊ, INFORME O NÚMERO DE PESSOAS QUE COMPÕEM A SUA FAMÍLIA

Opções de respostas	2013		2014		2015		Média	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1 1 pessoa	260	4.57	293	4.94	261	5.19	271	4.89
2 2 pessoas	682	11.99	727	12.26	611	12.15	673	12.13
3 3 pessoas	1520	26.71	1593	26.87	1438	28.60	1517	27.34
4 4 pessoas	2155	37.87	2225	37.53	1867	37.13	2082	37.53
5 5 pessoas	821	14.43	862	14.54	673	13.39	785	14.15
6 Acima de 5 pessoas	252	4.43	229	3.86	178	3.54	220	3.96
Total	5690	100%	5929	100%	5028	100%	5549	100%

Fonte: adaptado de COPERVE (2015).

Na análise da Tabela 17, verificou-se que 37.53% dos classificados informaram que suas famílias são compostas de 4 pessoas; 27.34%, de 3 pessoas; 14.15%, de 5 pessoas; 12.13%, de 2 pessoas; 4.89%, 1 pessoa; e 3.96, acima de 5 pessoas.

Na Tabela 18 detalha-se a renda bruta do grupo familiar dos candidatos classificados.

Tabela 18 – Renda bruta do grupo familiar do candidato (PA: Perfil Familiar)

Questão 17 – SOME OS SALÁRIOS BRUTOS, SEM DEDUÇÕES, DAS PESSOAS DE SEU GRUPO FAMILIAR QUE TRABALHAM, INCLUSIVE O SEU. INDIQUE A RENDA BRUTA

Opções de respostas	2013		2014		2015		Média	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1 Até 1 salário mínimo	200	3.50	200	3.37	155	3.08	185	3.33
2 Acima de 1 até 3 salários mínimos	1423	25.01	1424	24.02	1146	22.79	1331	23.99
3 Acima de 3 até 5 salários mínimos	1375	24.17	1391	23.46	1193	23.73	1320	23.78
4 Acima de 5 até 7 salários mínimos	838	14.73	931	15.70	835	16.61	868	15.64
5 Acima de 7 até 10 salários mínimos	727	12.78	816	13.76	718	14.29	754	13.58
6 Entre 10 e 20 salários mínimos	709	12.46	714	12.04	598	11.89	674	12.14
7 Entre 20 e 30 salários mínimos	232	4.08	252	4.25	231	4.59	238	4.30
8 Acima de 30 salários mínimos	186	3.27	201	3.39	152	3.02	180	3.24
Total	5690	100%	5929	100%	5028	100%	5549	100%

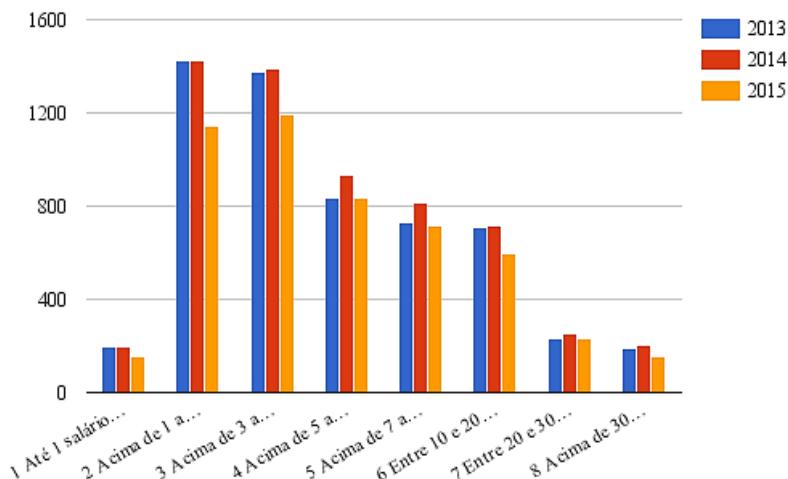
Fonte: adaptado de COPERVE (2015).

Do total dos classificados, 23.99% informaram que a renda bruta do grupo familiar é de acima de 1 até 3 salários mínimos; 23.78% de 3 até 5 salários mínimos; 15.64% de 5 a 7 salários mínimos; 13.58% de 7 a 10 salários mínimos; e 12.14% de 10 a 20 salários mínimos (Tabela 18). As demais opções somaram 10.87% das respostas.

Nota-se que os candidatos classificados provêm de famílias com renda bruta de 1 a 3 salários mínimos (27.32%), abaixo da média nacional. Segundo Ristoff (2013, p. 12), “mais de um terço dos estudantes brasileiros (34%) estão na faixa de renda mensal familiar de

até três salários mínimos. Na sociedade brasileira, o grupo de famílias nesta faixa de renda é de 52%, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios”. As informações analisadas na Tabela 18 são representadas no gráfico da Figura 13.

Figura 13 – Renda familiar



Fonte: do Autor

Na Tabela 19, explicita-se o nível de instrução do pai dos candidatos classificados.

Tabela 19 – Nível de instrução do pai do candidato

Questão 18 – NÍVEL DE INSTRUÇÃO DE SEU PAI								
Opções de respostas	2013		2014		2015		Média	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1 Não alfabetizado	74	1.30	75	1.26	47	0.93	65	1.18
2 Lê e escreve, mas nunca esteve na escola	21	0.37	24	0.40	15	0.30	20	0.36
3 Fundamental incompleto	841	14.78	793	13.37	623	12.39	752	13.56
4 Fundamental completo	389	6.84	381	6.43	309	6.15	360	6.48
5 Médio incompleto	326	5.73	335	5.65	254	5.05	305	5.50
6 Médio completo	1311	23.04	1445	24.37	1248	24.82	1335	24.05
7 Superior incompleto	476	8.37	507	8.55	403	8.02	462	8.33
8 Superior completo	1329	23.36	1437	24.24	1272	25.30	1346	24.26
9 Pós-Graduação	923	16.22	932	15.72	857	17.04	904	16.29
Total	5690	100%	5929	100%	5028	100%	5549	100%

Fonte: adaptado de COPERVE (2015).

Evidenciou-se que, do total dos classificados, 24.26% informaram superior completo, 24.05% médio completo, 16.29% pós-

graduação e 13.56% fundamental incompleto (Tabela 19). As demais opções juntas somaram 21.85% do total.

Na Tabela 20, apresenta-se o nível de instrução da mãe dos candidatos classificados.

Tabela 20 – Nível de instrução da mãe do candidato

Questão 19 – NÍVEL DE INSTRUÇÃO DE SUA MÃE								
Opções de respostas	2013		2014		2015		Média	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1 Não alfabetizada	47	0.83	46	0.78	28	0.56	40	0.73
2 Lê e escreve, mas nunca esteve na escola	20	0.35	26	0.44	8	0.16	18	0.32
3 Fundamental incompleto	658	11.56	659	11.11	502	9.98	606	10.93
4 Fundamental completo	367	6.45	374	6.31	247	4.91	329	5.94
5 Médio incompleto	326	5.73	281	4.74	252	5.01	286	5.16
6 Médio completo	1424	25.03	1535	25.89	1306	25.97	1422	25.62
7 Superior incompleto	465	8.17	472	7.96	404	8.04	447	8.06
8 Superior completo	1247	21.92	1300	21.93	1198	23.83	1248	22.50
9 Pós-Graduação	1136	19.96	1236	20.85	1083	21.54	1152	20.75
Total	5690	100%	5929	100%	5028	100%	5549	100%

Fonte: adaptado de COPERVE (2015).

Do total dos classificados, 25.62% informaram médio completo, 22.50% superior completo, 20.75% pós-graduação e 10.93% fundamental incompleto. As demais opções juntas somaram 20.21% do total.

Observou-se, nas Tabelas 20 e 21, o nível de escolaridade dos pais. As mães, sobretudo nas opções pós-graduação e superior completo, levam uma pequena vantagem de 4.46%, e os pais de 1.76% no superior completo. Os dados na UFSC não diferem dos números da realidade brasileira. Segundo Ristoff (2013, p. 18), “com pequenas variações, este quadro se repete para os demais cursos, o que nos leva a inferir que a origem social e a situação econômica da família do estudante são sem dúvida um fator determinante na trajetória do jovem brasileiro pela educação superior e, por isso mesmo, deve estar na base das políticas públicas de inclusão dos grupos historicamente excluídos”.

Na Tabela 21 identificam-se os principais responsáveis pelo sustento das famílias dos candidatos classificados.

Tabela 21 – Responsável pelo sustento da família do candidato

Questão 20 – INDIQUE O PRINCIPAL RESPONSÁVEL PELO SUSTENTO DE SUA FAMÍLIA								
Opções de respostas	2013		2014		2015		Média	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1 Pai	2381	41.85	2282	38.49	2026	40.29	2230	40.18
2 Mãe	1257	22.09	1313	22.15	1159	23.05	1243	22.40
3 Pai e Mãe	1268	22.28	1478	24.93	1188	23.63	1311	23.63
4 Você próprio	489	8.59	501	8.45	348	6.92	446	8.04
5 Cônjuge	109	1.92	136	2.29	85	1.69	110	1.98
6 Parente	79	1.39	89	1.50	96	1.91	88	1.59
7 Outro(s)	107	1.88	130	2.19	126	2.51	121	2.18
Total	5690	100%	5929	100%	5028	100%	5549	100%

Fonte: adaptado de COPERVE (2015).

Verificou-se que 40.18% dos classificados informaram ser o pai; 23.63%, o pai e a mãe; 22.40%, a mãe; 8.04%, o próprio candidato (Tabela 21). As demais opções somaram 5.75% do total de classificados.

Na Tabela 22, apresentam-se as ocupações dos responsáveis pelo sustento das famílias dos candidatos classificados.

Tabela 22 – Ocupação do responsável pelo sustento da família do candidato

Questão 21 – PRINCIPAL OCUPAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO SUSTENTO DE SUA FAMÍLIA								
Opções de respostas	2013		2014		2015		Média	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1 Profissional liberal	958	16.84	947	15.97	773	15.37	893	16.09
2 Empresário	733	12.88	774	13.05	749	14.90	752	13.55
3 Servidor Público	1488	26.15	1560	26.31	1297	25.80	1448	26.10
4 Empregado Empresa Privada	1596	28.05	1654	27.90	1408	28.00	1553	27.98
5 Empregado Rural / Agricultor	83	1.46	78	1.32	67	1.33	76	1.37
6 Proprietário Rural	85	1.49	70	1.18	64	1.27	73	1.32
7 Não trabalha	84	1.48	93	1.57	73	1.45	83	1.50
8 Desempregado	60	1.05	71	1.20	70	1.39	67	1.21
9 Outro	603	10.60	682	11.50	527	10.48	604	10.88
Total	5690	100%	5929	100%	5028	100%	5549	100%

Fonte: adaptado de COPERVE (2015).

Verificou-se que 27.98% dos classificados informaram serem empregados em empresas privadas; 26.10% servidores públicos; 16.09% profissionais liberais; 13.55% empresários (Tabela 22). Juntas, as demais opções somaram 16.28% do total de classificados.

Na Tabela 23 identifica-se com que idade os candidatos classificados começaram a exercer atividades remuneradas.

Tabela 23 – Idade com que o candidato começou a exercer atividade remunerada

Questão 22 – COM QUE IDADE COMEÇOU A EXERCER ATIVIDADE REMUNERADA								
Opções de respostas	2013		2014		2015		Média	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1 Antes dos 14 anos	329	5.78	308	5.19	247	4.92	295	5.31
2 Entre 14 e 16 anos	905	15.91	938	15.82	793	15.77	879	15.83
3 Entre 16 e 18 anos	1175	20.65	1253	21.13	1068	21.24	1165	21.00
4 Após 18 anos	880	15.47	921	15.53	791	15.73	864	15.57
5 Nunca trabalhou	2401	42.20	2509	42.32	2129	42.34	2346	42.28
Total	5690	100%	5929	100%	5028	100%	5549	100%

Fonte: adaptado de COPERVE (2015).

Observou-se que 42.28% dos classificados nunca trabalharam; 21% responderam que começaram a exercer atividade remunerada entre 16 e 18 anos; 15.83% entre 14 e 16 anos; e 15.57% a partir dos 18 anos (Tabela 23). Identificou-se, então, que 57.72% dos classificados trabalham.

Essa constatação vai ao encontro da realidade nacional de muitos estudantes trabalhadores, uma vez que, segundo Ristoff (2013, p. 17), “surpreende, [...], o alto percentual de alunos trabalhadores [...], indicando que para alguns cursos o trabalho e o estudo podem estar associados não unicamente à necessidade econômica, mas à busca de oportunidades precoces de experiência profissional”.

Na Tabela 24, apresentam-se as ocupações dos candidatos classificados.

Tabela 24 – Ocupação do candidato (PA: Perfil)

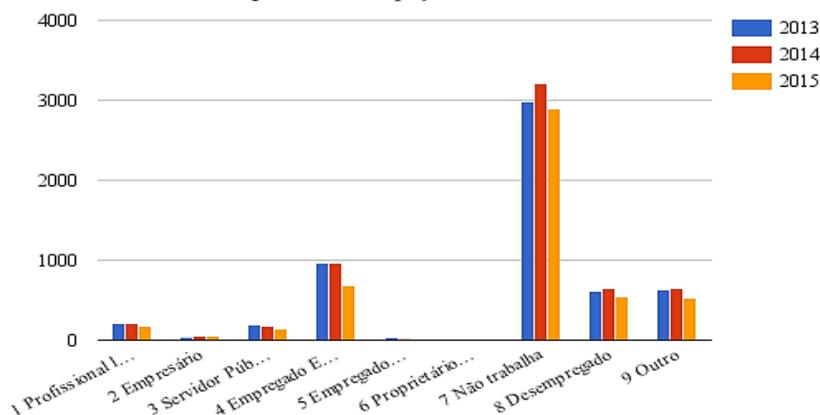
Questão 23 – SUA OCUPAÇÃO								
Opções de respostas	2013		2014		2015		Média	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1 Profissional liberal	202	3.55	217	3.66	179	3.56	199	3.58
2 Empresário	39	0.69	44	0.74	45	0.89	43	0.77
3 Servidor Público	199	3.50	171	2.88	142	2.82	171	3.08
4 Empregado Empresa Privada	965	16.96	960	16.19	688	13.68	871	15.70
5 Empregado Rural / Agricultor	28	0.49	18	0.30	11	0.23	19	0.34
6 Proprietário Rural	11	0.19	5	0.08	5	0.10	7	0.13
7 Não trabalha	2991	52.57	3211	54.16	2896	57.60	3033	54.65
8 Desempregado	616	10.83	646	10.90	539	10.72	600	10.82
9 Outro	639	11.23	657	11.08	523	10.40	606	10.93
Total	5690	100%	5929	100%	5028	100%	5549	100%

Fonte: adaptado de COPERVE (2015).

Constatou-se que 54.65% dos classificados informaram não trabalhar; 15.70% serem empregado de empresas privadas; 10.93% indicaram outra opção; e 10.82% desempregados (Tabela 24). As

demais opções juntas somaram 7.91% do total. Essas informações são representadas no gráfico da Figura 14.

Figura 14 – Ocupação do candidato



Fonte: do Autor

Na Tabela 25 detalham-se os meios de comunicação que os candidatos utilizam para se manter informados sobre os acontecimentos atuais.

Tabela 25 – Meio de comunicação usado pelo candidato para se manter informado sobre os acontecimentos atuais

Questão 24 – MARQUE O PRINCIPAL MEIO DE COMUNICAÇÃO QUE VOCÊ UTILIZA PARA SE MANTER INFORMADO SOBRE OS ACONTECIMENTOS ATUAIS								
Opções de respostas	2013		2014		2015		Média	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1 Jornal	302	5.31	270	4.55	187	3.72	253	4.56
2 Televisão	776	13.64	573	9.66	360	7.16	570	10.28
3 Rádio	27	0.47	41	0.69	17	0.34	28	0.50
4 Revista	127	2.23	112	1.89	52	1.03	97	1.75
5 Internet	4291	75.41	4752	80.15	4283	85.18	4442	80.05
6 Conversas com outras pessoas	148	2.60	154	2.60	109	2.17	137	2.46
7 Não tenho me mantido informado	19	0.33	27	0.46	20	0.40	22	0.40
Total	5690	100%	5929	100%	5028	100%	5549	100%

Fonte: adaptado de COPERVE (2015).

Observou-se que 80.05% utilizam a internet, 10.28% a televisão e 4.56% o jornal como meio de comunicação (Tabela 25). As demais opções somaram 5.11% do total de classificados.

Na Tabela 26 informa-se se os candidatos classificados possuem computador em suas residências.

Tabela 26 – O candidato possui computador

Questão 25 – POSSUI COMPUTADOR EM SUA RESIDÊNCIA								
Opções de respostas	2013		2014		2015		Média	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1 Sim, com acesso à Internet	5280	92.79	5581	94.13	4750	94.47	5204	93.78
2 Sim, sem acesso à Internet	249	4.38	198	3.34	154	3.06	200	3.61
3 Não	161	2.83	150	2.53	124	2.47	145	2.61
Total	5690	100%	5929	100%	5028	100%	5549	100%

Fonte: adaptado de COPERVE (2015).

Constatou-se que 93.78% dos classificados informaram possuir computador com acesso à internet; 3.61% que sim, mas sem acesso à internet; e apenas 2.61% declararam não possuir computador (Tabela 26).

Na Tabela 27 consta se os candidatos classificados usam computador.

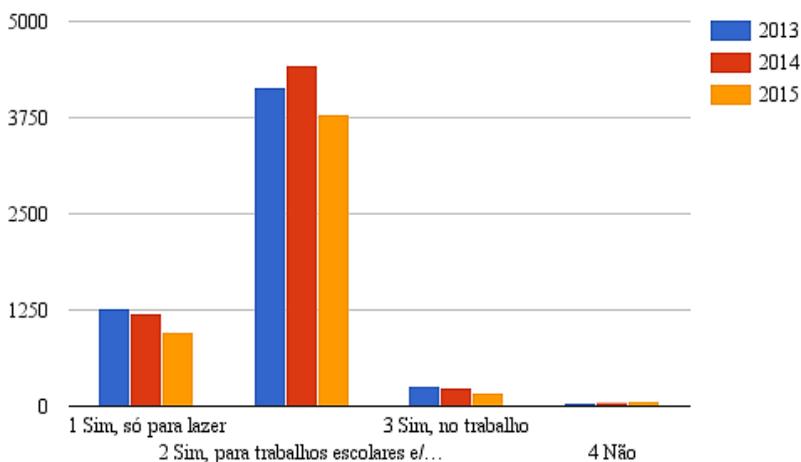
Tabela 27 – O candidato usa computador (PA: Inclusão Digital).

Questão 26 – USA COMPUTADOR								
Opções de respostas	2013		2014		2015		Média	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1 Sim, só para lazer	1261	22.16	1217	20.53	974	19.37	1151	20.74
2 Sim, para trabalhos escolares e/ou profissionais	4137	72.71	4421	74.57	3802	75.62	4120	74.25
3 Sim, no trabalho	255	4.48	239	4.03	181	3.60	225	4.05
4 Não	37	0.65	52	0.88	71	1.41	53	0.96
Total	5690	100%	5929	100%	5028	100%	5549	100%

Fonte: adaptado de COPERVE (2015).

Observou-se que 74.25% dos classificados informaram usar o computador para trabalhos escolares e/ou profissionais; 20.74% só para lazer; 4.05% para o trabalho; e apenas 0.96% informaram não usá-lo (Tabela 27). Essas informações são representadas no gráfico da Figura 15.

Figura 15 – Uso de computador



Fonte: do Autor.

Na Tabela 28, detalham-se os meios de transporte que os candidatos classificados mais utilizam.

Tabela 28 – Meio de transporte utilizado pelo candidato

Questão 27 – MEIO DE TRANSPORTE QUE VOCÊ MAIS UTILIZA								
Opções de respostas	2013		2014		2015		Média	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1 Bicicleta	307	5.40	312	5.26	283	5.63	301	5.42
2 Carro próprio ou da família	1753	30.81	1920	32.38	1564	31.11	1746	31.46
3 Moto	135	2.37	142	2.40	92	1.83	123	2.22
4 Ônibus	3182	55.92	3248	54.78	2811	55.90	3080	55.51
5 Outros	313	5.50	307	5.18	278	5.53	299	5.39
Total	5690	100%	5929	100%	5028	100%	5549	100%

Fonte: adaptado de COPERVE (2015).

Constatou-se que o ônibus é o meio de transporte mais utilizado por 55.51% dos classificados, enquanto que 31.46% utilizam carro próprio ou da família (Tabela 28). As demais respostas foram 5.42% para bicicleta, 2.22% para moto e 5.39% para outros.

Na Tabela 29 apresentam-se as respostas referentes à pergunta se o candidato classificado iniciou algum curso superior.

Tabela 29 – O candidato iniciou curso superior

Questão 28 – INICIOU ALGUM CURSO SUPERIOR								
Opções de respostas	2013		2014		2015		Média	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1 Sim, mas abandonei	835	14.67	871	14.69	726	14.44	811	14.61
2 Sim, estou cursando	543	9.54	617	10.41	626	12.45	595	10.73
3 Sim, mas já concluí	193	3.39	212	3.58	156	3.10	187	3.37
4 Sim, já concluí um e estou cursando	9	0.16	20	0.34	12	0.24	14	0.25
5 Sim, já concluí um e abandonei outro	24	0.42	34	0.57	21	0.42	26	0.47
6 Não	4086	71.81	4175	70.42	3487	69.35	3916	70.57
Total	5690	100%	5929	100%	5028	100%	5549	100%

Fonte: adaptado de COPERVE (2015).

Verificou-se que 70.57% dos classificados informaram não ter iniciado curso superior; 14.61% que sim, mas que o abandonaram; 10.73% que o está cursando (Tabela 29). As demais opções juntas tiveram 4.09% das respostas.

Na Tabela 30 informa-se a instituição onde os candidatos classificados iniciaram algum curso superior.

Tabela 30 – Instituição na qual o candidato iniciou algum curso superior

Questão 29 – INSTITUIÇÃO NA QUAL INICIOU ALGUM CURSO SUPERIOR								
Opções de respostas	2013		2014		2015		Média	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1 Não iniciei	4094	71.95	4180	70.50	3490	69.41	3921	70.67
2 UFSC	554	9.74	652	11.00	686	13.64	631	11.37
3 Outra Instituição de Santa Catarina	657	11.55	700	11.80	541	10.76	633	11.40
4 Outra Instituição fora de Santa Catarina	385	6.77	397	6.70	311	6.19	364	6.57
Total	5690	100%	5929	100%	5028	100%	5549	100%

Fonte: adaptado de COPERVE (2015).

Constatou-se, na Tabela 30, que 70.67% dos classificados ainda não iniciaram algum curso; 11.40% que sim, mas em outra instituição de Santa Catarina; 11.37% que sim, mas na UFSC; e 6.57% que sim, mas fora de Santa Catarina.

Na Tabela 31 detalham-se os cursos já iniciados pelos classificados.

Tabela 31 – Curso superior já iniciado pelo candidato

Questão 30 – INFORME O CURSO SUPERIOR JÁ INICIADO								
Opções de respostas	2013		2014		2015		Média	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
01 Não iniciei curso superior	4088	71.85	4167	70.28	3474	69.09	3910	70.46
02 Administração	138	2.43	143	2.41	117	2.33	133	2.39
03 Agronomia	26	0.46	31	0.52	33	0.66	30	0.54
04 Arquitetura e Urbanismo	24	0.42	28	0.47	27	0.54	26	0.47
05 Biblioteconomia	11	0.19	7	0.12	3	0.06	7	0.13
06 Ciências Biológicas	35	0.62	40	0.67	42	0.84	39	0.70
07 Ciências da Computação	43	0.76	50	0.84	47	0.93	47	0.84
08 Ciências Contábeis	38	0.67	47	0.79	26	0.52	37	0.67
09 Ciências Sociais	22	0.39	15	0.25	19	0.38	19	0.34
10 Direito	99	1.74	100	1.69	89	1.77	96	1.73
11 Ciências Econômicas	49	0.86	49	0.83	40	0.80	46	0.83
12 Educação Física	40	0.70	28	0.47	29	0.58	32	0.58
13 Enfermagem	17	0.30	17	0.29	16	0.32	17	0.30
14 Engenharia	324	5.69	387	6.53	423	8.41	378	6.81
15 Farmácia	31	0.54	27	0.46	24	0.48	27	0.49
16 Filosofia	24	0.42	16	0.27	15	0.30	18	0.33
17 Física	31	0.54	38	0.64	40	0.80	36	0.65
18 Geografia	22	0.39	22	0.37	19	0.38	21	0.38
19 História	31	0.54	37	0.62	43	0.86	37	0.67
20 Jornalismo	14	0.25	23	0.39	22	0.44	20	0.35
21 Comunicação e Expressão Visual	14	0.25	14	0.24	12	0.24	13	0.24
22 Letras	57	1.00	62	1.05	43	0.86	54	0.97
23 Matemática	36	0.63	36	0.61	26	0.52	33	0.59
24 Medicina	6	0.11	14	0.24	8	0.16	9	0.17
25 Nutrição	14	0.25	10	0.17	5	0.10	10	0.17
26 Odontologia	10	0.18	11	0.19	10	0.20	10	0.19
27 Pedagogia	37	0.65	24	0.40	15	0.30	25	0.46
28 Psicologia	30	0.53	33	0.56	17	0.34	27	0.48
29 Química	31	0.54	41	0.69	27	0.54	33	0.59
30 Serviço Social	16	0.28	14	0.24	4	0.08	11	0.20
31 Veterinária	7	0.12	14	0.24	10	0.20	10	0.19
32 Outros	325	5.71	384	6.48	303	6.03	337	6.08
Total	5690	100%	5929	100%	5028	100%	5549	100%

Fonte: adaptado de COPERVE (2015).

Observou-se que 70.46% dos classificados não havia iniciado nenhum curso. É possível destacar também que 6.81% responderam que iniciaram Engenharia, 2.39% Administração, 1.73% Direito e 6.08% outros cursos não listados (Tabela 31). As demais opções de cursos somaram juntas 12.53% das respostas dos candidatos classificados.

Nessa análise verificou-se também que a procura por alguns desses cursos não é diferente daquela do ENADE, pois, de acordo com Lázaro (2013), os cursos de Direito e Administração concentram 42% das matrículas da graduação, indicativo de que isso contribui para que o país seja mais justo e a administração, pública e privada, mais eficiente.

Com relação à orientação vocacional, na Tabela 32 apresentam-se as respostas dos classificados.

Tabela 32 – Acredita que a orientação vocacional auxiliaria na escolha de sua opção

Questão 31 – ACREDITA QUE A ORIENTAÇÃO VOCACIONAL AUXILIARIA NA ESCOLHA DE SUA OPÇÃO								
Opções de respostas	2013		2014		2015		Média	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1 Sim, para dizer qual profissão devo seguir	582	10.23	595	10.04	541	10.76	573	10.32
2 Sim, para auxiliar a conhecer as profissões e o mercado de trabalho	1512	26.57	1527	25.75	1181	23.49	1407	25.35
3 Sim, para auxiliar a pensar na melhor opção para mim	1283	22.55	1352	22.80	1112	22.12	1249	22.51
4 Sim, para ajudar a me conhecer melhor	517	9.09	582	9.82	583	11.60	561	10.10
5 Sim, para auxiliar a conviver com a família e a sociedade e assumir o que quero	82	1.44	82	1.38	85	1.69	83	1.50
6 Não	1714	30.12	1791	30.21	1526	30.35	1677	30.22
Total	5690	100%	5929	100%	5028	100%	5549	100%

Fonte: adaptado de COPERVE (2015).

Constatou-se que 30.22% dos classificados informaram que não; 25.35% responderam que sim, para auxiliar a conhecer as profissões e o mercado de trabalho; e 22.51% igualmente sim, para auxiliar a pensar na melhor opção para si (Tabela 32). As demais respostas juntas somaram 21.92% do total.

Na Tabela 33 apresentam-se as respostas acerca das preferências dos candidatos classificados.

Tabela 33 – Preferência do candidato (PA: Atividade Cultural)

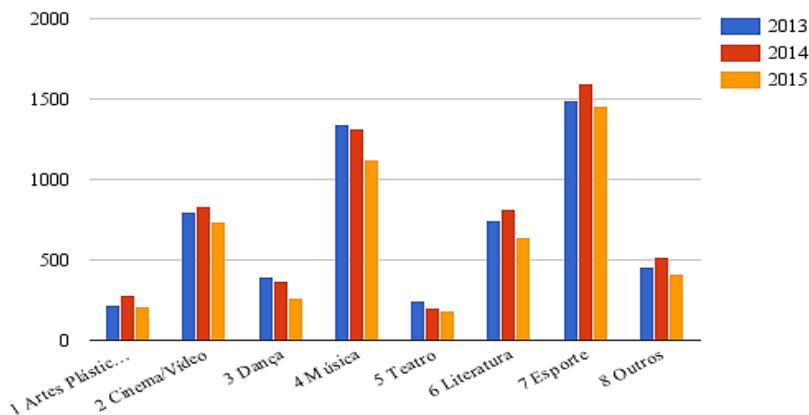
Questão 32 – DOS ITENS ABAIXO, ASSINALE A SUA PREFERÊNCIA								
Opções de respostas	2013		2014		2015		Média	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1 Artes Plásticas/Artesanato	218	3.83	282	4.76	214	4.26	238	4.29
2 Cinema/Video	799	14.04	833	14.05	736	14.64	789	14.22
3 Dança	394	6.92	369	6.22	266	5.29	343	6.18
4 Música	1342	23.59	1312	22.13	1124	22.35	1259	22.69
5 Teatro	246	4.32	205	3.46	182	3.62	211	3.80
6 Literatura	744	13.08	814	13.73	640	12.73	733	13.21
7 Esporte	1492	26.22	1594	26.88	1456	28.96	1514	27.29
8 Outros	455	8.00	520	8.77	410	8.15	462	8.32
Total	5690	100%	5929	100%	5028	100%	5549	100%

Fonte: adaptado de COPERVE (2015).

Verificou-se que 27.29% dos classificados informaram ser o esporte; 22.69% optaram por música; 14.22% por cinema/vídeo; e

13.21% por literatura (Tabela 33). As demais opções juntas tiveram 22.59% do total de classificados. Essas informações são representadas no gráfico da Figura 16.

Figura 16 – Preferências do Candidato



Fonte: do Autor.

Na Tabela 34, identificam-se os esportes prediletos dos candidatos classificados.

Tabela 34 – Esporte predileto do candidato

Questão 33 – INDIQUE SEU ESPORTE PREDILETO								
Opções de respostas	2013		2014		2015		Média	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
01 Basquete	296	5.20	315	5.31	305	6.07	305	5.50
02 Capoeira	64	1.12	63	1.06	39	0.78	55	1.00
03 Caratê	68	1.20	62	1.05	46	0.91	59	1.06
04 Futebol de campo	818	14.38	803	13.54	719	14.30	780	14.06
05 Futebol de salão	470	8.26	460	7.76	422	8.39	451	8.12
06 Futebol suíço	122	2.14	155	2.61	150	2.98	142	2.57
07 Handebol	305	5.36	313	5.28	243	4.83	287	5.17
08 Judô	59	1.04	60	1.01	62	1.23	60	1.09
09 Natação	540	9.49	509	8.58	403	8.02	484	8.72
10 Polo aquático	8	0.14	9	0.15	6	0.12	8	0.14
11 Surf	258	4.53	293	4.94	252	5.01	268	4.82
12 Tênis de campo	127	2.23	168	2.83	119	2.37	138	2.49
13 Vela	21	0.37	27	0.46	10	0.20	19	0.35
14 Voleibol	1017	17.87	984	16.60	794	15.79	932	16.79
15 Voleibol de areia	52	0.91	71	1.20	36	0.72	53	0.96
16 Remo	26	0.46	41	0.69	27	0.54	31	0.56
17 Xadrez	239	4.20	284	4.79	243	4.83	255	4.60
18 Outros	747	13.13	818	13.80	750	14.92	772	13.91
19 Não tem interesse	453	7.96	494	8.33	402	8.00	450	8.10
Total	5690	100%	5929	100%	5028	100%	5549	100%

Fonte: adaptado de COPERVE (2015).

Os dados apontam que 16.79% dos classificados informaram a predileção por voleibol; 14.06%, futebol de campo; 8.72%, natação; 8.12%, futebol de salão; 8.10% responderam que não têm interesse; e 13.91% outras modalidades (Tabela 34). As demais opções juntas somaram 30.38% do total.

Na Tabela 35 detalham-se os motivos que levaram os candidatos classificados a optarem pelo vestibular da UFSC.

Tabela 35 – Motivo que levou a optar pelo vestibular da UFSC

Questão 34 – MOTIVO PRINCIPAL QUE O LEVOU A OPTAR PELO VESTIBULAR DA UFSC								
Opções de respostas	2013		2014		2015		Média	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1 É a única no Estado que oferece o curso pretendido	328	5.76	331	5.58	268	5.33	309	5.57
2 É a que oferece o melhor curso pretendido	2632	46.26	2984	50.33	2537	50.46	2718	48.98
3 É a que oferece o curso pretendido em horário adequado	298	5.24	296	4.99	209	4.16	268	4.82
4 O curso pretendido é pouco procurado, o que facilita a classificação	66	1.16	50	0.84	34	0.68	50	0.90
5 É de fácil acesso (proximidade de casa, prática locomoção, etc.)	299	5.25	318	5.36	295	5.87	304	5.48
6 Na realidade, gostaria de estudar em outra universidade	91	1.60	87	1.47	103	2.04	94	1.69
7 Por ser pública e gratuita, satisfazendo as condições socioeconômicas da família	1976	34.73	1863	31.43	1582	31.46	1807	32.56
Total	5690	100%	5929	100%	5028	100%	5549	100%

Fonte: adaptado de COPERVE (2015).

O total de 48.98% dos classificados indicou a opção que oferece o melhor curso pretendido; 32,56% por ser pública e gratuita, satisfazendo às condições socioeconômicas da família (Tabela 35). As outras opções juntas somaram 18.46%.

Constata-se que a análise das 34 questões do QSC dos Vestibulares de 2013, 2014 e 2015 reforçaram o objetivo deste estudo. Nas tabelas 2, 3, 6, 10, 18, 24, 27 e 33, além das análises descritivas, utilizaram-se figuras para representar, de modo mais objetivo, a relação existente entre os parâmetros com as categorias de análise.

Observou-se uma grande quantidade de informações no Relatório desses vestibulares. Para as Pró-Reitorias PROGRAD, PRAE e PROPLAN, esses dados são úteis para a elaboração do planejamento das estratégias e ações institucionais, para promover o atendimento aos alunos dos cursos de graduação presencial da UFSC.

### 4.3 Análise dos Relatórios Oficiais dos Vestibulares e entrevistas segundo as Categorias

Nesta subseção, discutem-se os dados estatísticos pesquisados nos Relatórios Oficiais dos Vestibulares de 2013, 2014 e 2015 e examinam-se as respostas das entrevistas com os gestores da PROGRAD, PRAE e PROPLAN. O exame destas busca estabelecer uma relação das respostas com as categorias de análise (Ensino, Permanência e Administração).

Para uma contextualização, no Quadro 8 apresentam-se informações gerais acerca dos Vestibulares cujos relatórios foram analisados nesta pesquisa.

Quadro 8 – Dados gerais dos Vestibulares de 2013, 2014 e 2015

Informações e Números	2013	2014	2015
<b>Dos Inscritos</b>			
Candidatos Inscritos	36.503	34.002	33.416
Candidatos por Experiência	1.342	1.147	1.102
Candidatos Concorrentes	35.161	32.855	32.314
<b>Das Abstenções</b>			
Índice de Abstenções na Prova 1	15,68%	15,37%	18,03%
Índice de Abstenções na Prova 2	17,36%	16,66%	19,44%
Índice de Abstenções na Prova 3	18,78%	17,36%	20,23%
Índice Geral de Abstenções	18,78%	17,36%	20,23%
<b>Desempenho dos Candidatos</b>			
Total de Candidatos Classificados	5.690	5.929	5.028
Total de Candidatos Aprovados e não Classificados	17.426	15.666	7.322
Total de Candidatos Reprovados	13.387	12.407	21.066
<b>Motivos das Reprovações</b>			
Reprovados por Falta	6.728	5.772	6.593
Reprovados na Redação	157	173	24
Reprovados em Português	3.200	4.234	3.541
Reprov. por Zero em uma ou mais Disciplinas	197	153	2.955
Reprov. por Zero e Reprov. em Língua Portuguesa	173	191	2.108 <sup>1</sup>
Reprovados no Conjunto das Discursivas	1.514	670	2.255
Reprovados no Conjunto das Discursivas e Redação	76	67	41
<b>Vagas</b>			
Total de Vagas Oferecidas	6.031	6.511	6.511
Vagas Suplementares (Índigenas)	4	13	1
Vagas Ocupadas na Opção 1	5.021	5.150	4.330
Vagas Ocupadas na Opção 1A	669	779	698
Total de vagas Ocupadas	5.690	5.929	5.028
<b>Isenções</b>			
Total de Isenções Requeridas	1.907	2.986	2.986
Total de Isenções Concedidas	1.753	2.454	2.798
Total de Isentos Inscritos	1.752	2.451	2.797
Total de Isentos Classificados	361	445	361
Total de Isenções Parciais (Licenciaturas)	4.178	4.310	4.431

Fonte: adaptado de COPERVE (2015).

(<sup>1</sup>) Reprovados em L. Portuguesa e em outra(s) disciplina(s).

Destaca-se que no Vestibular de 2015 ocorreu o maior número de abstenções, 20.23%. Quanto às vagas oferecidas, verificou-se que no Vestibular de 2013 foram ocupadas 94.5%, enquanto no Vestibular de 2014, 91%, e no Vestibular de 2015, 77%. Constatou-se, no período pesquisado, que a quantidade de vagas remanescentes aumentou de 6.5%, em 2013, para 23%, em 2015.

Quanto aos candidatos que solicitaram isenção da taxa do pagamento das inscrições, observou-se que o total de isenções concedidas no Vestibular de 2014 aumentou 39.5%, se comparado ao de 2013. O Vestibular de 2015 aumentou 14% em comparação ao de 2014.

#### **4.3.1 Categorias de Análise – Ensino, Permanência e Administração**

Nesta subseção, apresenta-se a classificação das informações em Categorias de Análises (Quadro 5) como forma de organizar a presente pesquisa, desde a coleta de dados até as suas respectivas análises.

A categorização visa direcionar o resultado das análises com as respostas dos gestores entrevistados. Isso porque, diante da análise dos Relatórios Oficiais dos Vestibulares de 2013, 2014 e 2015, identificou-se a possibilidade de relacionar suas informações com as atribuições e competências da PROGRAD, PRAE e PROPLAN. Dentre as suas demandas, constam as ações voltadas às estratégias e políticas para o ensino de graduação, à permanência estudantil e à gestão do orçamento da instituição.

Essas análises detalhadas são apresentadas a seguir:

##### **a) Cursos e Vagas**

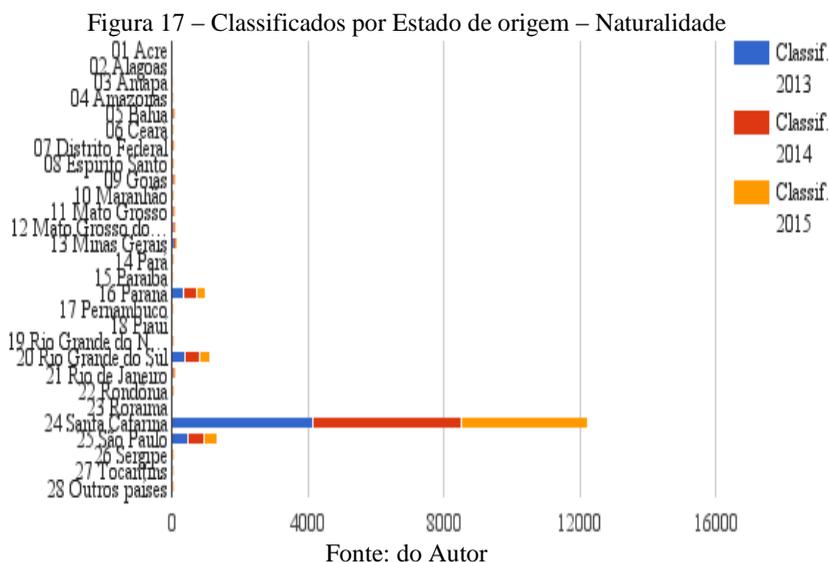
O Quadro Geral de Vagas, disponível no Apêndice D, detalha todos os cursos e as vagas oferecidas em cada evento. Essas informações são úteis às ações voltadas para as categorias ensino e administração.

Identificou-se que a quantidade de cursos oferecidos no Vestibular de 2015 foi ampliada em mais 13 cursos em relação ao de 2013. Esse aumento se deve ao fato de que, no campus de Joinville, os cursos que até 2014 eram agrupados em “Engenharias”, a partir de 2015 foram desmembrados em: Engenharia Aeroespacial, Engenharia Automotiva, Engenharia Ferroviária e Metroviária, Engenharia Mecatrônica, Engenharia Naval, Engenharia de Infraestrutura, Engenharia de Transporte e Logística e Bacharelado Interdisciplinar em

Mobilidade. Quanto às vagas oferecidas, verificou-se também que, em 2013, foram oferecidas 6.031 vagas e, a partir de 2014, com o início das atividades do campus de Blumenau, 6.511 vagas, permanecendo essa mesma quantidade em 2015.

## b) Estatísticas sobre os candidatos inscritos/classificados

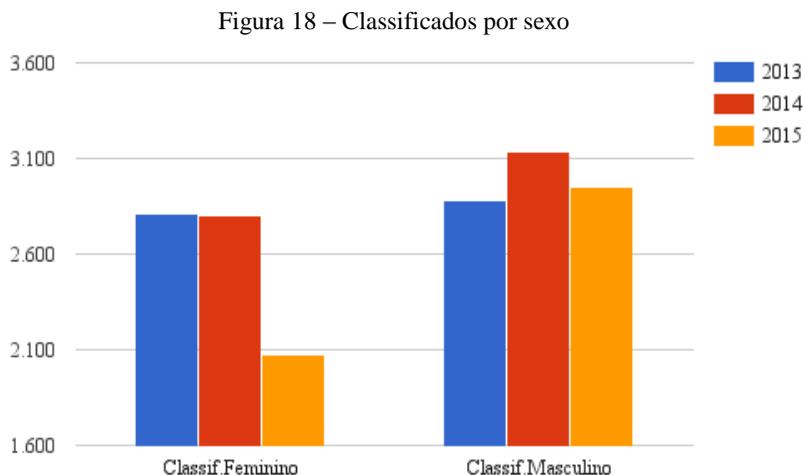
Quanto à distribuição dos candidatos inscritos e classificados por Estado de origem – Naturalidade, as informações completas constam no Apêndice F. Elas servirão às ações voltadas para as categorias permanência e administração. Dos candidatos classificados nos Vestibulares de 2013, 2014 e 2015, 73% são naturais de Santa Catarina; 8% de São Paulo; 6.5% do Rio Grande do Sul; 6% do Paraná; e 1% de Minas Gerais. As demais UF totalizaram 5.5% dos classificados. No período compreendido pela pesquisa não houve candidato classificado do Estado de Alagoas. Essas informações são representadas no gráfico da Figura 17, a seguir:



Com relação à distribuição dos candidatos inscritos e classificados por sexo, as informações na íntegra constam no Apêndice G, as quais objetivam contribuir com as ações voltadas para as categorias ensino, permanência e administração. Constata-se que, dos

classificados no Vestibular de 2013, o público do sexo feminino obteve 49% de total e o masculino, 51%. Já no Vestibular de 2014, 47% dos classificados eram do sexo feminino, e 53%, do masculino, enquanto no Vestibular de 2015, 41% eram do sexo feminino, e 59%, do masculino. Assim, observa-se que, no período correspondente ao desta pesquisa, houve uma redução de 8% no número de candidatas classificadas.

O gráfico da Figura 18 representa essas informações.



Fonte: do Autor

Por meio do detalhamento das informações, constantes no Apêndice G, verificou-se que, no período pesquisado, o número de inscritos do sexo feminino é maior (54%), porém, a maioria dos classificados (55%) é do sexo masculino. Diante desses resultados, sugere-se investigar o porquê de o número de mulheres ser menor, considerando que esse grupo é maior entre os inscritos. Caberia também uma investigação, igualmente, acerca das razões de o número de classificados do sexo masculino aumentar, mesmo com a expansão da UFSC e a criação de novos *campi* e cursos.

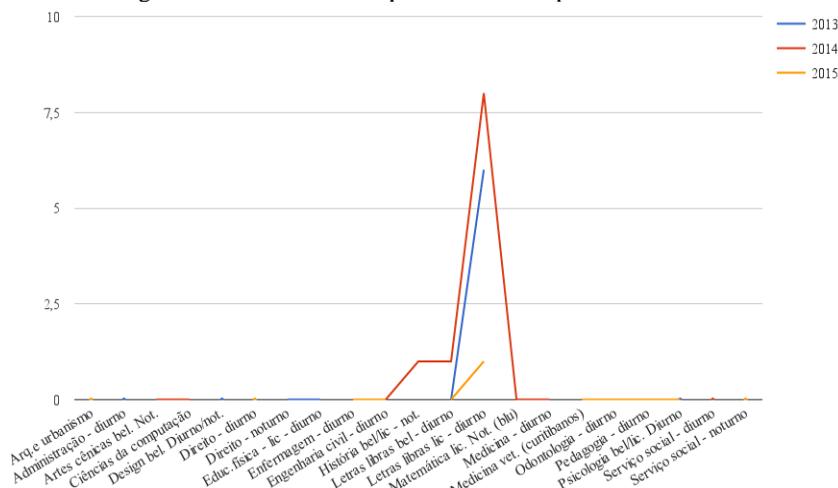
Essas questões podem orientar a análise das informações e o desenvolvimento de planos pelos dirigentes e gestores da UFSC.

Sobre a distribuição dos candidatos inscritos e classificados por curso, e que realizaram a prova em LIBRAS, as informações completas constam no Apêndice E. Estas contribuirão com as ações referentes às categorias ensino, permanência e administração. Constatou-se que, no Vestibular de 2013, 33 candidatos realizaram as provas em LIBRAS e

que, desse total, 6 foram classificados; em 2014 inscreveram-se 50 candidatos, sendo 10 classificados; em 2015, o número de inscritos ampliou para 63 candidatos, mas apenas 1 foi classificado.

Essas informações são representadas no gráfico da Figura 19.

Figura 19 – Classificados que realizaram a prova em LIBRAS



Fonte: do Autor

Acerca dos classificados que efetuaram a prova em Libras, essa constatação merece uma atenção especial. Elaborar e aplicar essa prova requer o envolvimento de diversos profissionais, além daqueles disponibilizados para o Vestibular “tradicional”. As informações referentes à elaboração e gravação da prova de Libras são listadas no Quadro 9, a seguir:

Quadro 9 – Elaboração da prova em Libras.

Número	Profissionais	Atividade desenvolvida	Período de atividade
1	Cinegrafista	Responsável pelas filmagens	Aproximadamente 30 dias
1	Editor de texto	Responsável pela gravação	
1	Atores (professores de	Responsável pelas provas de MTM e FSC	
1	área afins àquelas traduzidas)	Responsável pelas provas de BIO e QMC	
2		Responsáveis pelas provas	

		de HST e GEO	
1		Responsável pela prova de Libras	
2	Coordenadores	Responsáveis pela organização e revisão final	
1	Analista TI	Responsável pela reprodução e testes de todas as mídias (para cada prova 1 DVD e cada candidato inscrito no vestibular receberá 1 DVD em cada dia de prova, assim sendo, para o Vestibular de 2015 foram gerados 4 DVDs matrizes e reproduzidos cada um deles 63 vezes + 20% de reserva técnica).	

Fonte: adaptado de COPERVE (2015).

Para aplicar a prova em Libras, a COPERVE dispõe de estrutura adequada, além de contar com a colaboração de diversos profissionais, quais sejam:

- a) Profissional Fluente em Libras: profissional bilíngue (Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa), cuja função será realizar a interação necessária entre os candidatos e os profissionais envolvidos na aplicação das provas. Geralmente há, pelo menos, um profissional para cada local de aplicação das provas;
- b) Fiscais intérpretes: profissionais com, pelo menos, nível médio completo e com alguma experiência na fiscalização de concursos e/ou exames (preferencialmente que já tenham atuado em Exames Prolibras ou Vestibulares para Letras/Libras ou com certificados Prolibras);
- c) Equipe técnica: composta por profissionais qualificados para a função, responsáveis pela instalação e operação dos equipamentos necessários para a realização das provas. A quantidade de profissionais dependerá do número de candidatos e de salas, e todos devem ser profissionais vinculados à UFSC;
- d) espaços adequados em cada local onde ocorrerá a prova em Libras, com boa localização, considerando a facilidade de acesso por meio de transporte coletivo, e que disponha de

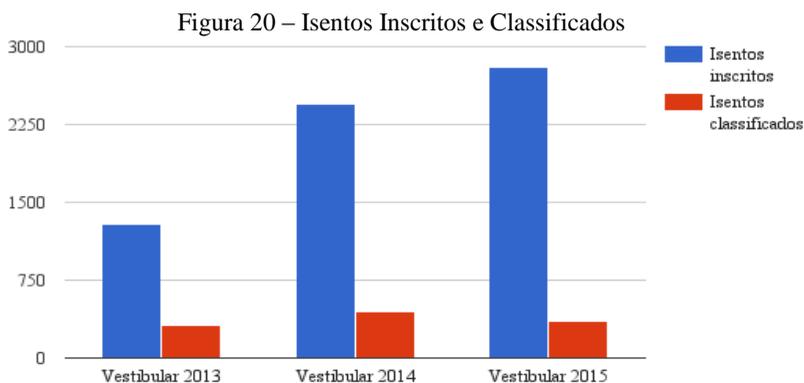
recursos de infraestrutura suficientes para suprir as necessidades dos treinamentos e o controle da aplicação das provas, tais como telefone, computadores, material de escritório, boa iluminação, climatização, ventilação, elevador ou rampa de acesso.

- e) é disponibilizado para cada candidato 1 computador com as seguintes especificações mínimas: processador 2 GHz ou equivalente, 2 Gb de RAM, HD 40 Gb, leitor/gravador DVD, 2 entradas USB 2.0 com possibilidade de dar boot através delas, monitor / tela 14”, teclado e mouse.

Uma vez constatadas as informações sobre a elaboração e a aplicação da prova em Libras, cabe investigar a razão do baixo número de classificados. Destaca-se que as vagas remanescentes do vestibular, dentre as quais as do curso de Letras-Libras, possibilitam o ingresso por meio do SISU. Como o ENEM não oferece prova em Libras, essa forma de ingresso não preconiza o conhecimento em Libras, como no Vestibular da UFSC.

Quanto à distribuição dos candidatos isentos inscritos e classificados, cujas informações completas constam no Apêndice M, tais informações contribuirão com as ações das categorias permanência e administração. Constatou-se que, dos 1.283 candidatos inscritos que solicitaram isenção da taxa da inscrição no Vestibular de 2013, 312 foram classificados. No Vestibular de 2014, 2.451 candidatos solicitaram isenção, sendo que 445 foram classificados. Finalmente, no Vestibular de 2015, 2.797 candidatos inscritos solicitaram isenção, e 361 se classificaram.

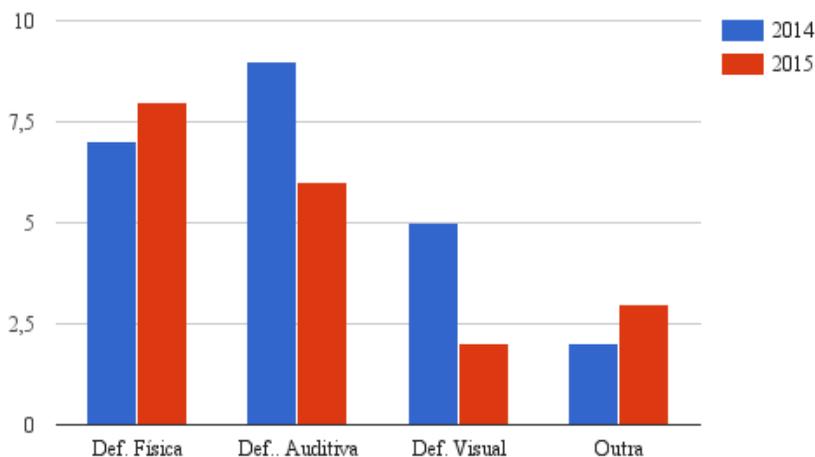
Essas informações são representadas no gráfico da Figura 20.



Fonte: do Autor

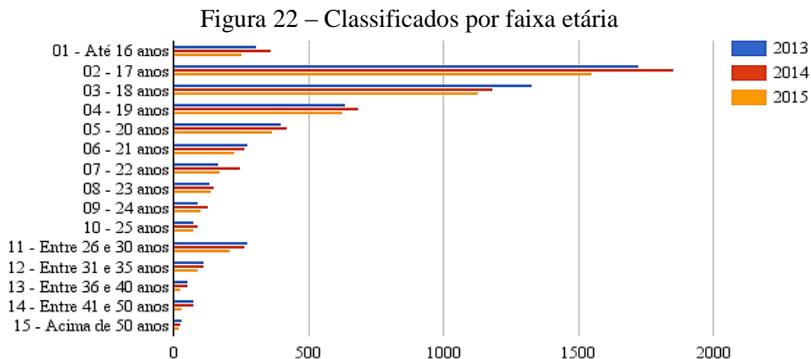
Sobre a distribuição dos candidatos inscritos e classificados por tipo de deficiência, as informações completas constam no Apêndice I, as quais são úteis para as ações pertinentes às categorias permanência e administração. Identificou-se que o número de candidatos com algum tipo de deficiência aumentou para 26% no Vestibular de 2015, se comparado ao anterior. No entanto, em 2014, do total de 171 inscritos, 13% se classificaram, enquanto que em 2015, dos 215 inscritos, apenas 9% do total. Consta-se também que as deficiências física e auditiva, juntas, foram as que mais obtiveram classificados por tipo de deficiência, sendo 65% em 2014, e 79%, em 2015. Essas informações são representadas no gráfico da Figura 21.

Figura 21 – Classificados por tipo de deficiência



Fonte: do Autor

Quanto à distribuição dos candidatos inscritos e classificados por faixa etária, cujas informações completas constam no Apêndice H, estas contribuirão com as ações voltadas à categoria administração. Constatou-se que, do total de candidatos classificados nos três vestibulares, 84.21% situam-se na faixa etária entre 17 a 24 anos de idade, 10.24% a partir de 25 anos e 5.56% até os 16 anos (Figura 22). Essa análise permite concluir que os classificados nos cursos de graduação presencial da UFSC são, em sua maioria, um público jovem. Essas informações são representadas no gráfico da Figura 22.

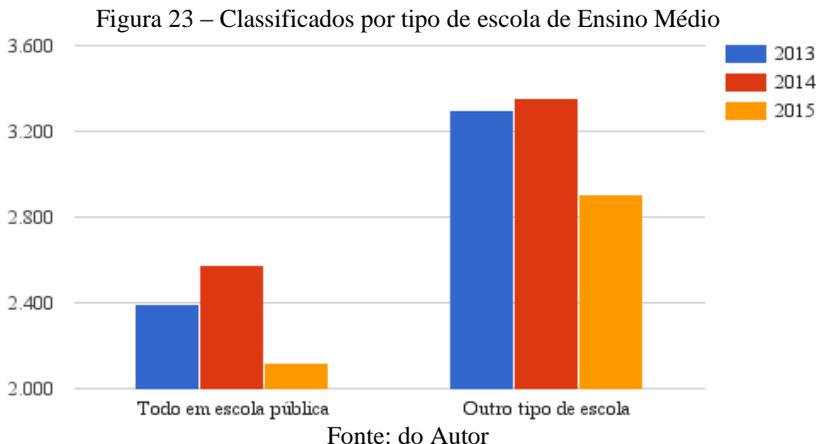


Fonte: do Autor

Essas constatações não diferem da situação nacional quando comparada aos números do ENADE. Segundo Ristoff (2013), os dados do Questionário Socioeconômico dos dois primeiros ciclos completos do ENADE de 2004 a 2009 revelam que a faixa etária é uma questão que impacta significativamente no investimento público destinado à educação.

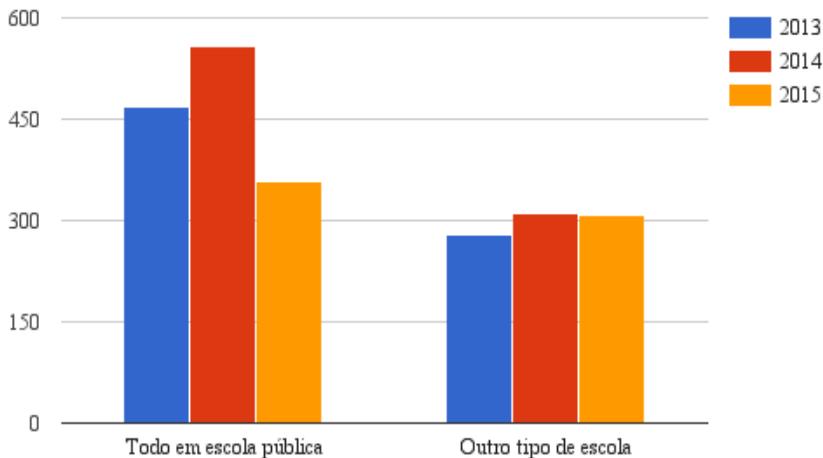
### c) Estatísticas sobre os candidatos inscritos e classificados por escola de Ensino Médio (EM)

Com relação ao histórico dos candidatos inscritos e classificados por tipo de escola de EM (Apêndice J), essas informações contribuirão com as ações voltadas para as categorias ensino e permanência. Constatou-se que, dos candidatos classificados no Vestibular de 2013, 42% eram de escolas públicas e 58% de outro tipo; no Vestibular de 2014, 42,5% de públicas e 56,5% de outro tipo; e no Vestibular de 2015, 42% de públicas e 58% de outro tipo. Essas informações são representadas no gráfico da Figura 23.



Quanto ao histórico dos candidatos classificados da raça negra (pretos e pardos) por tipo de escola de Ensino Médio, cujos dados completos constam no Apêndice K, tais informações contribuirão com as ações voltadas para as categorias ensino, permanência e administração. Verificou-se que, do total de 4.145 candidatos da raça negra inscritos no Vestibular de 2013, 749 foram classificados, 469 fizeram todo o EM em escola pública e 280 em outro tipo de escola. Constata-se também que, do total de 3.972 candidatos da raça negra inscritos no Vestibular de 2014, 867 foram classificados. Ressalta-se ainda que, desse total, 557 fizeram todo o EM em escola pública e 310 em outro tipo de escola. Finalmente, do total de 4.373 candidatos da raça negra inscritos no Vestibular de 2015, 667 foram classificados, 359 fizeram todo o EM em escola pública e 308 em outro tipo de escola. Essas informações são representadas no gráfico da Figura 24.

Figura 24 – Classificados por raça negra (pretos e pardos) por tipo de escola de Ensino Médio



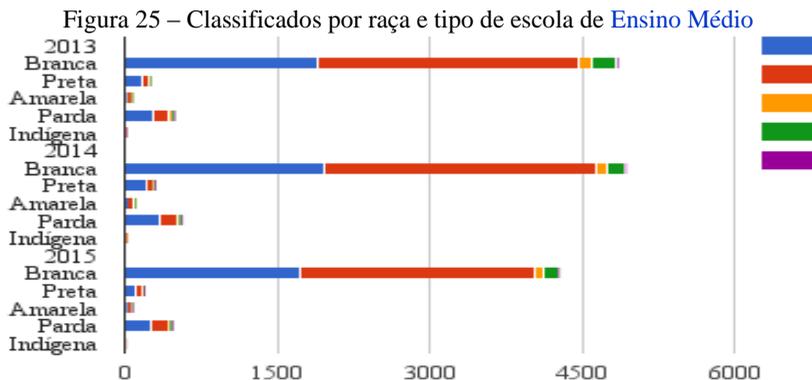
Fonte: do Autor

Acerca da distribuição dos candidatos inscritos e classificados por raça e tipo de escola de EM, cujos dados completos constam no Apêndice L, essas informações vão ao encontro das categorias ensino, permanência e administração. Constatou-se que, no Vestibular de 2013, aproximadamente 85% dos candidatos classificados eram da raça branca. Destes, 52.5% fizeram todo o EM em escola particular. Verificou-se, ainda, que 8.5% dos classificados eram da raça/cor parda e que aproximadamente 60% deles fizeram todo o EM em escola pública. As demais raças/cor preta, amarela e indígenas obtiveram 6.5% dos candidatos classificados, sendo que 59% deles fizeram todo o EM em escola pública.

Com relação aos dados de 2014, 83% dos candidatos classificados eram da raça/cor branca. Destes, 54% fizeram todo o EM em escola particular. Verificou-se também que 9.5% dos classificados eram da raça/cor parda e que, aproximadamente, 61% deles fizeram todo o EM em escola pública. As demais raças/cor preta, amarela e indígenas obtiveram 7.5% dos candidatos classificados, sendo que 60% deles fizeram todo o EM em escola pública.

Por fim, no Vestibular de 2015, 85% dos candidatos classificados eram da raça/cor branca. Destes, 54% fizeram todo o EM em escola particular. Constatou-se também que 9.3% eram da raça/cor parda, e que, aproximadamente, 53% deles fizeram todo o EM em escola pública. As demais raças/cor preta, amarela e indígena obtiveram 5.5%

dos candidatos classificados, sendo que 48% deles fizeram todo o EM em escola pública. Essas informações são representada no gráfico da Figura 25.



Legenda: **Todo Público**, **Todo Particular**, **Maior Parte Pública**, **Maior Parte Particular**, **Outros**.

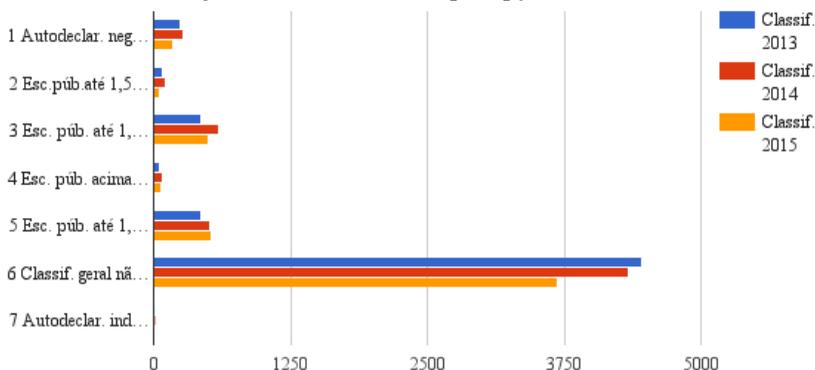
Fonte: do Autor

#### d) Estatísticas dos candidatos inscritos e classificados no Programa das Ações Afirmativas (PAA)

Sobre a distribuição dos candidatos inscritos e classificados por opção no PAA, cujos dados completos constam no Apêndice N, tais informações vão ao encontro das categorias ensino, permanência e administração. Verificou-se que foram classificados, nesse período, 22% do total de candidatos autodeclarados negros. Foi possível verificar também que, da categoria Escola Pública até 1,5 salário mínimo – PPI –, classificaram-se 20%, e dos candidatos de Escola Pública acima de 1,5 salário mínimo – PPI –, igualmente 20% .

Observou-se ainda que, dos candidatos de Escola Pública até 1,5 salário mínimo – outros –, classificaram-se 15%, e dos candidatos de Escola Pública acima de 1,5 salário mínimo – outros –, 11%. Destaca-se que, dentre os candidatos autodeclarados indígenas, 7% foram classificados, no entanto, no Vestibular de 2015, apenas 1 candidato dessa categoria foi classificado. Os dados mencionados são representados no gráfico da Figura 26.

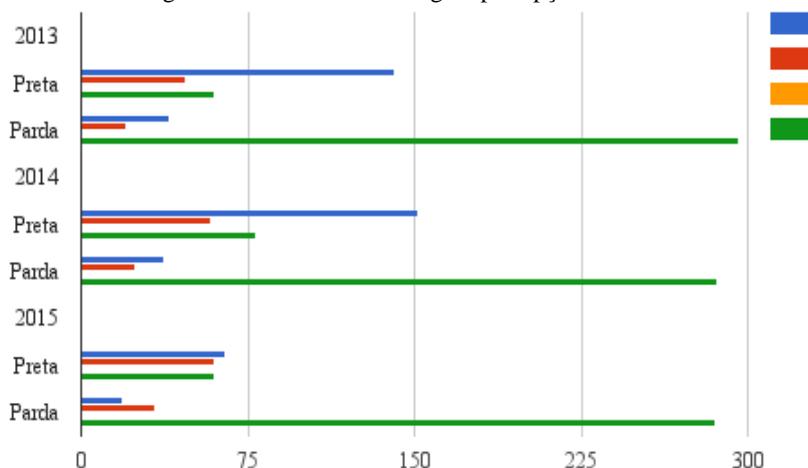
Figura 26 – Classificados por opção no PAA



Fonte: do Autor

Sobre a distribuição dos candidatos negros inscritos e classificados por opção no PAA, cujas informações completas constam no Apêndice O, tais informações vão contribuir com as ações voltadas para as categorias ensino, permanência e administração. Constatou-se que o total de candidatos negros da raça/cor preta classificados por opção no PAA, no período da pesquisa, foi de 722 candidatos, com uma média de 240 por vestibular. Aproximadamente, 50% oriundos de escola pública, 23% de outras escolas e 27% de candidatos negros não optantes. Verificou-se ainda que a quantidade de candidatos negros da raça/cor parda classificados por opção no PAA foi de 1.040 candidatos, com uma média de 346 por vestibular, sendo que, aproximadamente, 9,5% são oriundos de escola pública, 7,5% de outras escolas e 83% de candidatos negros não optantes. Essas informações são representadas no gráfico da Figura 27.

Figura 27 – Classificados negros por opção no PAA



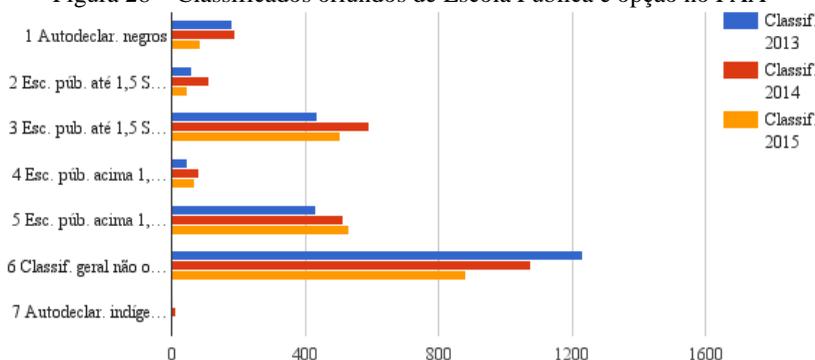
Legenda: **Escola Pública**, **Negro Outras Escolas**, **Escola Pública**, **Negros Não Optantes**.

Fonte: do Autor

Sobre a distribuição dos candidatos oriundos de escola pública com opção no PAA, cujas informações completas constam no Apêndice P, tais informações contribuirão com as ações voltadas para as categorias ensino, permanência e administração. Verifica-se que, do total de inscritos autodeclarados negros, no Vestibular de 2013 foram classificados 35%; em 2014, 26%; em 2015, 11% do total. Quanto aos candidatos inscritos oriundos de escola Pública até 1,5 salário mínimo – pretos, pardos e indígenas –, 29% se classificaram em 2013; 21%, em 2014; e 11%, em 2015.

Já os candidatos oriundos de Escola Pública acima de 1,5 SM – pretos, pardos e indígenas –, 25% se classificaram em 2013; 22%, em 2014; 15%, em 2015. Com relação aos candidatos inscritos, oriundos de Escola Pública até 1,5 SM – outros – em 2013 se classificaram 17%; em 2014, 14%; e em 2015, igualmente 14%. Quanto aos candidatos inscritos, oriundos de Escola Pública acima 1,5 SM – outros –, em 2013 se classificaram 12%, em 2014, 11%; em 2015, 9,5%. Essas informações são representadas no gráfico da Figura 28.

Figura 28 – Classificados oriundos de Escola Pública e opção no PAA



Fonte: do Autor

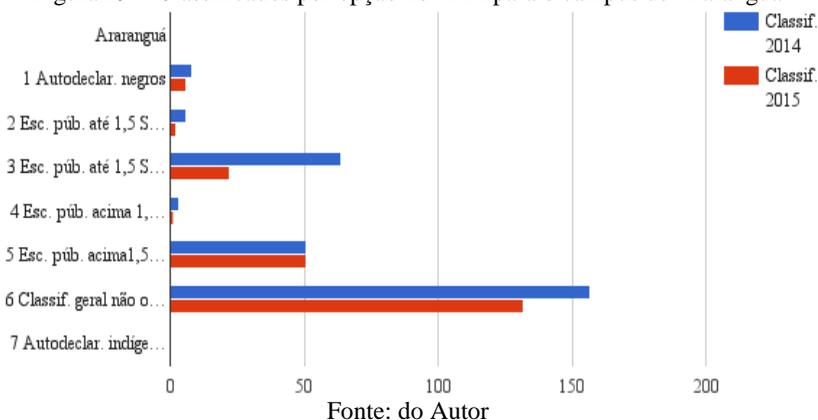
Acerca da distribuição dos candidatos por Estado de origem no PAA, cujos dados completos constam no Apêndice Q, as informações vão contribuir com as ações de ensino, permanência e administração. Constatou-se, no Vestibular de 2013, que houve candidatos com opção no PAA da UFSC com origem em 17 estados brasileiros. Destes, somente 12 classificaram candidatos: com origem em Santa Catarina foram 1.086; no RS, 45; no PR, 44; e em SP, 37.

No Vestibular de 2014 houve inscritos com origem em 24 estados brasileiros com opção no PAA da UFSC, sendo que somente 15 classificaram candidatos. Com origem em Santa Catarina foram 1.356; no RS, 75; no PR, 70; e em SP, 53.

Finalmente, na análise dos dados do Vestibular de 2015, verificou-se que houve inscritos com origem em 23 estados brasileiros com opção no PAA da UFSC. Destes, 18 classificaram candidatos. Com origem em Santa Catarina, foram 1.109; em SP, 77; no RS, 64; e no PR, 57.

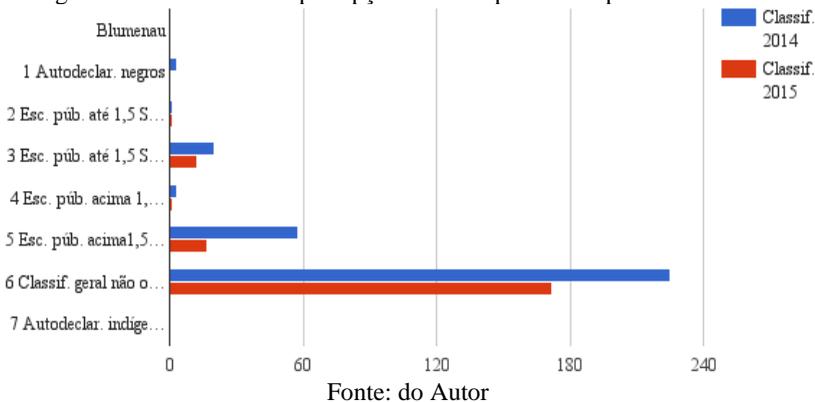
No que tange à distribuição dos candidatos inscritos e classificados por Campus e opção no PAA, cujos dados constam no Apêndice R, essas informações contribuirão com as ações voltadas para as categorias ensino, permanência e administração. Inicialmente, verificou-se que, nos cursos do campus de Araranguá, 46% dos classificados optaram pelo PAA da UFSC, e 54%, não. No Vestibular de 2015, 39% optaram pelo PAA da UFSC, e 61%, não. Essas informações são representadas no gráfico da Figura 29.

Figura 29 – Classificados por opção no PAA para o campus de Araranguá



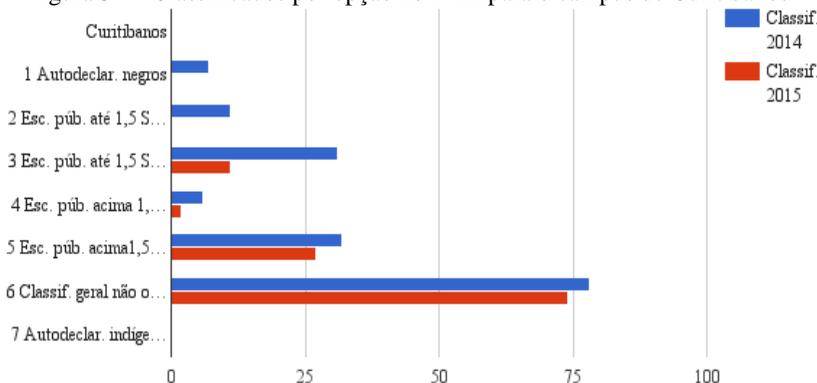
Vê-se que no campus de Blumenau, em 2014, 28% optaram pelo PAA da UFSC, e 72%, não. Em 2015, aproximadamente, 16% optaram pelo PAA da UFSC, e 84%, não. Essas informações são representadas no gráfico da Figura 30.

Figura 30 – Classificados por opção no PAA para o campus de Blumenau



No campus de Curitiba, em 2014, 52,5% optaram pelo PAA da UFSC, e 47,5%, não. Em 2015, 35% optaram pelo PAA da UFSC, e 65%, não. Essas informações são representadas no gráfico da Figura 31.

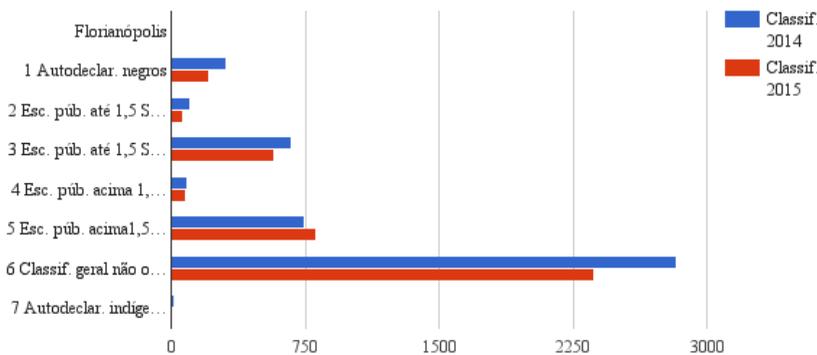
Figura 31 – Classificados por opção no PAA para o campus de Curitibaanos



Fonte: do Autor

Observa-se que, no campus de Florianópolis, em 2014, aproximadamente, 40% optaram pelo PAA da UFSC, e 60%, não. Em 2015, aproximadamente, 43% optaram pelo PAA da UFSC, e 57%, não. Essas informações são representadas no gráfico da Figura 32.

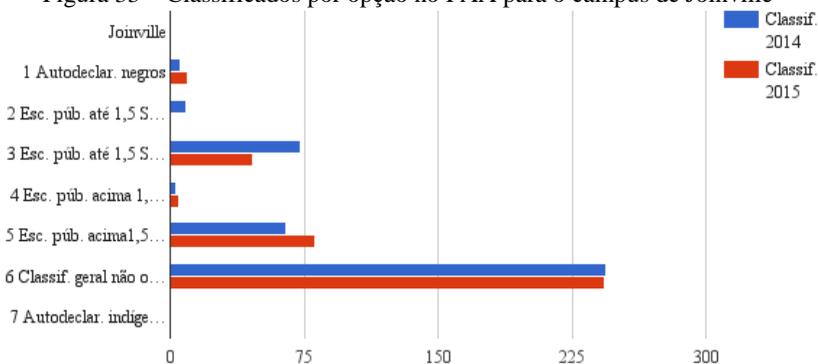
Figura 32 – Classificados por opção no PAA para o campus de Florianópolis



Fonte: do Autor

Por fim, no campus de Joinville, em 2014, 38,5% optaram pelo PAA da UFSC, e 61,5%, não. Em 2015, aproximadamente, 37% optaram pelo PAA da UFSC, e 63%, não. Essas informações são representadas no gráfico da Figura 33.

Figura 33 – Classificados por opção no PAA para o campus de Joinville



Fonte: do Autor

### e) Análise das provas

Com relação às provas aplicadas nos vestibulares da UFSC, e considerando a vinculação da COPERVE à PROGRAD, essas informações vão contribuir com as ações voltadas à categoria ensino. Na análise das provas aplicadas, constata-se que, além da apresentação dos dados estatísticos, há também uma análise descritiva das ocorrências das questões objetivas e discursivas e da redação. Detalham-se suas especificidades no Quadro 10.

Quadro 10– Tipos de provas aplicadas nos vestibulares de 2013, 2014 e 2015

<b>Prova Objetiva Primeira Língua</b>	<b>Prova Objetiva Segunda Língua</b>	<b>Prova Objetiva Demais Disciplinas</b>	<b>Prova Discursiva</b>
a) Língua Portuguesa e Literatura Brasileira;	Alemão	Matemática	Questão Discursiva 1
	Espanhol	Biologia	Questão Discursiva 2
	Francês	História	Questão Discursiva 3
	Inglês	Geografia	Questão Discursiva 4
b) Língua Brasileira de Sinais – Libras	Italiano	Física	Prova de Redação
	Libras	Química	
	Português		

Fonte: do Autor.

Após a realização das provas pelos candidatos, a COPERVE volta a solicitar a contribuição de profissionais especializados para avaliar as provas aplicadas, suas questões objetivas, discursivas e temas de redação. O objetivo dessa tarefa é preparar parte das informações que serão divulgadas no Relatório Oficial, que, além de dados estatísticos relativos ao evento, contém análises das provas aplicadas.

Segundo a COPERVE (2015), os profissionais que executam essas atividades organizaram o material produzido da seguinte forma:

- a) elaboram uma pequena introdução comentada de maneira geral, de como a prova foi pensada pela banca, sobre os itens do programa contemplados e sua importância no contexto do Ensino Médio;
- b) a análise é elaborada com base no Quadro de Frequência de Respostas dos candidatos inscritos;
- c) as análises são baseadas no programa das disciplinas;
- d) na análise de cada questão incluem-se: o número de acertos com o respectivo percentual, o grau de dificuldade previsto (fácil, médio ou difícil) e o grau de dificuldade obtido (fácil, médio ou difícil);
- e) a distribuição da pontuação para o cálculo do grau de dificuldade previsto/obtido foi a seguinte: até 0,15 (15%) = difícil; de 0,16 a 0,25 (16 a 25%) = médio; acima de 0,26 (26%) = fácil;
- f) salientam-se apenas aspectos significativos dos resultados obtidos, como alguma questão relevante de sua área, prevista como fácil pela banca, mas cujo índice mostrou-se difícil para os candidatos;
- g) nas disciplinas com questão discursiva, a avaliação é elaborada destacando a relevância do assunto no contexto do Ensino Médio e sua ligação com aspectos do cotidiano e da sociedade contemporânea. Destaca-se também a forma mais usual de abordagem dessa questão pelo candidato, conforme a solicitação do enunciado, os equívocos comuns que ocorreram e demais situações que possam ser significativas.

#### **4.3.2 Análises das entrevistas**

Em síntese, diante do explorado, constatou-se que o conteúdo do Relatório Oficial é útil aos gestores da UFSC, como verificado nas entrevistas, transcritas a seguir:

Com relação à utilização dessas informações, o entrevistado 1 informou que:

“[...] o Relatório Oficial do Vestibular é utilizado para definição de políticas e programas voltados à graduação, bem como na definição de orientações sobre novos processos seletivos. Cito, como exemplo, o uso dos dados do relatório. Inclusive já é utilizado pelo grupo de trabalho para discutir (1) novas formas de ingresso na Universidade e (2) na estruturação da resolução vestibular 2016” (Entrevistado 1).

Neste contexto, compreende-se a relevância dessas informações para auxiliar a gestão das ações da PROGRAD, concernentes a:

- a) ações voltadas aos alunos dos cursos de graduação presencial da UFSC;
- b) definição para estabelecer novas orientações sobre os novos processos seletivos da instituição;
- c) novas formas de ingresso na Universidade; e
- d) definição e estruturação da resolução do Vestibular.

Na sequência, o entrevistado 1 identificou também que, das 34 questões respondidas pelos candidatos do QSC, apenas 22 delas foram consideradas relevantes para o planejamento das ações que desenvolvem.

Por fim, o entrevistado 1 apresentou também outras sugestões que poderiam ser articuladas com os dados constantes do QSC, as quais julga importantes para a sua Pró-Reitoria: “Seria fundamental que o questionário socioeconômico estivesse articulado com os demais sistemas acadêmicos”, exemplificando que entre essas articulações poderia haver um cruzamento, “em especial [com] o CAGR”.

Quanto à entrevista em que se aplicaram as questões semiestruturadas da pesquisa, o entrevistado 2 informou que “o Relatório do Vestibular é utilizado para definição de políticas e programas voltados à assistência estudantil para os alunos da graduação”. Informou também que o utiliza para desenvolver ações:

1) “[...] especialmente os dados que indicam o número de classificados inscritos no PAA com renda até 1,5 SM (público que idealmente seria atendido pelos benefícios custeados a partir da verba do PNAES); 2) [...] melhor equacionar a dinâmica de trabalho da Coordenadoria de Assistência Estudantil (CoAEs), de modo que os prazos exigidos para preenchimento e análise do Cadastro Socioeconômico (CSE) destes estudantes e o cronograma dos editais de benefícios estejam vinculados; 3) [...] projetar a necessidade orçamentária para pagamento de benefícios, e justificar solicitações de incremento nas verbas da PRAE, majoritariamente investidas nesta ação, junto à PROPLAN/UFSC e o próprio MEC (PNAES), através de documentos encaminhamentos através do FONAPRACE (Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis), 4) [...] utilizamos dados indicadores das atividades de cultura, esporte e lazer visando construir parcerias para desenvolver projetos voltados para este fim pela Divisão de Esporte e Lazer, que é vinculada ao Departamento de Assuntos Estudantis (DeAE) da PRAE; e 5) [...] nos valem da informação sobre procedência para elaborar um projeto de acolhimento e adaptação ao meio universitário, voltado especialmente aos migrantes, coordenado por psicólogas do Serviço de Psicologia/CoAEs/PRAE” (Entrevistado 2).

Diante do exposto, pode-se constatar a utilidade das informações do Relatório Oficial que auxiliaram o entrevistado 2 em seu planejamento:

- a) contribuindo na elaboração das ações voltadas aos alunos carentes com renda de até 1,5 salário mínimo;
- b) auxiliando as CoAEs no atendimento aos alunos carentes e no cumprimento dos prazos previstos nos editais ;
- c) planejando e prevendo recursos para as ações dessa Pró-Reitoria;
- d) desenvolvendo atividades com os alunos voltadas ao esporte, cultura e lazer; e
- e) organizando o acolhimento dos estudantes migrantes.

O entrevistado 2 identificou ainda que, com relação às 34 questões do QSC respondidas pelos candidatos, apenas 13 foram consideradas relevantes para o planejamento das ações desenvolvidas pela sua Pró-Reitoria.

Por fim, ele apresentou também sugestões, as quais poderiam ser articuladas com as informações do QSC, e que seriam importantes à sua Pró-Reitoria:

“[...] Considerando que vem aumentando o número de estudantes que nos procuram para relatar situações de total desamparo no sentido de que vêm para cá sem ter nenhuma pessoa de referência, especialmente como referência de acolhimento em caso de necessidade de auxílio de qualquer natureza, penso que seria importante mapear a existência ou não de rede de apoio na cidade sede do campi em que desenvolverá seu processo formativo. Além disso, seria importante ter a informação de que os candidatos (especialmente os vinculados ao PAA com renda de até 1,5 SM) conhecem a ‘realidade’ da assistência institucional possível no momento da sua chegada. Penso inclusive que a inscrição de estudantes vinculados ao PAA e vindos de outros lugares da nação poderiam vir acompanhadas de uma espécie de termo de ciência sobre as reais possibilidades de acolhida e assistência estudantil ao chegarem ao campus”. E exemplificou como essas articulações poderiam ser realizadas “[...] Não saberia dizer agora como fazer isso, mas imagino que passaria por uma ação conjunta com a PROGRAD” (Entrevistado 2).

Quanto à entrevista com o entrevistado 3, ele informou que “o Relatório do Vestibular não é utilizado para o planejamento das ações, estratégias e políticas voltadas aos alunos dos cursos de graduação presencial da UFSC”. Além disso, argumentou que não o utiliza pelo seguinte fato: “[...] A Proplan é uma Pró-Reitoria ‘meio’, sendo assim suas ações são voltadas à estrutura administrativa”. Quanto ao planejamento, afirmou que:

“[...] com relação ao planejamento, a Proplan executa ações para facilitar e fomentar iniciativas

de planejamento ligadas ao Centros. Desse modo, o relatório do vestibular é uma das fontes de informações indicadas como material para subsidiar o planejamento dos Centros” (Entrevistado 3).

Ao analisar as informações prestadas pelo entrevistado 3, constata-se que, apesar de não fazer uso das informações do Relatório do Vestibular, esse gestor afirma que encaminha aos centros de ensino orientações e subsídios para desenvolverem seu planejamento, sendo o referido documento uma das fontes de informação recomendadas.

Em contrapartida, verificou-se, por meio do entrevistado 2, que as solicitações de incremento de verba provenientes da PRAE junto à PROPLAN são efetuadas também com base nas informações do Relatório do Vestibular. Nesse contexto, pode-se verificar, ratificando o já exposto na fala do entrevistado 3, que o relatório é útil para as ações de planejamento da PROPLAN.

Na sequência, o entrevistado 3 identificou que, das 34 questões do QSC respondidas pelos candidatos, 30 seriam relevantes para o planejamento de ações em sua respectiva Pró-Reitoria. Ao final, após a solicitação de sugestões para a incorporação no QSC, o entrevistado 3 informou: “[...] já escrito acima (no roteiro das entrevistas)”, referindo-se às informações já prestadas.

#### **4.4 Proposições para o planejamento do ingresso nos cursos de graduação presencial**

Nesta seção, apresentam-se as proposições para o planejamento do ingresso nos cursos de graduação presencial da UFSC por meio da síntese dos resultados e da proposta de uma ação.

##### **4.4.1 Síntese dos resultados da pesquisa**

Apresentam-se, no Quadro 11, os principais resultados de acordo com os objetivos específicos da pesquisa, enfatizando o QSC e os dados estatísticos dos Relatórios Oficiais dos Vestibulares de 2013, 2014 e 2015 e a análise das entrevistas com os gestores da PROGRAD, PRAE e PROPLAN.

Quadro 11 – Síntese dos principais resultados

Objetivos específicos	Resultados obtidos	
Identificar a estrutura disponibilizada para operacionalizar o vestibular;	A COPERVE dispõe de estrutura física compatível com as atividades que exerce, bem como de uma equipe profissional qualificada (técnicos em educação e docentes), em quantidade satisfatória para a operacionalização do Vestibular.	
Relacionar características dos candidatos classificados com base no Relatório Oficial dos Vestibulares de 2013, 2014 e 2015, com ênfase no Questionário Socioeconômico-Cultural.	Durante a análise do Relatório Oficial com foco nas respostas do Questionário Socioeconômico-Cultural, estabeleceram-se categorias e parâmetros de análise: perfil do candidato e da família, a formação, atividade cultural, inclusão digital, origem e comunicação. Esses parâmetros serviram para estabelecer uma relação entre a pergunta e suas respectivas respostas com as categoria de análise: ensino, permanência e administração.	
Classificar informações constantes no Relatório Oficial dos Vestibulares de 2013, 2014 e 2015;	Constatou-se a ausência de uma análise e discussão com comentários sobre as informações apresentadas relativas aos números e aos resultados do vestibular, visto que são mostrados apenas os dados estatísticos e alguns gráficos referentes ao QSC. Neste sentido, classificaram-se os dados estatísticos referentes aos cursos, vagas, estatísticas dos candidatos inscritos e classificados, origem, por escola de Ensino Médio, por opção no PAA e análise das provas.	
	Analisaram-se as entrevistas com base nas categorias de análise (ensino, permanência e administração), cujo desenvolvimento facilitou o direcionamento das observações e seus resultados aos gestores e suas respectivas ações.	O Entrevistado 1 informou que “[...] o Relatório do Vestibular é utilizado para definição de políticas e programas voltados à graduação, bem como na definição de orientações sobre novos processos seletivos”.
		O Entrevistado 2 informou que “[...] o Relatório do Vestibular é utilizado para definição de políticas e programas voltados à assistência estudantil para os alunos da graduação”.

		<p>O Entrevistado 3 afirmou que “[...] com relação ao planejamento, a Proplan executa ações para facilitar e fomentar iniciativas de planejamento ligadas ao Centros. Desse modo, o relatório do vestibular é uma das fontes de informações indicadas como material para subsidiar o planejamento dos Centros”.</p>
<p>Propor uma ação para contribuir com o planejamento do ingresso nos cursos de graduação presencial da UFSC.</p>	<p>Constatou-se que as informações disponibilizadas pela COPERVE são relevantes para as Pró-Reitorias em questão. Entretanto, podem ser melhor aproveitadas se divulgadas em Relatórios Técnicos Temáticos, o que propiciará aos gestores da PROGRAD, PRAE e PROPLAN mais agilidade na obtenção das informações desejadas. De fato, tais informações podem contribuir no desenvolvimento das ações referentes aos ingressantes dos cursos de graduação presencial da UFSC.</p>	

Fonte: do autor

#### 4.4.2 Proposição de Ação

Nesta subseção, apresentam-se a proposição de ação que compreende as informações levantadas, as entrevistas dos gestores e sua relação com as categorias de análise.

Identificou-se que o atual modelo de Relatório Oficial é demasiado amplo e abrangente, o que dificulta a sua utilização ordinária e prática. Nesse contexto, propõe-se que a COPERVE disponibilize um relatório temático em conformidade com as categorias de análise correspondentes a cada Pró-Reitoria contemplada nesta pesquisa. Desta forma, é desejável que as informações estejam organizadas de modo a

atender ao ensino, à permanência e à administração. Cabe também uma análise estatística comentada de cada situação.

Por julgar que as informações contidas nesses relatórios podem ser melhor aproveitadas e interpretadas pelos gestores, espera-se que o planejamento das atividades dos setores contemplados (PROGRAD, PRAE e PROPLAN) esteja amparado também nessa fonte de informação.

Apresenta-se, nos Quadros 12 e 13, uma proposta de Relatório Técnico Temático (RTT) — contendo as 34 questões do QSC e mais 19 itens com informações estatísticas importantes —, como um instrumento para o desenvolvimento de gestão, o que propiciará aos gestores dessas Pró-Reitorias maior agilidade na obtenção das informações desejadas, contemplando, assim, as categorias de análise e os interesses dos gestores entrevistados neste estudo.

Quadro 12 – Questões do QSC pela Pró-Reitoria e que integram o Relatório Técnico Temático (proposto) referente aos Vestibulares de 2013, 2014 e 2015.

Questão	PROGRAD (Ensino)	PRAE (Permanência)	PROPLAN (Administração)	Enunciado
01			x	Estado civil.
02	x	x	x	UF em que você reside.
03	x	x	x	UF em que você concluiu o Ensino Fundamental (EF).
04	x		x	Tipo de estabelecimento onde você cursou o EF
05	x		x	UF em que você concluiu/concluirá o Ensino Médio (EM).
06			x	Tipo de curso de EM que você concluiu ou concluirá.
07	x		x	Tipo de estabelecimento onde você cursou o EM.
08			x	Turno em que você cursou o EM.
09			x	Principal fonte de inf. qual você tomou conheç. do concurso Vestibular UFSC.
10			x	Frequentou ou frequenta curso pré-vestibular.
11				Principal motivo que o levou a não cursar pré-vestibular.
12	x		x	Núm. de vezes que você prestou o Vestibular UFSC.
13	x			Principal motivo para a escolha de sua 1ª opção.
14	x			Assinale o que você espera obter em

				um curso superior.
15	x			Conhece as atividades que deverá desenvolver na profissão escolhida em 1ª opção.
16		x	x	Incluído somente os que moram na sua casa, inclusive você, inf. o núm. de pessoas que compõem a sua família.
17	x	x	x	Some os S.B., sem deduções, das pessoas de seu grupo fam. que trab. inclusive o seu, indique a renda bruta.
18	x	x	x	Nível de instrução de seu pai.
19	x	X	x	Nível de instrução de sua mãe.
20	x	X	x	Indique o principal resp. pelo sustento da sua família.
21	x	X	x	Principal ocupação do resp. pelo sustento da sua família.
22	x	X	x	Idade com que começou a exercer a ativ. remunerada.
23	x	X	x	Sua ocupação.
24	x		x	Marque o principal meio de com. que você utiliza para se manter inf. sobre os acontecimentos atuais.
25	x		x	Possui computador em sua residência.
26	x	X	x	Usa computador.
27			x	Meio de transporte que você mais utiliza.
28			x	Iniciou algum curso superior
29			x	Instituição na qual iniciou algum curso superior
30			x	Informe o curso superior já iniciado
31	x		x	Acredita orientação vocacional aux. na escolha da opção.
32	x	X	x	Assinale sua pref. (Artes plásticas/artesanato. Cinema /vídeo Dança, música, teatro, literatura, esporte e outros).
33		X	x	Indique seu esporte predileto (19 opções).
34	x		x	Motivo princ..que o levou a optar pelo Vestibular UFSC.

Fonte: do autor

Ressalta-se que, para a Pró-Reitoria de Graduação, relacionadas à categoria de análise Ensino, as questões 02 a 05, 07 a 15, 17 a 26, 31, 32 e 34 do QSC são de grande contribuição para o planejamento das atividades, podendo auxiliar em sua gestão. Para a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, correspondentes à categoria de análise

permanência, as questões 02, 03, 16 a 23, 32 e 33 do QSC são mais relevantes para o planejamento de suas atividades. E, por fim, para a Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento, ligadas à categoria de análise administração, as questões 01 a 10, 12, 16 a 34 do QSC são as mais apropriadas.

É importante observar também que, no QSC, as questões 02, 03, 17 a 23, 26 e 32 foram identificadas nas entrevistas como de interesse para o planejamento das ações das 3 Pró-Reitorias pesquisadas. Ressalta-se, portanto, que essas questões são muito relevantes para o planejamento do ingresso nos cursos de graduação presencial da UFSC, no conjunto das questões que compõem o QSC.

Verificou-se que a questão 11 (Principal motivo que o levou a não cursar pré-vestibular) não foi apontada por nenhuma Pró-Reitoria como relevante para o seu planejamento. Cabe à COPERVE analisar a permanência dessa questão no QSC para os candidatos que deverão se inscrever nos próximos vestibulares da UFSC.

Quanto à análise das informações que constam do Relatório Oficial dos Vestibulares, no período compreendido pelo estudo, foi a sua distribuição conforme as demandas da PROGRAD, PRAE e PROPLAN, e também nas categorias de análise, o que possibilitou que os resultados pretendidos por esta pesquisa fossem alcançados.

Com relação às informações disponibilizadas no RTT, são dispostas conforme o Quadro 13.

Quadro 13 – Dados estatísticos do Relatório Técnico Temático (Proposto)

Nº	Dados estatísticos do RTT (proposto) dos Vestibulares de 2013 a 2015	PROGRAD (Ensino)	PRAE (Permanência)	PROPLAN (Administração)
<b> Cursos e Vagas </b>				
1	Quadro Geral de Vagas.	X		X
<b> Estatísticas sobre os candidatos inscritos/classificados </b>				
2	Distribuição dos cand. insc. e classif. por Estado de origem.		X	X
3	Dist. dos cand. insc. e classif. por sexo.	X	X	X
4	Dist. dos cand. insc. e classif. por curso e que realizaram a prova em Libras.	X	X	X
5	Dist. dos candidatos isentos inscritos e classificados.		X	X
6	Dist. cand. insc. e classif. por tipo de deficiência.	X	X	X
7	Dist. dos cand. insc. e classificados por faixa etária (média).			X
<b> Estatísticas sobre os candidatos inscritos, aprov. e classif. por escola de Ensino Médio (EM) </b>				
8	Histórico dos cand. insc. e classif. por tipo de escola de EM.	X	X	
9	Hist. cand. inscritos e classif. da raça negra /tipo escola de EM.	X	X	X
10	Dist. dos cand. insc. e classif. por raça e tipo de escola de EM.	X	X	X
<b> Estatísticas dos candidatos insc., aprov. e classif. no Programa das Ações Afirmativas (PAA) </b>				
11	Dist. dos candidatos insc. e classif. por opção no PAA.	X	X	X
12	Dist. dos cand. negros insc. e classif. por opção no PAA.	X	X	X
13	Dist. dos cand. oriundos de Escola Pública no PAA.	X	X	X
14	Dist. dos candidatos por Estados de origem no PAA.	X	X	X
15	Dist. dos cand. insc. e classif. por Campus e opção no PAA.	X	X	X
<b> Análise das Provas </b>				
16	Prova Objetiva – 1ª Língua (Língua Portuguesa e Literatura Brasileira) e (Língua Brasileira de Sinais – Libras).	X		
17	Prova Objetiva – 2ª Língua (Alemão, Espanhol, Francês, Inglês, Italiano, Libras e Português).	X		
18	Prova Objetiva Demais Disciplinas (Matemática, Biologia, História, Geografia, Física e Química).	X		
19	Prova Discursiva (Questões Discursivas 1, 2, 3 e 4 e Prova de Redação).	X		

Fonte: do Autor

Essas informações, assim dispostas no RTT, vão ao encontro dos resultados desta pesquisa, contemplando as necessidades dos gestores dos setores entrevistados no aprimoramento do planejamento de suas ações.

Entretanto, de acordo com a análise das entrevistas, percebe-se que determinadas demandas ligadas ao ingressantes nos cursos de graduação presencial, para serem atendidas, necessitam que as Pró-Reitorias (PROGRAD, PRAE e PROPLAN) pensem de forma integrada para desenvolver ações estratégias na busca de soluções.

Deste modo, dispôs-se, nas categorias ensino e administração, as informações sobre os cursos e as vagas no RTT para propiciar uma busca objetiva. Assim, os dados estatísticos sobre a distribuição dos candidatos inscritos e classificados contemplam os seguintes dados: origem, sexo, nº de candidatos que realizaram a prova em Libras, isentos, com deficiência e por faixa etária.

Com relação aos dados estatísticos que tratam do histórico e da distribuição dos candidatos inscritos e classificados por escola de Ensino Médio (EM), igualmente contemplam respostas capazes de subsidiar ações nas três categorias criadas neste trabalho. São eles: tipo de escola de EM, por raça negra (pretos e pardos) e tipo de escola e por raça e tipo de escola de EM.

Quanto aos dados estatísticos dos candidatos que optaram por concorrer ao Programa das Ações Afirmativas (PAA), e considerando que uma grande parte deles necessitará de algum tipo de auxílio da UFSC, é possível que essas informações contribuam para desenvolver ações nas três categorias. São elas: opção no PAA, negros inscritos e classificados por opção no PAA, oriundos de Escola Pública no PAA, por Estados de origem no PAA e por Campus e opção no PAA.

Por fim, quanto à análise das provas, essas informações darão os subsídios para planejar as demandas da PROGRAD. É possível verificar, por exemplo, o nível de compreensão, a dificuldade e o tempo da prova, entre outros itens que podem ser adequados em função das novas práticas adotadas pela UFSC. Deste modo, espera-se recepcionar os estudantes de maneira mais adequada, justa e equitativa, para que a instituição consiga preencher as vagas oferecidas nos cursos de graduação presencial. Essas informações são assim distribuídas: Prova Objetiva (primeira língua: língua portuguesa e literatura brasileira, língua brasileira de sinais – LIBRAS), Segunda Língua (alemão, espanhol, francês, inglês, italiano e Libras), Prova Objetiva (demais disciplinas), matemática, biologia, história, geografia, física e química e Prova Discursiva (questões discursivas 1, 2, 3 e 4) e Prova de Redação.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta seção, apresentam-se as conclusões deste trabalho e as recomendações para futuros estudos, no que se refere ao tema Planejamento do Ingresso nos Cursos de Graduação Presencial.

### 5.1 Conclusões

Neste trabalho, procurou-se identificar a importância das informações constantes nos Relatórios Oficiais dos Vestibulares de 2013, 2014 e 2015, no intuito de demonstrar a sua utilidade para o desenvolvimento de estratégias das Pró-Reitorias PROGRAD, PRAE e PROPLAN. Neste sentido, criaram-se categorias e parâmetros de análise relacionados às respectivas Pró-Reitorias para responder de que forma tais informações podem contribuir para planejar ações voltadas aos ingressantes nos cursos de graduação presencial da UFSC.

Foi possível constatar, por meio desses parâmetros categorizados (perfil do candidato e da família, a formação, atividade cultural, inclusão digital, origem e comunicação), a relevância dos Relatórios Oficiais dos Vestibulares de 2013, 2014 e 2015 como um instrumento para o desenvolvimento de gestão.

Por meio deles, identificou-se que, no período pesquisado, a UFSC aumentou de 6.031 vagas distribuídas em 86 cursos, para 6.511 vagas distribuídas em 98 cursos de graduação presencial.

Identificou-se que os classificados, nos referidos vestibulares, são majoritariamente solteiros (95.76%); que 57.72% são trabalhadores, enquanto que 42.28% não trabalham; que 55.51% utilizam o ônibus como meio de transporte, embora uma parcela significativa (31.46%) utilize carro próprio ou da família. Quanto ao perfil familiar, constatou-se que a maioria dos classificados provém de famílias compostas por 4 pessoas (37.53%), mas há também aqueles cuja renda bruta do grupo familiar é de acima de 1 até 3 salários mínimos (23.99%) e de 3 até 5 salários mínimos (23.78%); que são naturais de Santa Catarina (73%) e residentes no Estado (81.12), além de serem, majoritariamente, do sexo masculino (55%).

Ainda com relação à formação dos classificados, identificou-se que a maioria realizou todo o Ensino Médio em escola particular (50.39%) ou todo o EM diurno (82.32%). E ainda aqueles que frequentaram cursos pré-vestibulares (50.41%); que ainda não tinham

feito o Vestibular da UFSC (53.34%); que escolheram a 1ª opção por considerar a mais adequada às suas aptidões (75.57%); que esperavam obter uma formação profissional voltada para o futuro emprego (62.20%); que nunca haviam iniciado curso superior (70.57%); ou que optaram pela UFSC por oferecer o melhor curso pretendido (48.98%). Constatou-se também, quanto à atividade cultural dos classificados, que 27.29% praticam esporte, 16.79% têm predileção por voleibol e 14.06% por futebol de campo.

Constatou-se também, quanto à inclusão digital dos ingressantes, que 93.78% possuem computador e que o usam para trabalhos escolares e/ou profissionais (74.25%). Com relação à comunicação dos ingressantes, verificou-se que 34.53% tomaram conhecimento do vestibular da UFSC no colégio em que estudam; que 95.53% conhecem as atividades que irão desenvolver no curso escolhido; e que 80.05% utilizam a internet para se informar sobre os acontecimentos atuais.

Verificou-se também que, dos candidatos que realizaram a prova em Libras, 11.5% se classificaram; dos candidatos isentos da taxa de inscrição, 17%; e dos inscritos, com algum tipo de deficiência, 11%.

A maioria dos classificados é da faixa etária entre 17 a 24 anos de idade (84.21%) e oriunda de escola pública (42%). Dentre os classificados de raça negra (pretos e pardos), a maioria cursou todo o EM em escola pública (60%), enquanto os de raça branca, em escola particular (53.5%).

Quanto ao Programa de Ações Afirmativas da UFSC, dos classificados, constatou-se que 74% não optaram pelo PAA, enquanto que, dos negros que optaram pelo PAA, uma parcela significativa é oriunda de escola pública (49%), e dentre os pardos, uma parcela menor (9%), sendo que, majoritariamente, os que optam pelo PAA têm origem no Estado de Santa Catarina (85%).

Após os resultados da identificação da estrutura e a qualificação da COPERVE, da caracterização das respostas dos candidatos no QSC, da classificação das informações e dos dados estatísticas que constam do Relatório Oficial dos Vestibulares de 2013, 2014 e 2015, conclui-se que os objetivos inicialmente propostos foram alcançados. E, considerando ainda as entrevistas com os gestores da PROGRAD, PRAE e PROPLAN, espera-se que possam também visualizar suas sugestões aqui contempladas, de forma que esta pesquisa consiga inovar com um instrumento que, adotado a curto e médio prazo, possa apoiar no planejamento dos ingressantes nos cursos de graduação presencial da UFSC.

Este estudo possibilitou constatar a COPERVE como um ator importante não apenas para a seleção de candidatos aos cursos da UFSC, mas também como catalisadora de informações concernentes aos estudantes e suas necessidades. O setor, além de contar com uma equipe de profissionais especializados, composta por docentes e técnicos em educação, também dispõe de estrutura física adequada e satisfatória às suas exigências. Ao oferecer condições para a consecução dos processos do vestibular, a UFSC obtém resultados positivos não apenas nesses eventos, mas também por obter informações que possibilitam desenvolver e aprimorar estratégias de gestão.

Os resultados obtidos neste trabalho possibilitaram também obter uma visão atual e objetiva acerca do modo como as ações de Planejamento do ingresso nos cursos de graduação presencial da UFSC acontecem. Entretanto, do viés da percepção dos gestores das Pró-Reitorias entrevistados, em relação às informações disponíveis, constantes do Relatório Oficial do Vestibular da UFSC, recomenda-se que a COPERVE produza Relatórios Técnicos Temáticos, conforme o proposto nesta pesquisa, disponibilizando-os à PROGRAD, à PRAE e à PROPLAN, e que essas Pró-Reitorias adotem-no como um instrumento para a elaboração de seus planejamentos. Reitera-se a importância da manutenção do atual Relatório Oficial, por parte da COPERVE, com vistas a contribuir com as demais instâncias da UFSC e com os pesquisadores que almejem utilizá-lo.

## **5.2 Recomendações para trabalhos futuros**

Os resultados encontrados permitiram obter uma visão atual e objetiva a respeito da área de planejamento, bem como da percepção dos gestores das Pró-Reitorias entrevistados quanto à utilização das informações constantes do Relatório Oficial do Vestibular da UFSC. Em termos sucintos, diante dos variados resultados apontados, para as pesquisas futuras, sugere-se:

- a) que a UFSC desenvolva uma ferramenta que possa fazer com que os dados do Questionário Sócioeconômico Cultural - QSC se comuniquem com o Sistema de Controle Acadêmico da Graduação - CAGR, oportunizando aos usuários acesso às informações sobre o perfil dos ingressantes;

- b) investigar com profundidade o perfil dos candidatos classificados no vestibular e as maneiras possíveis de se promover maior inclusão;
- c) segundo uma perspectiva de gênero, investigar o porquê de o número de mulheres classificadas no vestibular ser menor, considerando que, conforme identificado nesta pesquisa, esse grupo é maior entre os inscritos;
- d) investigar, igualmente, acerca das razões de o número de classificados do sexo masculino aumentar, mesmo com a expansão da UFSC e criação de novos *campi* e cursos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. T. C. de; SILVA, W. M. da. O planejamento estratégico como um modelo de gestão diferenciado e competitivo para as organizações do século XXI. **Revista Eletrônica de Administração da Faculdade Adventista da Bahia**, Cachoeira, v. 2, n.1, 2011.

ALVES, M. A. S. **Análise qualitativa dos indicadores do SINAES em relação às ações dos tutores na educação superior a distância**. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Universitária). Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

AMARAL, N. C. **Financiamento da educação superior: estado X mercado**. São Paulo: UNIMEP, 2003.

\_\_\_\_\_. Autonomia e financiamento das IFES: desafios e ações. **AVALIAÇÃO: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, v. 13, n. 3, p. 647-680, nov. 2008. Disponível em: [scielo.br/pdf/aval/v13n3/03.pdf](http://scielo.br/pdf/aval/v13n3/03.pdf). Acesso em: 09 mar. 2015.

BEPPLER, M. K.; PEREIRA, M. F. **Planejamento estratégico: a contribuição da cultura organizacional para o processo de implementação da estratégia**. São Paulo: Atlas, 2013.

BERGUE, S. T. **Cultura e mudança organizacional**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília : CAPES/UAB, 2010a.

\_\_\_\_\_. **Comportamento organizacional**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília: CAPES/UAB, 2010b.

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Brasília: Senado, 2006a. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm). Acesso em: 10 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006.** Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Brasília: Senado, 2006b. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm). Acesso em: 15 maio 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília: Senado, 2007. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm). Acesso em: 15 maio 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília: Senado, 1990. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8112cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8112cons.htm). Acesso em: 26 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado, 1996. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acesso em: 26 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.260, de 12 de Julho de 2001.** Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 2001.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior SINAES, com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. Brasília: Senado, 2004. Disponível em: [Portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/leisinaes.pdf](http://Portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/leisinaes.pdf). Acesso em: 26 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011.** Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 out. 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014.** Plano Nacional de Educação – PNE. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. – PNE. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. **Portaria MEC nº 438, de 28 de maio de 1998.** Institui o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010.** Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatas a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior dele participantes. Brasília, 2010.

CARAVANTES, G. R.; CARAVANTES, C. B.; KLOECKNER, M. C. **Administração: teorias e processos.** São Paulo: Pearson Pretice Hall, 2005.

CARMO, E. F.; CHAGAS, J. A. S.; FIGUEIREDO FILHO, D. B.; ROCHA, E. C. Políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior e estrutura básica de formação no ensino médio regular. **Revista Brasileira Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 95, n. 240, p. 304-327, maio/ago. 2014.

COSTA, D. de M. **Financiamento público e expansão da educação superior no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Administração). Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

COSTA, D. M.; COSTA, A. M.; BARBOSA, F. V. Financiamento público e expansão da educação superior federal no Brasil: o reuni e as perspectivas para o reuni 2. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 106-127, jan. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/viewFile/1983-4535.2013v6n1p106/23989>. Acesso em: 04 jan. 2015.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

DALCASTAGNE, M. Disputas e tentativas: a gênese da engenharia catarinense. In: NECKEL, R.; KÜCHLER, A. D. C. (Org.). **UFSC 50 ANOS: Trajetórias e Desafios**. Florianópolis: UFSC, 2010. p. 309-331.

DRUCKER, P. F. **O Homem que Inventou a Administração**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

\_\_\_\_\_. Administração na Próxima Sociedade. **HSM Management**, Barueri, n. 10, p. 69-79, 2013.

FÁVERO, M. L. A. A Universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FELIPE, M. S. S. Desenvolvimento tecnológico e inovação no Brasil: desafios na área de biotecnologia. **Novos Estudos – CEBRAP**, São Paulo, n. 78, p. 11-14, jul. 2007. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/nec/n78/02.pdf](http://www.scielo.br/pdf/nec/n78/02.pdf). Acesso em: 04 mar. 2015.

FINGER, A. P. A Gestão de instituições de ensino superior no próximo milênio: questões que exigem respostas. In: FINGER, A. P. *et al.* **Educação: Caminhos e Perspectivas**. Curitiba: Chapagnat, 1996.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, M. A.; LIMA, A. B. de. Programas alternativos de ingresso na educação superior como política educacional focalizada. **Nuances: estudos sobre educação**, Presidente Prudente, v. 17, n. 18, p.68-82, jan./dez. 2010. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/viewFile/725/738>. Acesso em: 17 out. 2013.

HEREDIA, J. M.; FARIA, E. T. Avaliação em EaD: uma análise do moodle provas da UAB– UFSC. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA, 11., 2014, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, UDESC, UNIREDE, 2014, p. 109-123.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Resumo técnico censo da educação superior 2011**. Brasília: INEP, 2013. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. Acesso em: 23 fev. 2015.

JACOBSEN, A. de L.. **Avaliação institucional em universidades: desafios e perspectivas**. Florianópolis: Papa-Livros, 1996.

JACOBSEN, A. de L.; CRUZ JUNIOR. J. B.; MORETTO NETO. L. **Administração: introdução e teorias**. Florianópolis: SEaD/UFSC, 2006.

JANOTTI, A. **Origens da universidade: a singularidade do caso português**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1992.

KOBUS, M. **Avaliação da gestão do planejamento da Universidade Federal de Santa Catarina, utilizando a metodologia multicritérios de apoio à decisão – MCDA**. Dissertação (Mestrado profissional em Administração Universitária). Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

LÁZARO, A. Editorial. In: RISTOFF, D. Vinte e um anos de educação superior: expansão e democratização. **Cadernos do GEA**, Rio de Janeiro, n. 3, jan./ jun., 2013.

LESER, W. S. P. As origens do vestibular unificado. **Educação e Seleção**, São Paulo.v.1, n. 11, 1985, p. 3-8.

LUCK, H. Gestão educacional: estratégia para a ação global e coletiva no ensino. In: FINGER, A. P. *et al.* **Educação: caminhos e perspectivas**. Curitiba: Chapagnat, 1996.

MAGALHÃES, R. R.; MAGALHÃES, C. S. C. A.; TAVARES, A. M. B. N. Plano Nacional de Educação (2014-2024): reflexões sobre a gestão democrática e educação profissional. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO, 1., 2014, Campina Grande. **Anais...** Campina Grande: UFPR/Realize, 2014, p.1-10.

MAIOCHI, N. F. As organizações universitárias e o processo de decisão. In: FINGER, A. P. **Gestão de universidades novas abordagens**. Curitiba: Chapagnat, 1997.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MELO, P. A. de; SILVEIRA, A. Autonomia universitária: concepções e realidade. In: BROTTI, M. G. *et al.* **A Gestão universitária em debate**. Florianópolis: Insular, 2000.

MEYER JUNIOR, V. Planejamento estratégico: uma renovação na gestão das Instituições universitárias. In: Núcleo de Pesquisas e Estudos em Administração Universitária (NUPEAL). **Temas de administração universitária**. Florianópolis, UFSC, 1991.

MEYER JUNIOR, V.; MURPHI, J. P. **Dinossauros, gazelas e tigres: novas Abordagens da administração universitária: um Diálogo Brasil e Estados Unidos**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2003.

MINTZBERG, H.; QUINN, J. B. **O processo da estratégia**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MIRANDA NETO, M. J. de. **A Crise do planejamento**. Rio de Janeiro. Nórdica, 1981.

MONT'ALVÃO NETO, A. L. Tendências das desigualdades de acesso ao ensino superior no Brasil: 1982 – 2010. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.35, n. 127, p. 417-441, abr./jun., 2014. Disponível em: [www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br). Acesso em: 29 abr. 2015.

NEVES, C. E. B.; BALBACHEVSKY, E. Financiamento da educação superior: lições da experiência internacional. *In: 2º Ciclo de seminários internacionais educação no Século XXI: modelos de sucesso*. Rio de Janeiro: Senac, 2009

NOVAIS, S. M. de; FERNANDES, A. S. A. A institucionalização do ensino a distância no Brasil: o caso da graduação em administração na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v.13, n.29, p. 173-201, jan./abr., 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2011v13n29p173>. Acesso em: 19 abr. 2015.

OLIVEIRA, J. A. P. de. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n.1, p. 273-288, mar./abr. 2006.

PARANHOS FILHO, M. **Gestão da produção industrial**. Curitiba: Ibpx, 2007.

PEREIRA, M. F. **Planejamento estratégico: teorias, modelos e processos**. São Paulo: Atlas, 2010.

PINTO, J. M. de R. O Acesso à educação superior no Brasil. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 727-756, out. 2003. Disponível em: [www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br). Acesso em: 29 abr. 2015.

REZENDE, F. **Planejamento no Brasil: auge, declínio e caminhos para a reconstrução**. Brasília: Cepal/Ipea, 2009.

RIBEIRO, R. J. **A universidade e a vida atual: Fellini não via filmes**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

RISTOFF, D. Perfil Socioeconômico do Estudante de Graduação uma análise de dois ciclos completos do ENADE (2004 a 2009). **Cadernos do GEA**, Rio de Janeiro, n. 4, jul./dez., 2013.

RIZZATTI, G. ; RIZZATTI JUNIOR, G. Importância do planejamento para as universidades. In: COLOQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTIÓN UNIVERSITARIA EN AMÉRICA DEL SUR, 5., 2005, Mar del Plata. **Anais...** Mar del Plata: UNMdP, 2005, p.1-15.

SANTOS, F. S. dos. **Financiamento público das instituições federais de ensino superior – IFES: um estudo da Universidade de Brasília – UNB**. Dissertação (Mestrado em Economia). Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, 2013.

SCHWARTZMAN, S. **Ciência, universidade e ideologia: a política do conhecimento**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 1980.

SEVERINO, A. J. A Filosofia na formação universitária. **Revista Páginas de Filosofia**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 31-45, jan./ jun., 2010. Disponível em: [www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/PF/article/viewFile/1952/1955/](http://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/PF/article/viewFile/1952/1955/). Acesso em: 21 abr. 2015.

SOARES, L. T.. O Papel da rede federal na expansão e na reestruturação da educação superior pública no Brasil. **Cadernos do GEA**, Rio de Janeiro, n. 3, jan./ jun., 2013.

SOUZA, P. N. de. **LDB e Educação Superior: estrutura e funcionamento**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

SPANHOL, F. J. *et al.* O estado da arte da educação a distância: uma meta-análise da contribuição da UFSC. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 16., 2010, Florianópolis. **Anais....** Florianópolis: ABED , 2010, p.1-10.

TACHIZAWA, T.; ANDRADE. R. O. B. **Gestão de instituições de ensino**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

UFSC. COMISSÃO PERMANENTE DO VESTIBULAR. **Edital 05/COPERVE/2014**. Florianópolis: UFSC, 2014. Disponível em: [www.vestibular2015.ufsc.br/files/2014/09/Edital05-vest2015-final.pdf](http://www.vestibular2015.ufsc.br/files/2014/09/Edital05-vest2015-final.pdf). Acesso em: 23 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. COMISSÃO PERMANENTE DO VESTIBULAR. **Relatório Oficial Vestibular 2013**. Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: [vestibular2013.paginas.ufsc.br/files/2015/06/Relatorio\\_Oficial\\_V2013.pdf](http://vestibular2013.paginas.ufsc.br/files/2015/06/Relatorio_Oficial_V2013.pdf). Acesso em: 26 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. COMISSÃO PERMANENTE DO VESTIBULAR. **Relatório Oficial Vestibular 2014**. Florianópolis: UFSC, 2014. Disponível em: [http://vestibular2014.paginas.ufsc.br/files/2012/07/Relatorio\\_Oficial\\_V2014.pdf](http://vestibular2014.paginas.ufsc.br/files/2012/07/Relatorio_Oficial_V2014.pdf). Acesso em: 23 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. COMISSÃO PERMANENTE DO VESTIBULAR. **Relatório Oficial Vestibular 2015**. Florianópolis: UFSC, 2015. Disponível em: [http://vestibular2015.paginas.ufsc.br/files/2015/06/Relatorio\\_Oficial\\_V2015.pdf](http://vestibular2015.paginas.ufsc.br/files/2015/06/Relatorio_Oficial_V2015.pdf). Acesso em: 23 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Regimento Geral**. Florianópolis: UFSC, 2009. Disponível em: [http://antiga.ufsc.br/paginas/downloads/regimento\\_ufsc.pdf](http://antiga.ufsc.br/paginas/downloads/regimento_ufsc.pdf). Acesso em: 04 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2010 a 2014**. Florianópolis: UFSC, 2010. Disponível em: <http://pdi.paginas.ufsc.br/>. Acesso em: 10 set. 2014.

\_\_\_\_\_. **Estatuto – 2011**. Resolução n. 065, de 3 de novembro de 1978. Portaria n. 56, de 1º de fevereiro de 1982. 2011a. Disponível em: <http://portal.reitoria.ufsc.br/files/2011/10/Estatuto.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão. **Relatório de atividades**. Florianópolis: UFSC 2011b. Disponível em: <http://propesq.ufsc.br/>. Acesso em: 11 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. **Relatório de Gestão 2013**. Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <http://prae.ufsc.br/>. Acesso em: 06 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. **Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.** Florianópolis: UFSC, 2015a. Disponível em: <http://prae.ufsc.br/atribuicoes/>. Acesso em: 02 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Graduação. **Regimento Interno.** Florianópolis: UFSC, 2015b. Disponível em: <http://prograd.ufsc.br/apresentacao/competencias/>. Acesso em: 04 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. **Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento.** Florianópolis: UFSC, 2015c. Disponível em: <http://proplan.ufsc.br/apresentacao-2/a-seplan/missao/>. Acesso em: 03 fev. 2015.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VILASBÔAS, A. L. Q.; PAIM, J. S.; Práticas de planejamento e implementação de políticas no âmbito municipal. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n.6, p.1239-1250, jun., 2008.

WESKA, A. R. **O Programa Reuni na Universidade Federal de Juiz de Fora.** Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA (PROGRAD, PRAE e PROPLAN)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA

Este roteiro de entrevista foi elaborado pelo Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária – PPGAU da Universidade Federal de Santa Catarina, João Carlos da Silva, sob a orientação do Prof. Alexandre Marino Costa. Dr. e tem como objetivo analisar o planejamento do ingresso nos cursos de graduação presencial da UFSC, com base nos resultados do Vestibular. Desde já agradeço, sua participação.

1ª Questão: A Pró-Reitoria de Graduação utiliza as informações do Relatório Oficial do Vestibular na realização do planejamento das suas ações voltadas aos alunos dos cursos de graduação presencial? Se sim, de que forma? Se não, por quê?

Resposta:

---



---



---



---



---



---



---

2ª Questão: Ao se inscreverem no Vestibular, os ingressantes nos cursos de graduação presencial da UFSC, preenchem um questionário socioeconômico cultural com 34 questões. Identifique no quadro abaixo aquelas cujas respostas contribuiriam para planejar ações da Pró-Reitoria, no que se refere aos alunos dessa modalidade.

Quadro: Enunciados do questionário socioeconômico cultural do vestibular da UFSC.

Questão	Sim	Não	Enunciado
01			Estado civil.
02			Unidade da federação em que você reside.
03			Unidade da federação em que você concluiu o ensino fundamental.
04			Tipo de estabelecimento onde você cursou o ensino fundamental.
05			Unidade da federação em que você concluiu ou concluirá o ensino médio.
06			Tipo de curso de ensino médio que você concluiu ou concluirá.
07			Tipo de estabelecimento onde você cursou o ensino médio.
08			Turno em que você cursou o ensino médio.
09			Marque a principal fonte de informação pela qual você tomou conhecimento do concurso Vestibular da UFSC.
10			Frequentou ou frequenta curso pré-vestibular.
11			Principal motivo que o levou a não cursar pré-vestibular.
12			Número de vezes que você prestou Vestibular para a UFSC.
13			Principal motivo para a escolha de sua 1ª opção.
14			Assinale o que você espera obter num curso superior.
15			Conhece as atividades que deverá desenvolver na profissão escolhida em 1ª opção.
16			Incluído somente os que moram na sua casa, inclusive você,

			informe o número de pessoas que compõem a sua família.
17			Some os salários brutos, sem deduções, das pessoas de seu grupo familiar que trabalham, inclusive o seu, indique a renda bruta.
18			Nível de instrução de seu pai.
19			Nível de instrução de sua mãe.
20			Indique o principal responsável pelo sustento da sua família.
21			Principal ocupação do responsável pelo sustento da sua família.
22			Idade com que começou a exercer a atividade remunerada.
23			Sua ocupação.
24			Marque o principal meio de comunicação que você utiliza para se manter informado sobre os acontecimentos atuais.
25			Possui computador em sua residência.
26			Usa computador.
27			Meio de transporte que você mais utiliza.
28			Iniciou algum curso superior
29			Instituição na qual iniciou algum curso superior
30			Informe o curso superior já iniciado
31			Acredita que orientação vocacional auxiliaria na escolha de sua opção.
32			Dos itens abaixo, assinale sua preferência (Artes plásticas/artesanato. cinema/vídeo. dança. música. teatro. literatura. esporte e outros).
33			Indique seu esporte predileto (19 opções).
34			Motivo principal que o levou a optar pelo Vestibular da UFSC.

3ª Questão: Além das informações do quadro acima, que outras informações poderiam contribuir para planejar ações da Pró-Reitoria, no que se refere aos alunos dos cursos de graduação presencial.

Resposta: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## APÊNDICE B – CARTA DE APRESENTAÇÃO (COPERVE)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA

### CARTA DE APRESENTAÇÃO E SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO

Meu nome é **João Carlos da Silva**, sou mestrando do Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária – PPGAU, da Universidade Federal de Santa Catarina e autor da pesquisa “**PLANEJAMENTO DO INGRESSO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAL: AS CONTRIBUIÇÕES DO VESTIBULAR DE UMA IPES**”, sob a orientação do **professor Dr. Alexandre Marino Costa**. A Pesquisa tem como **Objetivo Geral**: Analisar o planejamento do ingresso nos cursos de graduação presencial da UFSC, com base nos resultados do Vestibular. **Objetivos Específicos**: Identificar a estrutura disponibilizada para operacionalizar o Vestibular; Caracterizar o perfil dos ingressantes com base no questionário socioeconômico-cultural dos Vestibulares 2013, 2014 e 2015; Classificar informações constantes nos Relatórios Oficiais dos Vestibulares 2013, 2014 e 2015; e Propor um plano de ação para contribuir para o planejamento do ingresso de estudantes nos cursos de graduação presencial da UFSC.

Justifica-se esse estudo, na obtenção de resultados que possibilitem propor, se for o caso, uma ação capaz de contribuir com melhores práticas para os gestores responsáveis pela elaboração do planejamento do ingresso de estudantes nos cursos de graduação presencial da UFSC. Atendidos os seus questionamentos, esta pesquisa também poderá ser útil para o desenvolvimento de novas pesquisas sobre essa área de conhecimento.

Desse modo, solicito sua autorização para realizar pesquisa documental junto ao cadastro de ingressantes, questionário socioeconômico cultural dos Vestibulares de 2013, 2014 e 2015, bem como o Relatório Oficial desses eventos e demais informações relativas a operacionalização do Vestibular da UFSC existentes na Comissão Permanente do Vestibular – COPERVE.

Asseguro que as informações buscadas nesses documentos serão utilizadas unicamente para a finalidade da pesquisa, e que em hipótese alguma serão referidos nomes de quaisquer sujeitos. Em caso de dúvida em relação à pesquisa, ou em algum momento optar por não mais participar da mesma, estou à disposição para os esclarecimentos e providências, por meio do telefone (48) 9958-8055, ou pelo endereço eletrônico [jcnovos@gmail.com](mailto:jcnovos@gmail.com). Se você concordar em colaborar, por gentileza assine este documento, o qual se apresenta em duas vias, uma das quais lhe será entregue.

Desde já, agradeço pela atenção e colaboração.  
Florianópolis, maio de 2015.

---

**João Carlos da Silva**  
**Mestrando PPGAU**

Eu, ..... Presidente da COPERVE, declaro estar ciente e que recebi, assinei e rubricuei duas cópias desta **CARTA DE APRESENTAÇÃO E SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO**, uma ficará comigo e outra será entregue ao pesquisador responsável pela pesquisa.

Local e data: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (PROGRAD, PRAE E PROPLAN).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Meu nome é **João Carlos da Silva**, sou mestrando do Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária – PPGAU, da Universidade Federal de Santa Catarina e autor da pesquisa “**PLANEJAMENTO DO INGRESSO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAL: AS CONTRIBUIÇÕES DO VESTIBULAR DE UMA IPES**”, sob a orientação do **professor Dr. Alexandre Marino Costa**. A Pesquisa tem como **Objetivo Geral**: Analisar o planejamento do ingresso dos estudantes nos cursos de graduação presencial da UFSC, com base nos resultados do Vestibular. **Objetivos Específicos**: Identificar a estrutura disponibilizada para operacionalizar o Vestibular; relacionar características dos candidatos classificados com base nos Relatórios Oficiais dos Vestibulares 2013, 2014 e 2015, enfatizando os questionários socioeconômicos culturais; Classificar informações estatísticas constantes no Relatório Oficial desses eventos; e Propor um plano de ação para contribuir para o planejamento do ingresso nos cursos de graduação presencial da UFSC.

Por meio desse estudo, espera-se obter resultados que possibilitem propor, se for o caso, uma ação capaz de contribuir com melhores práticas para os gestores responsáveis pela elaboração do planejamento do ingresso de estudantes nos cursos de graduação presencial da UFSC. Atendidos os seus questionamentos, esta pesquisa também poderá ser útil para o desenvolvimento de novas pesquisas sobre essa área de conhecimento.

A partir do supracitado, convido-o a participar desta pesquisa, a qual será realizada por meio de entrevista semiestruturada, de maneira presencial, com duração de aproximadamente 30 minutos, conforme data, horário e local de sua preferência. O depoimento será registrado em roteiro de entrevistas com questões semiestruturadas. O sigilo em relação aos nomes dos participantes será mantido, e as declarações prestadas só serão utilizadas para os objetivos desse estudo. Não haverá nenhum tipo de custo para o participante. Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, ou em algum momento optar por não mais participar da mesma, estou à disposição para os esclarecimentos e providências, por meio do telefone (48) 9958-8055, ou pelo endereço eletrônico [jcnovos@gmail.com](mailto:jcnovos@gmail.com). Se você concordar em participar, por gentileza assine este documento, o qual se apresenta em duas vias, uma das quais lhe será entregue. Em caso de dúvida em relação ao estudo, estou à disposição.

Desde já, agradeço pela atenção e colaboração.

Florianópolis, maio de 2015.

---

**João Carlos da Silva**  
**Mestrando PPGAU**

Eu, \_\_\_\_\_, RG Nº: \_\_\_\_\_, declaro estar ciente de que:

- Todos os dados coletados somente serão utilizados para esta pesquisa e divulgação acadêmica de seus resultados em congressos e/ou periódicos, ou apresentados em palestras, aulas ou eventos científicos, sem a identificação dos nomes dos participantes;

- A realização das coletas dos dados será por meio de uma entrevista composta por perguntas referentes ao objetivo da pesquisa;

- Fui esclarecido sobre os procedimentos dessa pesquisa e se eu tiver dúvida em relação a ela, aos meus procedimentos, riscos ou benefícios, tenho o direito de contatar o pesquisador a qualquer momento, visando esclarecimentos;

- Tenho o direito de retirar minha participação a qualquer tempo; após a entrevista, tenho o direito de não autorizar o uso de todas as informações coletadas na entrevista;

- Os benefícios advindos deste estudo serão em termos de produção de conhecimento sobre o tema planejamento.

Declaro que recebi, assinei e rubriquei duas cópias deste **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**, uma ficará comigo e outra será entregue ao pesquisador responsável pela pesquisa.

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE D – QUADRO GERAL DE CURSOS E VAGAS DOS VESTIBULARES DE 2013, 2014 e 2015

Código	Nome do Curso	Vagas oferecidas		
		2013	2014	2015
301	Administração – diurno	100	100	100
316	Administração – noturno	100	100	100
501	Agronomia	110	110	110
555	Agronomia (Curitiba)	100	100	100
337	Antropologia – bel – diurno	25	25	25
207	Arquitetura e urbanismo	80	80	80
335	Arquivologia – bel – diurno	60	60	60
451	Artes cênicas – bel – noturno	30	30	30
601	Bel. Interdisciplinar em mobilidade			60
324	Biblioteconomia – noturno	80	80	80
503	Ciência e tecnologia de alimentos	70	70	70
108	Ciências biológicas – bel/lic – diurno	80	80	80
110	Ciências biológicas – lic noturno	80	80	80
302	Ciências contábeis – diurno	90	90	90
317	Ciências contábeis – noturno	90	90	90
208	Ciências da computação	100	100	100
304	Ciências econômicas – diurno	90	90	90
318	Ciências econômicas – noturno	90	90	90
310	Ciências sociais – bel/lic – diurno	42	42	42
320	Ciências sociais – bel/lic – noturno	48	48	48
450	Cinema – bel – diurno	30	30	30
454	Design – bel – diurno/noturno	120	120	120
303	Direito – diurno	90	90	90
005	Direito – noturno	90	90	90
444	Educação física – bel – diurno	60	60	60
404	Educação física – lic – diurno	60	60	60
101	Enfermagem – diurno	75	75	75
653	Eng. De energia – vesp/not (Araucária)	80	80	80
655	Eng.de computação – vesp/not (Araucária)	60	60	60
754	Eng.de controle e automação (Blumenau)		100	100
753	Eng.de materiais – diurno (Blumenau)		100	100
602	Engenharia aeroespacial			50
603	Engenharia automotiva			50
201	Engenharia civil – diurno	110	110	110
215	Engenharia de alimentos – diurno	50	50	50
234	Engenharia de aquicultura – diurno	80	80	80
220	Eng. De controle e automação	72	72	72
607	Engenharia de infraestrutura			50
233	Engenharia de materiais – diurno	70	70	70
212	Engenharia de produção civil – diurno	40	40	40

213	Engenharia de produção elétrica – diurno	40	40	40
214	Engenharia de produção mecânica – diurno	40	40	40
608	Eng. De transportes e logística			50
202	Engenharia elétrica – diurno	100	100	100
235	Engenharia eletrônica – diurno	60	60	60
604	Eng. Ferroviária e metroviária			40
553	Engenharia florestal (Curitiba)	100	100	100
203	Engenharia mecânica – diurno	110	110	110
605	Engenharia mecatrônica			50
606	Engenharia naval			50
216	Engenharia química – diurno	50	50	50
211	Engenharia sanitária e ambiental	90	90	90
755	Engenharia têxtil – diurno (Blumenau)		100	100
601	Engenharias (Joinville)	400	400	
102	Farmácia – diurno	130	130	130
329	Filosofia – bel/lic – noturno	37	37	37
328	Filosofia – bel/lic – vespertino/noturno	37	37	37
002	Física – bel – diurno	55	55	55
225	Física – licenciatura – noturno	75	75	75
654	Fisioterapia – bel – diurno (Araranguá)	60	60	60
109	Fonoaudiologia – noturno	80	60	60
331	Geografia – bel/lic – diurno	40	40	40
332	Geografia – bel/lic – noturno	40	40	40
336	Geologia – bel – diurno	30	30	30
326	História – bel/lic – diurno	45	45	45
327	História – bel/lic – noturno	45	45	45
415	Jornalismo – diurno	60	60	60
421	Letras – alemão – bel/lic – diurno	40	40	40
423	Letras – espanhol – bel/lic – diurno	40	40	40
424	Letras – francês – bel/lic – diurno	40	40	40
425	Letras – inglês – bel/lic – diurno	40	40	40
427	Letras – italiano – bel/lic – diurno	40	40	40
441	Letras – libras – bel – diurno	20	20	20
440	Letras – libras – lic – diurno	20	20	20
428	Letras – português – bel/lic – diurno	80	80	80
426	Letras – português – bel/lic – noturno	40	40	40
751	Matemática – lic. – noturno (Blumenau)		100	100
223	Matemática – licenciatura – diurno	65	65	65
224	Matemática – licenciatura – noturno	40	40	40
222	Matemática e comput. Científica – bel	40	40	40
103	Medicina – diurno	100	100	100
552	Medicina veterinária (Curitiba)	80	80	80
230	Meteorologia – diurno	30	30	30
338	Museologia – bel – diurno	25	25	25

009	Nutrição – diurno	45	45	45
333	Oceanografia – diurno	30	30	30
104	Odontologia – diurno	100	100	100
308	Pedagogia – diurno	100	100	100
319	Psicologia – bel/lic – diurno	90	90	90
003	Química – bel/bel em química tecnológica	80	80	80
752	Química – lic. – noturno (Blumenau)		100	100
205	Química – licenciatura – diurno	40	40	40
340	Relações internacionais – diurno	80	80	80
429	Secretariado executivo – bel – noturno	40	40	40
309	Serviço social – diurno	80	80	80
339	Serviço social – noturno	60	60	60
238	Sistemas de informação – noturno	100	100	100
652	Tec da info. E comunicação (Aranaguá)	100	100	100
502	Zootecnia – diurno	70	70	70
Total de vagas		6031	6511	6511

**APÊNDICE E – DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS  
INSCRITOS E CLASSIFICADOS POR CURSO E QUE  
REALIZARAM A PROVA EM LIBRAS NOS VESTIBULARES  
DE 2013, 2014 e 2015.**

Curso	2013		2014		2015	
	Inscr	Classif.	Inscr	Classif.	Inscr	Classif.
Arquitetura e urbanismo					1	0
Administração – diurno	2	0				
Artes cênicas bel. Noturno			1	0		
Ciências da computação			1	0		
Design bel. Diurno/noturno	1	0				
Direito – diurno					1	0
Direito – noturno	1	0				
Educ.física – lic – diurno	1	0				
Enfermagem – diurno					1	0
Engenharia civil – diurno			2	0	1	0
História bel/lic – noturno			1	1		
Letras libras bel – diurno	5	0	6	1	4	0
Letras libras lic – diurno	22	6	36	8	49	1
Matemática lic. Noturno (Blumenau)			1	0		
Medicina – diurno			1	0		
Medicina veterinária (Curitiba)					1	0
Odontologia – diurno					2	0
Pedagogia – diurno					1	0
Psicologia bel/lic. Diurno	1	0			1	0
Serviço social – diurno			1	0		
Serviço social – noturno					1	0
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>6</b>	<b>50</b>	<b>10</b>	<b>63</b>	<b>1</b>

**APÊNDICE F – DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS  
INSCRITOS E CLASSIFICADOS POR ESTADO DE ORIGEM  
(NATURALIDADE) NOS VESTIBULARES DE 2013, 2014 e 2015.**

Estado de Origem	2013		2014		2015	
	Inscr	Classif	Inscr	Classif	Inscr	Classif
01 Acre	16	3	12	0	8	0
02 Alagoas	11	0	11	0	9	0
03 Amapá	23	2	12	1	11	1
04 Amazonas	40	4	21	3	31	6
05 Bahia	168	35	136	22	143	25
06 Ceará	34	6	36	4	35	7
07 Distrito Federal	193	10	168	36	144	14
08 Espírito Santo	38	8	51	17	23	4
09 Goiás	385	34	240	38	218	28
10 Maranhão	43	6	52	10	59	6
11 Mato Grosso	266	31	184	27	220	26
12 Mato Grosso do Sul	411	42	343	44	293	23
13 Minas Gerais	359	58	305	46	291	39
14 Pará	50	6	63	7	88	13
15 Paraíba	10	2	11	4	15	2
16 Paraná	3646	363	3082	357	2999	290
17 Pernambuco	28	1	36	10	42	7
18 Piauí	12	1	7	2	11	1
19 Rio Grande do Norte	19	8	13	3	18	3
20 Rio Grande do Sul	2947	376	2881	426	2204	321
21 Rio de Janeiro	196	38	152	36	193	31
22 Rondônia	96	7	65	10	81	7
23 Roraima	7	0	29	6	13	0
24 Santa Catarina	22680	4141	22177	4357	22328	3756
25 São Paulo	3385	491	2670	442	2741	407
26 Sergipe	44	5	45	10	32	8
27 Tocantins	34	5	28	4	27	2
28 Outros países	20	7	25	7	37	1
<b>Total</b>	<b>35.161</b>	<b>5.690</b>	<b>32855</b>	<b>5929</b>	<b>32314</b>	<b>5028</b>

**APÊNDICE G – DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS  
INSCRITOS E CLASSIFICADOS POR SEXO NOS  
VESTIBULARES DE 2013, 2014 e 2015.**

Sexo	2013		2014		2015	
	Inscr.	Classif.	Inscr.	Classif.	Inscr.	Classif.
Feminino	18.734	2.809	17.640	2.798	17.223	2.078
Masculino	16.427	2.881	15.215	3.131	15.091	2.950
Total	35.161	5.690	32.855	5.929	32.314	5.028

**APÊNDICE H – DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS  
INSCRITOS E CLASSIFICADOS POR FAIXA ETÁRIA NOS  
VESTIBULARES DE 2013, 2014 e 2015.**

Distribuição dos Candidatos Classificados por Faixa Etária								
Opções de respostas	2013		2014		2015		Média	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
01 – Até 16 anos	307	5.40	364	6.14	254	5.05	308	5.56
02 – 17 anos	1727	30.35	1854	31.27	1551	30.85	1711	30.83
03 – 18 anos	1332	23.41	1182	19.94	1129	22.45	1214	21.88
04 – 19 anos	638	11.21	685	11.55	625	12.43	649	11.70
05 – 20 anos	398	6.99	420	7.08	369	7.34	396	7.13
06 – 21 anos	273	4.80	266	4.49	229	4.55	256	4.61
07 – 22 anos	165	2.90	247	4.17	171	3.40	194	3.50
08 – 23 anos	136	2.39	154	2.60	142	2.82	144	2.60
09 – 24 anos	91	1.60	131	2.21	101	2.01	108	1.94
10 – 25 anos	74	1.30	94	1.59	74	1.47	81	1.45
11 – Entre 26 e 30 anos	277	4.87	265	4.47	211	4.20	251	4.52
12 – Entre 31 e 35 anos	112	1.97	114	1.92	93	1.85	106	1.92
13 – Entre 36 e 40 anos	54	0.95	54	0.91	27	0.54	45	0.81
14 – Entre 41 e 50 anos	74	1.30	73	1.23	33	0.66	60	1.08
15 – Acima de 50 anos	32	0.56	26	0.44	19	0.38	26	0.46
Total	5690	100%	5929	100%	5028	100%	5549	100%

**APÊNDICE I – DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS E CLASSIFICADOS POR TIPO DE DEFICIÊNCIA NOS VESTIBULARES DE 2014 E 2015.**

Tipo de deficiência	2014		2015	
	Inscr.	Classif.	Inscr.	Classif.
Física	42	7	46	8
Auditiva	60	9	70	6
Visual	33	5	47	2
Outra	36	2	52	3
Total	171	23	215	19

\* No Relatório Oficial do Vestibular UFSC 2013 não constam os dados estatísticos sobre os inscritos e os classificados por tipo de deficiência.

**APÊNDICE J – HISTÓRICO DOS CANDIDATOS INSCRITOS E CLASSIFICADOS POR TIPO DE ESCOLA DE ENSINO MÉDIO NOS VESTIBULARES DE 2013, 2014 e 2015.**

Vestibular	Todo em Escola Pública		Outro tipo de escola		Total	
	Inscr.	Classif.	Inscr.	Classif.	Inscr.	Classif.
2013	13.349	2.393	21.812	3.297	35.161	5.690
2014	13.100	2.577	19.755	3.352	32.855	5.929
2015	13.339	2.122	18.975	2.906	32.314	5.028

**APÊNDICE K – HISTÓRICO DOS CANDIDATOS DA RAÇA  
NEGRA (PRETOS E PARDOS) INSCRITOS E CLASSIFICADOS  
POR TIPO DE ESCOLA DE ENSINO MÉDIO NOS  
VESTIBULARES DE 2013, 2014 e 2015.**

Vestibular	Todo em escola pública		Outro tipo de escola		Total	
	Inscr	Classif	Inscr	Classif	Inscr	Classif
2013	2.177	469	1.968	280	4.145	749
2014	2.236	557	1.736	310	3.972	867
2015	2.451	359	1.922	308	4.373	667

**APÊNDICE L – DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS  
INSCRITOS E CLASSIFICADOS POR RAÇA/COR E TIPO DE  
ESCOLA DE ENSINO MÉDIO NOS VESTIBULARES DE 2013,  
2014 e 2015.**

VESTIBULAR 2013												
Raça/cor	Todo público		Todo particular		Maior p. Público		Maior p. Particular		Outros		Total	
	Inscr	Classif	Inscr	Classif	Inscr	Classif	Inscr	Classif	Inscr	Classif	Inscr	Classif
Branca	10.968	1.900	16.601	2.559	1.095	142	1.497	243	125	15	30.286	4.859
Preta	691	178	277	64	75	12	54	8	11	0	1.108	262
Amarela	173	20	455	48	25	3	19	2	1	0	673	73
Parda	1.486	291	1.214	151	152	21	164	21	21	3	3.037	487
Indígena	31	4	18	2	4	2	2	0	2	1	57	9
Total	13.349	2.393	18.565	2.824	1.351	180	1.736	274	160	19	35.161	5.690

VESTIBULAR 2014												
Raça/cor	Todo público		Todo particular		Maior p. Público		Maior p. Particular		Outros		Total	
	Inscr	Classif	Inscr	Classif	Inscr	Classif	Inscr	Classif	Inscr	Classif	Inscr	Classif
Branca	10.560	1.972	15.416	2.659	825	111	1.240	181	98	11	28.139	4.934
Preta	738	212	272	58	55	13	63	17	10	3	1.138	303
Amarela	157	31	358	65	15	2	31	5	2	0	563	103
Parda	1.498	345	1.061	178	109	10	144	29	22	2	2.834	564
Indígena	147	17	16	6	10	2	6	0	2	0	181	25
Total	13.100	2.577	17.123	2.966	1.014	138	1.484	232	134	16	32.855	5.929

VESTIBULAR 2015												
Raça/cor	Todo público		Todo particular		Maior p. Público		Maior p. Particular		Outros		Total	
	Inscr	Classif	Inscr	Classif	Inscr	Classif	Inscr	Classif	Inscr	Classif	Inscr	Classif
Branca	10.617	1.736	14.589	2.302	780	88	1.136	147	109	8	27.231	4.281
Preta	811	107	298	70	63	9	61	8	15	2	1.248	196
Amarela	153	24	357	44	15	1	36	2	5	1	566	72
Parda	1.640	252	1.166	177	142	15	155	25	22	2	3.125	471
Indígena	118	3	17	5	2	0	3	0	4	0	144	8
Total	13.339	2.122	16.427	2.598	1.002	113	1.391	182	155	13	32.314	5.028

**APÊNDICE M – DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS ISENTOS  
INSCRITOS E CLASSIFICADOS NOS VESTIBULARES DE  
2013, 2014 e 2015.**

Evento	Isentos	
	Inscritos	Classificados
2013	1.283	312
2014	2.451	445
2015	2.797	361
Total	6.531	1.118

**APÊNDICE N – DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS  
INSCRITOS E CLASSIFICADOS POR OPÇÃO NO PROGRAMA  
DE AÇÕES AFIRMATIVAS (PAA) NOS VESTIBULARES DE  
2013, 2014 e 2015.**

OPÇÃO DOS CANDIDATOS NO PAA	2013		2014		2015	
	Inscr	Classif	Inscr	Classif	Inscr	Classif
1 autodeclarados negros	761	249	1.121	272	1.237	178
2 esc. pública até 1,5 sm ppi	205	81	528	111	433	49
3 esc. pública até 1,5 sm outros	2.495	436	4.142	591	3.542	505
4 esc. púb. Acima 1,5 sm ppi	193	48	372	83	430	68
5 esc. púb. Acima 1,5 sm outros	3.541	434	4.749	516	5.540	532
6 classif. geral não optantes	27.949	4.458	21.806	4.343	21.035	3.695
7 autodeclarados indígenas	17	4	137	13	97	1
Total	35.161	5.690	32.855	5.929	32.314	5.028

*SM: Salário Mínimo	** PPI: Pretos, Pardos e Indígena
------------------------	--------------------------------------

**APÊNDICE O – DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS NEGROS INSCRITOS E CLASSIFICADOS POR OPÇÃO NO PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS (PAA) NOS VESTIBULARES DE 2013, 2014 e 2015.**

VESTIBULAR 2013										
Raça/cor	Negro esc.pública		Negros outras esc.		Escola pública		Não optante		Total	
	Inscr	Classif.	Inscr	Classif.	Inscr	Classif.	Inscr	Classif.	Inscr	Classif.
Preta	398	141	190	47	0	0	457	60	1045	248
Parda	112	40	58	20	0	0	2.244	296	2.414	356
Total	510	181	248	67	0	0	2.701	356	3.459	604

VESTIBULAR 2014										
Raça/cor	Negro esc.pública		Negros outras esc.		Escola pública		Não optante		Total	
	Inscr	Classif.	Inscr	Classif.	Inscr	Classif.	Inscr	Classif.	Inscr	Classif.
Preta	586	152	296	58	0	0	135	79	1.017	289
Parda	129	37	104	24	0	0	1.491	286	1.724	347
Total	715	189	400	82	0	0	1.626	365	2.741	636

VESTIBULAR 2015										
Raça/cor	Negro esc.pública		Negros outras esc.		Escola pública		Não optante		Total	
	Inscr	Classif.	Inscr	Classif.	Inscr	Classif.	Inscr	Classif.	Inscr	Classif.
Preta	601	65	333	60	0	0	161	60	1.095	185
Parda	148	19	149	33	0	0	1.623	285	1.920	337
Total	749	84	482	93	0	0	1.784	345	3.015	522

**APÊNDICE P – DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS  
INSCRITOS E CLASSIFICADOS ORIUNDOS DE ESCOLA  
PÚBLICA POR OPÇÃO NO PROGRAMA DE AÇÕES  
AFIRMATIVAS (PAA) NOS VESTIBULARES DE 2013, 2014 e  
2015.**

OPÇÃO DOS CANDIDATOS NO PAA	2013		2014		2015	
	Inscr	Classif	Inscr	Classif	Inscr	Classif
1 autodeclarados negros	514	182	732	191	768	86
2 esc.pública até 1,5 sm ppi	205	61	528	111	433	49
3 esc.púb. Até 1,5 sm outros	2.495	436	4.142	591	3.542	505
4 esc.púb. Acima 1,5 sm ppi	192	48	371	82	430	68
5 esc.púb. Acima 1,5 sm outros	3.540	434	4.749	516	5.540	532
6 classf. Geral não optantes	6.392	1.231	2.455	1.075	2.539	882
7 autodeclarados indígenas	11	1	123	11	87	0
<b>Total</b>	<b>13349</b>	<b>2393</b>	<b>13.100</b>	<b>2577</b>	<b>13.339</b>	<b>2.122</b>

**APÊNDICE Q – DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS E CLASSIFICADOS POR ESTADO DE ORIGEM E POR OPÇÃO NO PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS (PAA) NOS VESTIBULARES DE 2013, 2014 e 2015.**

Estado de Origem	VESTIBULAR 2013															
	Negros		Categoria 21		Categoria 22		Categoria 23		Categoria 24		Indígenas		Não Optantes		Total	
	Inscr.	Class.	Inscr.	Class.	Inscr.	Class.	Inscr.	Class.	Inscr.	Class.	Inscr.	Clas.	Inscr.	Clas.	Inscr.	Clas.
AC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9	1	9	1
AL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0	7	0
AM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	19	0	19	0
AP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9	0	9	0
BA	4	2	0	0	0	0	1	0	2	0	0	0	88	23	95	25
CE	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	22	3	24	3
DF	2	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	149	5	154	5
ES	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	31	6	33	6
GO	7	3	7	1	8	0	0	0	6	1	0	0	353	29	381	34
MA	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	14	0	15	0
MG	3	1	2	0	8	0	3	1	13	0	0	0	239	30	268	32
MS	2	1	2	2	0	0	3	2	6	0	1	1	315	20	329	26
MT	6	2	0	0	3	0	1	0	7	0	0	0	161	19	178	21
PA	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	10	1	12	2
PB	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0
PE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	1	7	1
PI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	1	8	1
PR	28	13	10	5	85	9	13	2	179	15	0	0	3261	289	3576	333
RJ	4	1	2	0	3	0	0	0	1	0	0	0	83	7	93	8
RN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	1	6	1
RO	0	0	1	0	0	0	0	0	2	1	0	0	46	3	49	4
RR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1	3	1
RS	18	2	7	2	117	21	5	1	187	19	0	0	1757	174	2091	219
SC	644	219	159	48	2220	394	154	38	3049	385	1	2	18624	3504	24865	4590
SE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	41	3	41	3
SP	41	5	13	3	51	12	11	4	83	13	0	0	2668	335	2867	372
TO	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	18	2	21	2
Total	761	249	205	61	2495	436	193	48	3541	434	1	4	27949	4458	35161	5690

<i>I:</i> <i>Inscritos</i>	<i>C: Classificados</i>	<i>CAT 21: Renda até 1,5 SM PPI</i>	<i>CAT 22: Renda até 1,5 SM Outros</i>	<i>CAT 23: Renda acima 1,5 SM PPI</i>
<i>CAT 24: Renda acima 1,5 SM Outros</i>			<i>PPI: Pretos, Pardos e Índios</i>	

Estado de Origem	VESTIBULAR 2014															
	Negros		Categoria 21		Categoria 22		Categoria 23		Categoria 24		Indígenas		Não Optantes		Tot	
	Inscr.	Class.	Inscr.	Class.	Inscr.	Class.	Inscr.	Class.	Inscr.	Class.	Inscr.	Clas.	Inscr.	Clas.	Inscr.	Clas.
AC	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	7	0
AL	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	5	0
AM	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	2	0	4	1
AP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	0
BA	10	3	2	0	4	0	1	0	1	0	0	0	56	8	7	11
CE	1	0	2	0	0	0	2	0	0	0	0	0	6	0	1	0
DF	5	1	1	1	2	0	1	0	9	0	0	0	102	20	120	22
ES	0	0	1	1	1	0	0	0	1	0	2	0	34	12	3	13
GO	8	2	3	1	9	0	3	1	3	0	0	0	197	28	223	32
MA	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	13	2	1	2
MG	14	3	8	1	10	1	5	0	15	3	0	0	172	23	224	31
MS	4	1	5	0	3	0	1	1	11	0	0	0	286	30	310	32
MT	6	2	1	0	0	0	4	2	6	2	0	0	95	10	112	16
PA	0	0	2	0	2	0	1	0	2	0	0	0	9	2	1	2
PB	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	1
PE	1	0	0	0	1	0	1	1	0	0	1	1	6	2	1	4
PI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	2	1
PR	41	10	19	3	136	19	26	6	306	31	1	1	2387	244	2916	314
RJ	6	1	3	0	4	0	2	0	5	1	0	0	54	13	7	15
RN	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	4	0	5	0
RO	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	30	3	3	3
RR	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	2	1	4	1
RS	40	4	28	6	289	28	34	6	391	31	4	0	1348	176	2134	251
SC	913	227	412	91	3583	534	263	63	3857	430	129	11	15179	3491	24336	4847
SE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	37	8	3	8
SP	69	17	39	7	94	9	25	3	141	17	0	0	1760	268	2128	321
TO	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12	0	1	1
Total	1121	272	528	111	4142	591	372	83	4749	516	137	13	21806	4343	32855	5929

<i>I:</i> <i>Inscritos</i>	<i>C: Classificados</i>	<i>CAT 21: Renda até 1,5 SM PPI</i>	<i>CAT 22: Renda até 1,5 SM Outros</i>	<i>CAT 23: Renda acima 1,5 SM PPI</i>
<i>CAT 24: Renda acima 1,5 SM Outros</i>			<i>PPI: Pretos, Pardos e Índios</i>	

Estado de origem	VESTIBULAR 2015															
	Negros		Categoria 21		Categoria 22		Categoria 23		Categoria 24		Indígenas		Não Optantes		Tot	
	Inscr.	Class.	Inscr.	Class.	Inscr.	Class.	Inscr.	Class.	Inscr.	Class.	Inscr.	Clas.	Inscr.	Clas.	Inscr.	Clas.
AC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	0
AL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	3	0
AM	0	0	0	0	1	0	0	0	2	0	0	0	6	1	9	1
BA	2	1	3	0	0	0	2	0	3	1	0	0	46	10	56	1
CE	6	1	2	0	0	0	0	0	1	0	0	0	15	2	24	3
DF	7	1	1	0	2	0	2	0	2	0	0	0	80	5	94	6
ES	2	1	2	0	3	0	1	1	2	0	0	0	10	1	20	3
GO	5	0	2	1	4	0	2	0	12	1	0	0	175	17	200	1
MA	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	21	3	23	4
MG	7	1	9	2	13	0	2	2	14	1	0	0	147	17	192	2
MS	5	0	1	0	9	1	4	0	13	0	0	0	195	12	227	1
MT	8	1	0	0	2	0	6	1	7	1	0	0	122	10	145	1
PA	1	1	2	1	1	0	0	0	1	0	0	0	19	2	24	4
PB	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	3	0	4	0
PE	0	0	3	0	1	0	0	0	1	1	6	0	11	1	22	2
PI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0	7	0
PR	49	5	18	1	125	14	22	3	351	34	0	0	2317	191	2882	248
RJ	4	1	0	0	2	0	1	0	10	2	0	0	75	7	92	1
RN	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	1	3	1
RO	2	0	0	0	2	0	1	0	2	0	0	0	28	3	35	3
RR	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	6	0	7	0
RS	29	1	16	2	160	24	26	3	268	34	1	0	928	132	1428	196
SC	1036	146	336	36	3129	451	318	47	4665	429	89	0	15041	3043	24614	4152
SE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	21	7	21	7
SP	73	18	37	6	86	14	41	11	182	27	1	1	1740	230	2160	307
TO	0	0	1	0	0	0	1	0	3	1	0	0	15	0	20	1
Total	1237	178	433	49	3542	505	430	68	5540	532	97	1	21035	3695	32314	5028

<i>I: Inscritos</i>	<i>C: Classificados</i>	<i>CAT 21: Renda até 1,5 SM PPI</i>	<i>CAT 22: Renda até 1,5 SM Outros</i>	<i>CAT 23: Renda acima 1,5 SM PPI</i>
<i>CAT 24: Renda acima 1,5 SM Outros</i>			<i>PPI: Pretos, Pardos e Índios</i>	

**APÊNDICE R – DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS E CLASSIFICADOS POR CAMPUS E POR OPÇÃO NO PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS (PAA) NOS VESTIBULARES DE 2014 E 2015.**

OPÇÃO DOS CANDIDATOS NO PAA	2014		2015	
	Inscr.	Classif.	Inscr.	Classif.
<b>CAMPUS DE ARARANGUÁ</b>				
Autodeclarados negros	14	8	14	6
Esc. pública até 1,5 sm ppi	13	6	8	2
Esc. pública até 1,5 sm outros	123	64	89	22
Esc. púb. Acima 1,5 sm ppi	7	3	4	1
Esc. púb. Acima 1,5 sm outros	100	51	112	51
Classif. geral não optantes	311	157	320	132
Autodeclarados indígenas	1	0		
<b>CAMPUS DE BLUMENAU</b>				
Autodeclarados negros	7	3	5	0
Esc. pública até 1,5 sm ppi	4	1	4	1
Esc. pública até 1,5 sm outros	30	20	29	12
Esc. púb. Acima 1,5 sm ppi	6	3	2	1
Esc. púb. Acima 1,5 sm outros	64	58	53	17
Classif. geral não optantes	233	225	182	172
Autodeclarados indígenas	1	0	1	0
<b>CAMPUS DE CURITIBANOS</b>				
Autodeclarados negros	15	7	7	0
Esc. pública até 1,5 sm ppi	20	11	9	0
Esc. pública até 1,5 sm outros	135	31	96	11
Esc. púb. Acima 1,5 sm ppi	13	6	8	2
Esc. púb. Acima 1,5 sm outros	113	32	125	27
Classif. geral não optantes	424	78	418	74
Autodeclarados indígenas				
<b>CAMPUS DE FLORIANÓPOLIS</b>				
Autodeclarados negros	1071	308	1191	212
Esc. pública até 1,5 sm ppi	472	107	407	66
Esc. pública até 1,5 sm outros	3758	670	3237	579
Esc. púb. Acima 1,5 sm ppi	342	87	400	80
Esc. púb. Acima 1,5 sm outros	4358	748	5073	810
Classif. Geral não optantes	20153	2832	19238	2364
Autodeclarados indígenas	135	13	95	1
<b>CAMPUS DE JOINVILLE</b>				
Autodeclarados negros	14	6	20	10
Esc. pública até 1,5 sm ppi	19	9	5	0
Esc. pública até 1,5 sm outros	96	73	91	46
Esc. púb. Acima 1,5 sm ppi	4	3	16	5
Esc. púb. Acima 1,5 sm outros	114	65	177	81
Classif. geral não optantes	685	244	877	243
Autodeclarados indígenas			1	0

\*O Relatório Oficial do Vestibular 2013 não traz dados referentes à distribuição dos candidatos inscritos e classificados por campus e por opção no Programa de Ações Afirmativas (PAA)

## ANEXO A – QUESTIONÁRIO SÓCIOECONÔMICO-CULTURAL

### 1. ESTADO CIVIL

1 Solteiro	3 Viúvo	5 Divorciado
2 Casado	4 Desquitado	6 Outros

### 2. UNIDADE DA FEDERAÇÃO EM QUE VOCÊ RESIDE

1 Acre	11 Mato Grosso	21 Rio de Janeiro
2 Alagoas	12 Mato Grosso do Sul	22 Rondônia
3 Amapá	13 Minas Gerais	23 Roraima
4 Amazonas	14 Pará	24 Santa Catarina
5 Bahia	15 Paraíba	25 São Paulo
6 Ceará	16 Paraná	26 Sergipe
7 Distrito Federal	17 Pernambuco	27 Tocantins
8 Espírito Santo	18 Piauí	28 Outros países
9 Goiás	19 Rio Grande do Norte	
10 Maranhão	20 Rio Grande do Sul	

### 3. UNIDADE DA FEDERAÇÃO EM QUE VOCÊ CONCLUIU O ENSINO FUNDAMENTAL

1 Acre	11 Mato Grosso	21 Rio de Janeiro
2 Alagoas	12 Mato Grosso do Sul	22 Rondônia
3 Amapá	13 Minas Gerais	23 Roraima
4 Amazonas	14 Pará	24 Santa Catarina
5 Bahia	15 Paraíba	25 São Paulo
6 Ceará	16 Paraná	26 Sergipe
7 Distrito Federal	17 Pernambuco	27 Tocantins
8 Espírito Santo	18 Piauí	28 Outros países
9 Goiás	19 Rio Grande do Norte	
10 Maranhão	20 Rio Grande do Sul	

### 4. TIPO DE ESTABELECIMENTO ONDE VOCÊ CURSOU O ENSINO FUNDAMENTAL

1 Todo em Escola Pública	3 Maior parte em Escola Pública	5 Escolas Comunitárias
2 Todo em Escola Particular	4 Maior parte em Escola Particular	6 Outros

### 5. UNIDADE DA FEDERAÇÃO EM QUE VOCÊ CONCLUIU OU CONCLUIRÁ O ENSINO MÉDIO

1 Acre	11 Mato Grosso	21 Rio de Janeiro
2 Alagoas	12 Mato Grosso do Sul	22 Rondônia
3 Amapá	13 Minas Gerais	23 Roraima
4 Amazonas	14 Pará	24 Santa Catarina
5 Bahia	15 Paraíba	25 São Paulo
6 Ceará	16 Paraná	26 Sergipe
7 Distrito Federal	17 Pernambuco	27 Tocantins
8 Espírito Santo	18 Piauí	28 Outros países
9 Goiás	19 Rio Grande do Norte	
10 Maranhão	20 Rio Grande do Sul	

### 6. TIPO DE CURSO DE ENSINO MÉDIO QUE VOCÊ CONCLUIU OU CONCLUIRÁ

1 Regular, sem ênfase em qualquer área	4 Profissionalizante na área de saúde	7 Supletivo ou Madureza
2 Profissionalizante na área agrícola	5 Profissionalizante na área de magistério	8 Outros
3 Profissionalizante na área de comércio ou serviços	6 Profissionalizante na área industrial	

### 7. TIPO DE ESTABELECIMENTO ONDE VOCÊ CURSOU O ENSINO MÉDIO

1 Todo em Escola Pública	3 Maior parte em Escola Pública	5 Escolas Comunitárias
2 Todo em Escola Particular	4 Maior parte em Escola Particular	6 Outros

**8. TURNO EM QUE VOCÊ CURSOU O ENSINO MÉDIO**

- |   |              |   |                        |
|---|--------------|---|------------------------|
| 1 | Todo diurno  | 3 | Maior parte no diurno  |
| 2 | Todo noturno | 4 | Maior parte no noturno |

**9. MARQUE A PRINCIPAL FONTE DE INFORMAÇÃO PELA QUAL VOCÊ TOMOU CONHECIMENTO DO CONCURSO VESTIBULAR DA UFSC**

- |   |           |   |                       |   |                  |
|---|-----------|---|-----------------------|---|------------------|
| 1 | Jornal    | 4 | Cartaz ou folder      | 7 | Parentes, amigos |
| 2 | Televisão | 5 | Colégio em que estuda |   |                  |
| 3 | Rádio     | 6 | Internet              |   |                  |

**10. FREQUENTOU OU FREQUENTA CURSO PRÉ-VESTIBULAR**

- |   |                              |   |                     |   |                        |
|---|------------------------------|---|---------------------|---|------------------------|
| 1 | Não                          | 3 | Sim, por 1 semestre | 5 | Sim, por mais de 1 ano |
| 2 | Sim, por menos de 1 semestre | 4 | Sim, por 1 ano      |   |                        |

**11. PRINCIPAL MOTIVO QUE O LEVOU A NÃO CURSAR PRÉ-VESTIBULAR**

- |   |   |   |   |   |                                       |
|---|---|---|---|---|---------------------------------------|
| 1 | O Colégio prepara para o Vestibular                   | 4 | O horário do pré-vestibular coincidia com o horário de trabalho | 7 | Não é o seu caso (fez pré-vestibular) |
| 2 | O Colégio oferece pré-vestibular "integrado" ao curso | 5 | Julgou que poderia estudar sozinho                              |   |                                       |
| 3 | Dificuldades econômicas                               | 6 | Não havia nenhum pré-vestibular nas proximidades da sua casa    |   |                                       |

**12. NÚMERO DE VEZES QUE VOCÊ PRESTOU VESTIBULAR PARA A UFSC**

- |   |         |   |      |   |                |
|---|---------|---|------|---|----------------|
| 1 | Nenhuma | 3 | Duas | 5 | Quatro ou mais |
| 2 | Uma     | 4 | Três |   |                |

**13. PRINCIPAL MOTIVO PARA ESCOLHA DE SUA 1ª OPÇÃO**

- |   |                              |   |                                   |   |                |
|---|------------------------------|---|-----------------------------------|---|----------------|
| 1 | Menor relação candidato/vaga | 4 | Mais adequada às suas aptidões    | 7 | Outros motivos |
| 2 | Prestígio econômico          | 5 | Influência da família e/ou amigos |   |                |
| 3 | Prestígio social             | 6 | Influência de professores         |   |                |

**14. ASSINALE O QUE VOCÊ ESPERA OBTER NUM CURSO SUPERIOR**

- |   |   |   |   |   |        |
|---|---|---|---|---|--------|
| 1 | Aumento de conhecimento e cultura geral | 3 | Formação profissional voltada para o futuro emprego | 5 | Outras |
| 2 | Melhoria da situação profissional atual | 4 | Formação teórica voltada para a pesquisa            |   |        |

**15. CONHECE AS ATIVIDADES QUE DEVERÁ DESENVOLVER NA PROFISSÃO ESCOLHIDA EM 1ª OPÇÃO**

- |   |     |   |     |
|---|-----|---|-----|
| 1 | Sim | 2 | Não |
|---|-----|---|-----|

**16. INCLUINDO SOMENTE OS QUE MORAM NA SUA CASA, INCLUSIVE VOCÊ, INFORME O NÚMERO DE PESSOAS QUE COMPÕEM A SUA FAMÍLIA**

- |   |           |   |           |   |                    |
|---|-----------|---|-----------|---|--------------------|
| 1 | 1 pessoa  | 3 | 3 pessoas | 5 | 5 pessoas          |
| 2 | 2 pessoas | 4 | 4 pessoas | 6 | Acima de 5 pessoas |

**17. SOME OS SALÁRIOS BRUTOS, SEM DEDUÇÕES, DAS PESSOAS DE SEU GRUPO FAMILIAR QUE TRABALHAM, INCLUSIVE O SEU. INDIQUE A RENDA BRUTA**

- |   |                            |   |                             |   |                         |
|---|----------------------------|---|-----------------------------|---|-------------------------|
| 1 | Até 1 salário mínimo       | 4 | Acima de 5 até 7 sal. mín.  | 7 | Entre 20 e 30 sal. mín. |
| 2 | Acima de 1 até 3 sal. mín. | 5 | Acima de 7 até 10 sal. mín. | 8 | Acima de 30 sal. mín.   |
| 3 | Acima de 3 até 5 sal. mín. | 6 | Entre 10 e 20 sal. mín.     |   |                         |

**18. NÍVEL DE INSTRUÇÃO DE SEU PAI**

1 Não alfabetizado	4 Fundamental completo	7 Superior incompleto
2 Lê e escreve. mas nunca esteve na escola	5 Médio incompleto	8 Superior completo
3 Fundamental incompleto	6 Médio completo	9 Pós-Graduação

**19. NÍVEL DE INSTRUÇÃO DE SUA MÃE**

1 Não alfabetizado	4 Fundamental completo	7 Superior incompleto
2 Lê e escreve. mas nunca esteve na escola	5 Médio incompleto	8 Superior completo
3 Fundamental incompleto	6 Médio completo	9 Pós-Graduação

**20. INDIQUE O PRINCIPAL RESPONSÁVEL PELO SUSTENTO DA SUA FAMÍLIA**

1 Pai	4 Você próprio	7 Outro(s)
2 Mãe	5 Cônjuge	
3 Pai e Mãe	6 Parente	

**21. PRINCIPAL OCUPAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO SUSTENTO DA SUA FAMÍLIA**

1 Profissional liberal	4 Empregado Empresa Privada	7 Não trabalha
2 Empresário	5 Empregado Rural / Agricultor	8 Desempregado
3 Servidor Público	6 Proprietário Rural	9 Outro

**22. IDADE COM QUE COMEÇOU A EXERCER A ATIVIDADE REMUNERADA**

1 Antes de 14 anos	3 Entre 16 e 18 anos	5 Nunca trabalhou
2 Entre 14 e 16 anos	4 Após 18 anos	

**23. SUA OCUPAÇÃO**

1 Profissional liberal	4 Empregado Empresa Privada	7 Não trabalha
2 Empresário	5 Empregado Rural / Agricultor	8 Desempregado
3 Servidor Público	6 Proprietário Rural	9 Outro

**24. MARQUE O PRINCIPAL MEIO DE COMUNICAÇÃO QUE VOCÊ UTILIZA PARA SE MANTER INFORMADO SOBRE OS ACONTECIMENTOS ATUAIS**

1 Jornal	4 Revista	7 Não tenho me mantido informado
2 Televisão	5 Internet	
3 Rádio	6 Conversas com outras pessoas	

**25. POSSUI COMPUTADOR EM SUA RESIDÊNCIA**

1 Sim. com acesso à Internet	2 Sim, sem acesso à Internet	3 Não
------------------------------	------------------------------	-------

**26. USA COMPUTADOR**

1 Sim. só para lazer	3 Sim, no trabalho
2 Sim. para trabalhos escolares e/ou profissionais	4 Não

**27. MEIO DE TRANSPORTE QUE VOCÊ MAIS UTILIZA**

1 Bicicleta	3 Moto	5 Outros
2 Carro próprio ou da família	4 Ônibus	

**28. INICIOU ALGUM CURSO SUPERIOR**

1 Sim, mas abandonei	3 Sim, mas já concluí	5 Sim, já concluí um e abandonei outro
2 Sim, estou cursando	4 Sim, já concluí um e estou cursando outro	6 Não

**29. INSTITUIÇÃO NA QUAL INICIOU ALGUM CURSO SUPERIOR**

- |               |  |
|---------------|--|
| 1 Não iniciei | 3 Outra Instituição de Santa Catarina      |
| 2 UFSC        | 4 Outra Instituição fora de Santa Catarina |

**30. INFORME O CURSO SUPERIOR JÁ INICIADO**

- |                              |                                   |                   |
|------------------------------|-----------------------------------|-------------------|
| 1 Não iniciei curso superior | 12 Educação Física                | 23 Matemática     |
| 2 Administração              | 13 Enfermagem                     | 24 Medicina       |
| 3 Agronomia                  | 14 Engenharia                     | 25 Nutrição       |
| 4 Arquitetura e Urbanismo    | 15 Farmácia                       | 26 Odontologia    |
| 5 Biblioteconomia            | 16 Filosofia                      | 27 Pedagogia      |
| 6 Ciências Biológicas        | 17 Física                         | 28 Psicologia     |
| 7 Ciências da Computação     | 18 Geografia                      | 29 Química        |
| 8 Ciências Contábeis         | 19 História                       | 30 Serviço Social |
| 9 Ciências Sociais           | 20 Jornalismo                     | 31 Veterinária    |
| 10 Direito                   | 21 Comunicação e Expressão Visual | 32 Outros         |
| 11 Ciências Econômicas       | 22 Letras                         |                   |

**31. ACREDITA QUE ORIENTAÇÃO VOCACIONAL AUXILIARIA NA ESCOLHA DE SUA OPÇÃO**

- |   |  |   |
|---|--|---|
| 1 Sim, para dizer qual profissão devo seguir                          | 3 Sim, para auxiliar a pensar na melhor opção para mim | 5 Sim, para auxiliar a conviver com a família e a sociedade e assumir o que quero |
| 2 Sim, para auxiliar a conhecer as profissões e o mercado de trabalho | 4 Sim, para ajudar a me conhecer melhor                | 6 Não   |

**32. DOS ITENS ABAIXO. ASSINALE SUA PREFERÊNCIA**

- |                              |              |           |
|------------------------------|--------------|-----------|
| 1 Artes Plásticas/Artesanato | 4 Música     | 7 Esporte |
| 2 Cinema/Vídeo               | 5 Teatro     | 8 Outros  |
| 3 Dança                      | 6 Literatura |           |

**33. INDIQUE SEU ESPORTE PREDILETO**

- |                    |                   |                      |
|--------------------|-------------------|----------------------|
| 1 Basquete         | 8 Judô            | 15 Voleibol de areia |
| 2 Capoeira         | 9 Natação         | 16 Remo              |
| 3 Caratê           | 10 Polo aquático  | 17 Xadrez            |
| 4 Futebol de campo | 11 Surf           | 18 Outros            |
| 5 Futebol de salão | 12 Tênis de campo | 19 Não tem interesse |
| 6 Futebol suíço    | 13 Vela           |                      |
| 7 Handebol         | 14 Voleibol       |                      |

**34. MOTIVO PRINCIPAL QUE O LEVOU A OPTAR PELO VESTIBULAR DA UFSC**

- |  |  |   |
|--|--|---|
| 1 É a única no Estado que oferece o curso pretendido     | 4 O curso pretendido é pouco procurado, o que facilita a classificação | 7 Por ser pública e gratuita, satisfazendo as condições socioeconôm. da família |
| 2 É a que oferece o melhor curso pretendido              | 5 É de fácil acesso (proximidade de casa, prática locomoção, etc.)     |   |
| 3 É a que oferece o curso pretendido em horário adequado | 6 Na realidade, gostaria de estudar em outra universidade              |   |